


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

A watercolor-style illustration of a gaucho riding a horse. The gaucho is wearing a blue shirt, a brown hat, and a brown belt. He is holding a long, coiled rope in his right hand. The horse is brown and is standing in a grassy field with trees in the background.

**DOM PEDRITO, CIDADE E CAMPO:  
A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A CIDADE LOCAL**

**VITOR ANGELO VILLAR BARRETO**

**Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura**

**PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2011.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**DOM PEDRITO, CIDADE E CAMPO:  
A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A CIDADE LOCAL**

**VITOR ANGELO VILLAR BARRETO**

**Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

**PORTO ALEGRE, NOVEMBRO DE 2011.**

Barreto, Vitor Angelo Villar

Dom Pedrito, cidade e campo: a modernização agrícola e a cidade local. / Vitor Angelo Villar Barreto. – Porto Alegre : UFRGS/PPGGea, 2011.  
179 f. il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2011.

Orientação: Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura

1. Dom Pedrito. 2. Cidade-campo. 3. Urbanização. 4. Modernização agrícola. Título.

---

Catálogo na Publicação  
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFRGS  
Miriam Alves CRB 10/1947

**VITOR ANGELO VILLAR BARRETO**

**DOM PEDRITO, CIDADE E CAMPO:  
A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E A CIDADE LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada, *com louvor*, em: Porto Alegre, 16 de novembro de 2011.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura

Banca examinadora:

Profa. Dra. Dirce Maria Antunes Suertegaray – Departamento de Geografia/UFRGS

Prof. Dr. Oscar Alfredo Sobarzo Miño – Departamento de Geografia/UFRGS

Prof. Dr. Marcelino de Souza – Departamento de Ciências Econômicas/UFRGS

## AGRADECIMENTOS

Não se realiza um trabalho como este sozinho. Muitas pessoas e muitos lugares perpassam a construção da pesquisa e do trabalho que toma uma feição final agora. É preciso agradecer a estas pessoas pela importância que tiveram nesta caminhada, permitindo que eu chegasse até aqui.

Angela, obrigado por tudo. Não há uma única palavra que dê conta de todas as coisas que estiveram e estão sob tua responsabilidade nesta empreitada. O amor, a amizade, a compreensão pelos momentos de ausência, de estresse e de mau humor. Acima de tudo, minha inspiração na Geografia e na vida, que é representado pelo grande amor que dedicamos um ao outro. Rafael e Vanessa, filhos emprestados, obrigado pela força, vocês estão comigo também agora!

Agradeço aos colegas da pós-graduação em Geografia, que pelo contato desde o início foram transformando inquietações em conhecimento, me instigando a refletir sobre muitas das coisas que agora estão presentes nesta dissertação. Alguns passaram a dividir outros momentos, e a eles sou especialmente grato: Viviane, amizade sincera que caminhou lado a lado durante este tempo; Lucas, exemplo de amigo, de pessoa e de intelectual; Mauricio; Camila; Jonas; Julia; Vinicius; Cristiane; Elmer; cada um com seu tanto de amizade, de apoio com sugestões e incentivo.

Sou grato também aos professores do Programa de Pós-graduação em Geografia, em especial meu orientador Prof. Luiz Fernando Mazzini Fontoura, pela vigilância epistemológica, pela confiança e o bom-senso na medida exata. É preciso citar outros que estão presentes de alguma forma neste trabalho, pela aproximação que tivemos durante as disciplinas: Oscar Sobarzo, Aldomar Rückert, Álvaro Heidrich, Dirce Suertegaray. Professores Paulo Roberto Soares e Mário Lahorgue, “gracias” pela presença na qualificação, as sugestões e as críticas que foram levadas muito a sério e estão acolhidas neste trabalho. Prof. Marcelino Souza, do PGDR, presença especial pelo envolvimento, sugestões e reconhecimento do meu trabalho, quando ainda em fase embrionária, muito obrigado! Não posso ainda esquecer o Prof. Nelson Gruber, grande incentivador no período que antecedeu minha chegada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, com sugestões e apoio que foram fundamentais para que a minha escolha de enveredar pelos caminhos da Geografia se concretizasse.

Agradeço também aos colegas de trabalho da EPTC, que foram compreensivos com os problemas de quem passa a dividir o tempo entre duas atividades, em especial Jeine e Marco, que sempre se empenharam para que eu pudesse participar dos eventos e obrigações impostas pelo mestrado.

Agradeço muitíssimo aos conterrâneos pedritenses que me acolheram e permitiram que eu realizasse esta pesquisa: Dionil, Tio Jico (*in memorian*), Prof. Adilson, João Wilson, Tapir, Eng. Mainard no IRGA, Leopoldo na EMATER, Sr. José Castilhos, Sgto. Aires e demais militares da 3ª Cia E Cmb Mec. (impossível listar todos os nomes), bibliotecária Cilene na Biblioteca Pública Municipal, obrigado pela atenção e pelo apoio.

Parentes e amigos sempre próximos, queridos: Tio Waner, Nilson e Beth, Ranulfo, Tia Dora (*in memorian*), Lourdes, Maria José e Silvia. Gládis, Carol e Jorge, valeu pela força e o apoio logístico!

Agradeço por fim aos meus pais Pedro e Lina, inspiração para realizar muitas das tarefas que me impus nesta dissertação, e meus irmãos, Pedrinho, Karyne e Angelita pelo apoio, reconhecimento e compreensão da minha ausência.

*“Certo, nós não mudaremos o mundo, mas podemos mudar o modo de vê-lo. Isto é importante porque só assim poderemos escapar ao dogmatismo epistemológico e marcar um encontro com o futuro”. (Milton Santos)*

## RESUMO

Esta dissertação trata das transformações ocorridas no município de Dom Pedrito, no Rio Grande do Sul, com foco na relação cidade-campo. Para tanto, foram levantadas as peculiaridades do local, desde a formação histórica e ocupação do território, quando a pecuária era a principal atividade desenvolvida no campo, até os dias atuais, quando o agronegócio assumiu a posição de destaque na produção agrícola. Além de dados populacionais e da produção municipal, organizados em séries históricas, a pesquisa aborda as transformações na paisagem do campo e da cidade. O campo é atualmente caracterizado pelas presenças das lavouras de arroz e soja, que assumem papel importante na paisagem e na economia do município. A cidade, outrora importante como suporte da produção pecuária, hoje se encontra descolada da produção do campo, estabelecida sob uma lógica verticalizante. As mudanças são identificadas como peculiaridades locais do processo de urbanização brasileira, que teve na modernização do campo um dos pilares. Identificamos assim um espaço que se encontra em transformação, no qual campo e cidade respondem a um tempo diferente. O campo, menos rugoso, é hoje dotado de novas formas realizadas sobre uma antiga estrutura, e a cidade encontra-se perdida em um anacronismo entre as antigas formas e os processos que se desencadearam no campo, exigindo novos objetos para a resposta do local às necessidades da produção agrícola moderna. As metamorfoses do espaço são analisadas tendo por base a questão da técnica predominante em cada período histórico, estabelecendo os processos espaciais de horizontalidades e verticalidades, que estão bem demarcados na realidade de ontem e hoje. A pesquisa conclui que atualmente o município de Dom Pedrito passa por uma reconfiguração territorial, conduzida pela modernização do campo, com impacto direto na cidade local. O espaço local responde assim ao período técnico-científico-informacional. O entendimento dos problemas e das possibilidades da cidade requer um esforço de análise que considere as técnicas remanescentes junto das novas, permitindo que a renovação seja entendida como potencialidade que incorpore a vida da cidade à produção de riqueza local.

**Palavras-chave:** Dom Pedrito, cidade-campo, cidade local, urbanização, modernização agrícola.



## ABSTRACT

This master's dissertation addresses the changes which occurred in the town of Dom Pedrito, Rio Grande do Sul, and focuses on the town-countryside relationship. Therefore, we have brought up the peculiarities of this place, since its historical formation and occupation, when cattle breeding was the main activity in the countryside, until currently, when agribusiness has taken the leading position in agricultural production. Besides population and production data, the research addresses the changes in the landscape of the town and of the countryside. The countryside is currently characterized by the presence of rice and soybean production, which assume an important role in the local landscape and economy. The town, once important in supporting livestock production, is nowadays distant from field production, handed down vertically. The changes are seen as local peculiarities of the Brazilian urbanization process, which had one of its pillars in the modernization of agriculture. We identify a dynamic space, in which countryside and town respond to a different time. The countryside, with less roughness, nowadays has new shapes held on an old structure, and the town is lost in an anachronism between the old shapes and the processes that have taken place in the countryside, and required new objects so that the place can meet the needs of modern field production. The changes of space and time are analyzed based on the techniques used in each period, by establishing the spatial processes of horizontality and verticality, which are well marked in the past and present time. The research concludes that currently Dom Pedrito goes through a territorial reconfiguration, driven by the modernization of the countryside, with direct impact in the local town. The local space responds to the technical, scientific and informational period. To understand the problems and the possibilities of the town requires an analysis that takes into account the remaining and the new techniques to allow innovation to be understood as a power that places the town into the production of local wealth.

**Keywords:** Dom Pedrito, town-countryside, local town, urbanization, agricultural modernization.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Casas de estancieiros na cidade de Dom Pedrito na década de 1920	45
Figura 2 – Mapa político do Rio Grande do Sul com a localização do município de Dom Pedrito	47
Figura 3 – Rebanho puro Hereford em Dom Pedrito, no início da década de 1920	66
Figura 4 – Mapa antigo dos ramais ferroviários de Dom Pedrito	67
Figura 5 – Rebanho ovino em Dom Pedrito, no início da década de 1920	68
Figura 6 – Fila de caminhões aguardando para descarregar arroz na COTRIJUÍ, em Dom Pedrito – safra 2011	71
Figura 7 – Mapa da hidrografia das regiões produtoras de arroz no RS	72
Figura 8 – CAI da COTRIJUÍ em Dom Pedrito – vista lateral	78
Figura 9 – Unidade agroveterinária da COTRIJUÍ em Dom Pedrito	79
Figura 10 – Gado pastando na resteva do arroz: pecuária consorciada à agricultura	80
Figura 11 – Pecuária de “descarte” em estância tradicional	81
Figura 12 – Centro Agroindustrial da estância Guatambu	83
Figura 13 – Campo de pecuária tradicional no distrito de Torquato Severo	84
Figura 14 – Paisagem tradicional de estância de pecuária, com campo de coxilha ao fundo	85
Figura 15 - Campo de pecuária especializada com produção de pastagens	85
Figura 16 – Moderno sistema de irrigação importado “pivô central”	86
Figura 17 – Tapera em antiga sede de estância	87
Figura 18 – Modernas instalações agroindustriais no campo	87
Figura 19 – Palacetes de estancieiros do início do século XX, na atualidade	89
Figura 20 – Pórtico principal do Ginásio Nossa Senhora do Horto, fundado em 1908	91
Figura 21 – Antigo prédio da Santa Casa de Caridade, concluído em 1919 – vista lateral	91
Figura 22 – Instituto Artístico Carlos Gomes, conservatório de música fundado em 1940	92
Figura 23 – Estação ferroviária dos anos 1940 em Dom Pedrito	93

Figura 24 – Vila Militar dos Oficiais do Exército – vista de uma das faces do quarteirão	94
Figura 25 – Estrutura da CESA (Cia Estadual de Silos e Armazéns), abandonada e sucateada, em Dom Pedrito	98
Figura 26 – Estruturas da rede ferroviária em desuso ou abandonadas	98
Figura 27 – CDL, Museu Paulo Firpo, Rádio Sulina e uma creche – casas antigas utilizadas para diversos fins	100
Figura 28 – FrigoW: frigorífico especializado no abate de ovinos	102
Figura 29 – Entrada do Campus Dom Pedrito da UNIPAMPA	104
Figura 30 – Importantes lojas em Dom Pedrito, na atualidade	105
Figura 31 – Habitações precárias em áreas pobres de Dom Pedrito	106

### **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Lavouras por área colhida em Dom Pedrito: 1955 a 2009	74
Gráfico 2 – Principais rebanhos em Dom Pedrito: 1955 a 2009	75
Gráfico 3 – Crescimento da população de Dom Pedrito	107

### **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – O Processo Espacial segundo Milton Santos	52
Quadro 2 – O Espaço Geográfico na sucessão/superposição dos períodos técnicos do capitalismo.	140

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução das principais lavouras – Dom Pedrito/RS (1955-2009)	71
Tabela 2 – Evolução da produção pecuária – Dom Pedrito/RS (1955-2009)	74
Tabela 3 – Evolução da população – Dom Pedrito/RS	96

## **LISTA DE SIGLAS**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAI – Complexo Agroindustrial

CDL – Centro de Diretores Lojistas

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CESA – Companhia Estadual de Silos e Armazéns

CIBRAZEM – Companhia Nacional de Armazenamento

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

COOBAGELÃ – Cooperativa Bageense de Lã

CTG – Centro de Tradições Gaúchas

FEDERARROZ – Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul

FEE – Fundação de Economia e Estatística

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IRGA – Instituto Rio Grandense do Arroz

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

SINE – Sistema Nacional de Emprego

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>19</b>
<b>1. A QUESTÃO URBANA E A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO</b>	<b>28</b>
<b>1.1 A Urbanização no Brasil</b>	32
<b>1.2 A Formação das Cidades no Brasil e no Rio Grande do Sul</b>	37
<b>1.3 Dom Pedrito: cidade local</b>	41
<b>2. A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO E O MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO</b>	<b>53</b>
<b>2.1 A Modernização da Agricultura</b>	55
<b>2.2 Dom Pedrito: da economia da pecuária à moderna produção agrícola</b>	62
2.2.1 <i>As charqueadas e a importância da pecuária na região</i>	63
2.2.2 <i>A modernização da agricultura e os impactos locais</i>	68
2.2.3 <i>A moderna produção do campo</i>	76
<b>2.3 A Influência do Campo na Cidade</b>	88
2.3.1 <i>A Formação da Cidade Local: do apogeu à crise da pecuária</i>	90
2.3.2 <i>O Campo Modernizado e a Cidade: marcas do novo período</i>	97
<b>3. HISTÓRIAS DE VIDA, GEOGRAFIAS: uma outra cartografia</b>	<b>109</b>
<b>3.1 A Estância, o Campo e a Lida: porteira aberta para as mudanças</b>	114
<b>3.2 Os Tempos da Charqueada: entre o campo e a cidade</b>	120
<b>3.3 Dom Pedrito de Quem Volta: a cidade e suas mudanças</b>	125
<b>3.4 Dom Pedrito de Quem Fica: o futuro de incertezas</b>	129
<b>3.5 Das Cartografias ao Espaço Geográfico</b>	134
<b>4. DOM PEDRITO: as metamorfoses no campo e na cidade</b>	<b>137</b>
<b>4.1 Os Diversos Períodos Técnicos: a relação cidade-campo a partir da base espacial de difusão da técnica</b>	138
<b>4.2 O Meio Técnico-científico e as Peculiaridades de Dom Pedrito: fronteira, ideologia e herança histórica</b>	145
<b>4.3 Entre Antigos Proprietários e Novos Produtores: os elos entre as mudanças no campo e a crise na cidade</b>	152
<b>4.4 A Modernização Consolidada: as implicações do período técnico-científico-informacional</b>	157
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>165</b>
<b>REFERÊNCIAS:</b>	<b>176</b>

## INTRODUÇÃO

Milton Santos costumava apresentar seus livros dizendo que eles tinham uma história, que era então contada em poucas palavras. Este trabalho, da mesma maneira, também tem uma história. Ou melhor, tem duas: a primeira, que precede a outra, é a minha própria história, porque nasci em Dom Pedrito, que é o objeto da pesquisa que será encontrada aqui. Embora tenha saído da cidade antes de completar dois anos de idade, sempre mantive laços afetivos com o lugar, a ponto de ter retornado para lá, sozinho e para tentar a vida, vinte anos depois, instigado pelas possibilidades de um discurso que pregava o empreendedorismo como única alternativa de vencer na vida. Fui empreender, ora vejam, em Dom Pedrito.

E aí começa a outra história, que é a história desta dissertação. De volta a Porto Alegre, depois de fracassado na carreira de empreendedor (como, aliás, convém ao sistema), e no auge de uma crise estrutural de emprego e renda que assolou o país na década de 1990, resolvi retomar os estudos. Neles, ou a partir deles, comecei a ver o mundo com outros olhos, instigado pela realidade vivida, e da qual eu tão intensamente sempre procurei participar. Continuei muito presente em Dom Pedrito, na forma de viagens e visitas esporádicas. Cada vez mais me afligia entender aquela realidade próxima, mas ainda assim um mistério, que poderia ser resumida na seguinte questão: como um município destacado por seu papel de produtor primário, reconhecido pela riqueza e avanço do campo, podia se apresentar através de uma cidade decadente, pobre e sem recursos?

Nessas idas e vindas, comecei a notar um descompasso entre duas realidades distintas: o campo e a cidade. Momentos de crise mais aguda – e foram várias – ocorriam distintamente na cidade ou no campo. Desemprego, aumento da violência, proliferação de sub-habitações, falta de recursos para atendimento dos serviços básicos municipais, sucateamento dos equipamentos públicos, abandono, migração da força de trabalho para outras cidades, fechamento de empresas. A lista de ocorrências na cidade é longa e desenha um quadro complexo. Já o campo alternava períodos de pujança com outros de crise, neste caso bem definido por questões pontuais: seca, quebra da safra, queda no preço dos produtos, demonstrando uma coerência relacional entre os problemas e a atividade produtiva desenvolvida. A contradição maior, que eu via naqueles tempos, não estava na incapacidade da cidade acompanhar o desenvolvimento do agronegócio, mas

justamente no contrário: quando o campo estava vivenciando uma crise, pelos diversos motivos relatados acima, a cidade parecia esboçar alguma reação econômica e de oportunidades para quem ali vivia.

Certo dia, numa das minhas idas a Dom Pedrito, conversei com um amigo, pessoa experiente e capaz de criar alternativa de renda, destaque entre as pessoas sem posses que decidiram ficar em Dom Pedrito, apesar da crise. Este senhor fazia corretagem de terras, imóveis urbanos, gado, veículos e tudo o mais entre o pouco que circulava de recursos no município. Como estávamos em períodos sucessivos de boa safra do arroz, que se repetia pelo segundo ou terceiro ano consecutivo, notícia nos jornais do estado, perguntei sobre como “andava” a cidade. Para minha surpresa, mas sustentado pela percepção que podia se colher ao andar nas ruas, recebi a resposta de que “cada vez pior”. Era o prognóstico para o desenvolvimento local da cidade. Foi então que esse amigo me explicou que a produção agrícola do município, em especial o arroz, não permitia a distribuição da riqueza produzida no âmbito local. Em períodos de crise da produção, segundo ele, a cidade reagia, porque era ali que a classe produtora buscava alternativas para minimizar os prejuízos, como a negociação local de máquinas, reforma de equipamentos, diversificação das atividades. Diante de um bom resultado, no entanto, e sendo uma atividade de alto custo devido principalmente às grandes dimensões das lavouras, os fluxos se estabeleciam, tanto na compra de insumos como na venda, com locais distantes, deixando a cidade local à margem da cadeia produtiva.

Ter concluído a graduação em Ciências Sociais me permitiu observar estes e outros fenômenos desde outra perspectiva. No entanto, a possibilidade de trabalhar a questão de Dom Pedrito, e encontrar explicações para as contradições que eu via ali, só foi se mostrar através da minha aproximação com a Geografia. Esta se deu a partir da influência de pessoas próximas, e na busca de prosseguir os estudos acadêmicos após a graduação houve uma feliz coincidência entre as possibilidades de orientação e o foco das minhas inquietações, que até então eu não tinha podido trazer para a esfera dos estudos em minha vida.

O trabalho, desde então, foi bem mais árduo e penoso do que poderia imaginar. Em parte pela consciência de que só poderia levar esta empreitada adiante rompendo com ideias pré-concebidas sobre a cidade e seus problemas, mas também porque descobri, logo ao iniciar a pesquisa, que o espaço é dotado de uma complexidade, e muitos fatores determinantes dos processos só se desvendam



através de um olhar interpretativo que leve em conta os processos progressos de formação social do lugar. Além disso, queria mostrar a cidade, pois ali é que acontecia a vida, em um município onde mais de noventa por cento da população é urbana, embora viva o campo como uma espécie de “mito fundador” da sociedade local. O campo, assim, insistia em atrair a atenção da pesquisa, com suas transformações, suas contradições, com o tempo rápido do agronegócio fundado sobre o latifúndio, marca da nossa (pós)modernidade. O campo, em Dom Pedrito, é muito maior que a cidade, e isso não é uma constatação baseada apenas no tamanho da superfície, mas principalmente na dinâmica dos processos que determinam a organização do espaço e da sociedade local. Existe uma estrutura fundiária arcaica que persiste, apesar da modernização da produção, e que ainda condiciona as alternativas do município, que até bem pouco tempo só recebia a atenção dos governos através de políticas públicas voltadas para o campo.

Estas dificuldades iniciais foram importantes para estabelecer o foco da pesquisa que eu iria empreender, e as conversas com o professor orientador foram aos poucos descortinando as possibilidades de trabalho, identificando assim as relações cidade-campo como centro das questões sobre as quais precisava me deter.

Por que um município com uma produção agrícola destacada, um campo tão rico, não se projeta na economia do Estado e do Brasil? Por que a cidade, neste município, parece ter parado no tempo, sem esboçar sinais de desenvolvimento durante muitos anos, apresentando até mesmo uma estagnação dos números populacionais? Por que tantas pessoas migram desta cidade? Por que outros tantos vão para ela e ali encontram oportunidades de construir suas vidas e riqueza, em especial com a produção agrícola? Para onde vai toda a riqueza produzida no campo, se não encontramos paralelo na cidade?

Não faríamos uma pesquisa para a dissertação se já tivéssemos as respostas aos problemas que sugerimos investigar. Ao iniciar a revisão bibliográfica sobre o tema, descobrimos que essa forma de relação entre campo e cidade não é uma especificidade de Dom Pedrito, mas de outras cidades também, embora cada qual tenha sua peculiaridade. Restou, então, entender os mecanismos dessa dinâmica na realidade estudada. Além disso, o problema – ou a realidade – é de fato muito mais complexa, e colocar um olhar geográfico e sociológico sobre ela permite algumas considerações.

O espaço não possui uma natureza pré-estabelecida. Ele é produzido pelas condições históricas e sociais. Não se planta arroz, soja ou se desenvolve a pecuária na Campanha gaúcha por ser essa uma condição natural. A natureza deste espaço de produção agrícola se deve a condições ambientais, mas também a condições históricas e políticas, que vão desde a conquista do território há séculos atrás até a dinâmica de mercado do capitalismo global de nossos tempos. As cidades que encontramos representam, independente do tamanho, entidades complexas cuja formação espacial responde às mesmas condições históricas, sociais e políticas. A relação entre o espaço das cidades e o campo da produção primária sempre foi uma das principais preocupações da ciência geográfica. Realidades distintas, porém estreitamente relacionadas. A relação, neste caso, se modifica a partir das transformações das dinâmicas espaciais, que são comandadas especialmente pelas técnicas predominantes do período histórico específico. Dom Pedrito tem suas peculiaridades, e dentro da sua natureza específica buscamos construir algumas explicações para os fenômenos da relação cidade-campo, com foco na cidade local.

Enfim, estas são algumas questões, entre tantas outras, que pretendemos ter como base para a abordagem que propomos neste trabalho. Resta-nos informar que optamos pela referência teórica de Milton Santos em primeiro lugar, cuja justificativa vai se encontrar logo adiante, nos apontamentos sobre a metodologia. Buscamos, na análise que fizemos aqui, encontrar algumas relações entre a Geografia e a Sociologia, como forma de construir as interpretações sobre nosso objeto de estudo.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos principais, que buscam dar conta da abordagem proposta em nosso projeto inicial. No Primeiro Capítulo tratamos da questão urbana e da urbanização brasileira, buscando entender como se processou esse fenômeno no Brasil e fechando o foco no nosso objeto de pesquisa, com suas peculiaridades regionais e locais. Ali constam alguns apontamentos teóricos com base nas leituras que fizemos.

No Segundo Capítulo, de caráter descritivo, trazemos nossos dados da pesquisa, tanto da parte bibliográfica e histórica quanto dos levantamentos feitos em campo, contextualizando com nossa proposta de estudar a relação cidade-campo em Dom Pedrito. Constam ainda dados da população e da produção do município, indicativos das transformações ocorridas, e um importante levantamento imagético,

que busca através da análise da paisagem demonstrar as formas inscritas no espaço e que são testemunhas dos processos descritos no decorrer do texto.

No Terceiro Capítulo apresentamos um trabalho específico que pretende ser a originalidade desta dissertação: incluímos alguns textos elaborados sobre histórias de vida colhidas entre as pessoas que tem uma estreita relação com o espaço estudado. Na sequência de cada texto, incluímos uma análise dos processos vivenciados, estabelecendo os nexos com as transformações que vão ocorrendo no espaço e na sociedade local. Com estas histórias pretendemos realizar uma cartografia, não aquela das cartas geográficas, mas uma outra, denominada “texto cartográfico”, que consiste em um método de abordagem através da focalização de diversas realidades que compõem partes de uma realidade maior, que é o nosso objeto de estudo. A análise posterior serve para fazer a junção destas realidades, que são interligadas como em uma estrutura rizomática. Tal método foi sugerido por Gilles Deleuze e Felix Guattari, como uma forma de interpretar a realidade complexa que compõe os processos de desterritorialização humana. Embora os teóricos buscassem um foco diferente do nosso, estabelecemos um retorno da técnica análoga para a geografia a fim de cumprir com seu propósito investigativo.

O Quarto e último Capítulo é elaborado de forma que seja a confluência dos anteriores. Ali apresentamos uma análise a partir do nosso ponto de vista, cruzando os dados da pesquisa com o referencial teórico. Tentamos assim entender os processos espaciais, sobre os quais falamos anteriormente, e como eles são representados nas metamorfoses do espaço que estudamos. Fizemos um esforço de periodização da realidade observada dentro dos períodos técnicos designados por Milton Santos, e então trazemos a questão da “técnica” e do “tempo” para uma discussão mais aprofundada, buscando os elos entre a renovação técnica e as transformações no campo e na cidade que foram identificados em nossa pesquisa.

Encerramos o trabalho apresentando algumas considerações sobre a pesquisa, à guisa de conclusão. Sustentamos que Dom Pedrito é um espaço em transformação, pois no momento em que realizamos nossa pesquisa, a sociedade e o espaço locais se redesenham diante de novas possibilidades, mas ao mesmo tempo enfrentam as determinações de um passado que insiste em não desaparecer, marcando um descompasso entre o campo e a cidade, na forma de um “descolamento” entre a produção agrícola e o desenvolvimento urbano local.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nossa pesquisa foi elaborada na forma de um estudo de caso, tendo como tema a relação cidade-campo e objeto o município de Dom Pedrito, na região da Campanha do Rio Grande do Sul. Buscamos, dessa forma, identificar os processos espaciais desde a formação inicial deste território municipal até os dias de hoje, e refletir sobre as diversas alterações nas formas espaciais e sociais, no campo e na cidade, observando a relação entre as transformações que foram ocorrendo no espaço e na sociedade.

O município chegou a ser apontado, outrora, como um dos mais prósperos do Rio Grande do Sul (COSTA, 1922), mas deixou de figurar na lista das importantes cidades após a crise da pecuária e a modernização agrícola. Caracterizava-o, no passado, o forte vínculo entre a cidade e o campo. A modernização dos sistemas de produção agrícola modificou as características do campo. Resta entender se esta modernização está também no cerne das transformações que ocorreram na cidade, que parece se desvincular do processo enquanto produtor de riqueza e desenvolvimento. Procuramos, assim, como objetivo neste trabalho, identificar os elementos centrais nas determinações da relação cidade-campo em Dom Pedrito, no passado e no presente, e constatar se, de fato, há um “descolamento” entre o campo e a cidade. Desta forma, pretendemos entender os processos sociais e espaciais envolvidos, identificando os problemas e as potencialidades dadas pela nova configuração deste espaço específico.

Um primeiro momento, que precede a pesquisa, tem caráter exploratório, a fim de identificar os problemas e possibilidades de operacionalizar o projeto inicialmente traçado. Nesta etapa, que não consta neste trabalho já que faz parte da preparação da pesquisa, nos deparamos com algumas dificuldades. A principal delas foi não contar com dados estatísticos que dessem conta de demonstrar a realidade da cidade, e a partir deles demonstrar tantos dos problemas que relatamos e que fazem parte do nosso íterim na pesquisa. Dados de renda per capita, Produto Interno Bruto (PIB), produção municipal e até mesmo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) não condizem com a realidade que pode ser observada em Dom Pedrito. Fizemos anteriormente uma tentativa de analisar nosso objeto de pesquisa utilizando diversas variáveis quantitativas para explicar a realidade (BARRETO e FONTOURA, 2010), mas para este trabalho esta opção encontraria limites

impossíveis de controlar. O município tem uma importante e rica produção agrícola, que quantitativamente expressa valores significativos no PIB. Essa produção também é responsável pela geração de renda da classe produtora, que em termos médios, quando considerada junto com o resto da população, coloca Dom Pedrito em uma condição razoável dentre os municípios do Rio Grande do Sul. Aí já encontramos um dos problemas, pois a concentração de renda é uma característica importante, e neste município é consequência do modelo de produção agrícola, baseado em unidades produtoras de grandes dimensões. Por outro lado, um olhar sobre as condições gerais da população, noventa por cento vivendo no núcleo urbano do município, indica que a riqueza não pode ser considerada uma característica da cidade, pois ali se encontra uma série de problemas que estão relacionados com a pobreza: desemprego, violência, mortalidade infantil e a migração da força de trabalho para outras cidades.

Estas contradições podem em parte ser explicadas pelas transformações ocorridas no município e que serão discutidas nesta dissertação. Dom Pedrito foi um dos mais prósperos municípios do Rio Grande do Sul, em um período em que a economia do Estado era caracterizada pela pecuária como principal atividade. Sobre esta época, encontramos em diversas obras indicativos históricos que dão conta de um município que se destacava não apenas por sua produção pecuária, mas também pelo desenvolvimento da cidade: chegou a ter cem por cento do núcleo urbano atendido por rede de saneamento e abastecimento de água (SILVEIRA, 1999), contava com rede de iluminação pública em todas as ruas da cidade (COSTA, 1922), possuía uma importante e bem estruturada rede de educação básica e o atendimento de saúde era feito satisfatoriamente pela Santa Casa local (OLIVEIRA, 2009).

Isso tudo era uma realidade até meados do século XX, quando a modernização agrícola teve por consequência um impulso de urbanização que fez crescer rapidamente a população da cidade. Não é necessário muito esforço para entender que os serviços e equipamentos públicos tornaram-se de uma hora para outra insuficientes para atender as demandas de uma população que crescia rápido na cidade. Mesmo que todas as estruturas urbanas que relatamos tenham também se expandido, elas não lograram acompanhar a expansão do tecido urbano para as periferias da cidade. Mas estas estruturas remanescentes também influenciam quando, em uma pesquisa baseada em dados quantitativos, se estabelece uma

média de atendimento das necessidades da população, produzindo uma ideia de qualidade de vida que não condiz com a realidade. Os serviços de abastecimento de água e saneamento, por exemplo, ficaram durante muito tempo restritos à área central da cidade, assim como a iluminação pública, mas considerando a proporção da cidade atendida ela ainda era considerada satisfatória. É claro que, neste caso, as áreas mais pobres fora do centro concentravam todos os problemas e deficiências de infra-estrutura, mas que não pode ser verificado por meros dados estatísticos.

Foi com base nestas constatações que resolvemos investir na metodologia qualitativa para realizar nossa pesquisa e encontrar os elementos que dão conta da análise que pretendemos fazer. Caso insistíssemos em detalhar os dados quantitativos, dada a quantidade de variáveis que deveriam ser controladas ou justificadas, nosso resultado final teria mais a forma de um relatório do que uma análise, aprofundada nas questões e nos problemas enfrentados pela população do município, que norteamos como o centro do nosso interesse. Serão encontrados alguns dados gerais, como população e produção agrícola do município, porque eles são representativos das mudanças que aconteceram e que são tratadas neste trabalho, com foco na relação cidade-campo. Assim como Haguette (2010, p.95), acreditamos que não há uma oposição entre métodos quantitativos e qualitativos, mas que eles podem se complementar de acordo com as necessidades estabelecidas pelo problema de pesquisa.

[...] diferentes tipos de informação sobre o homem e a sociedade, são coletadas em maior profundidade e de forma mais econômica de maneiras diferentes, e que o *problema sob investigação* é que dita o *método de investigação*;[...] (TROW apud HAGUETTE, 2010, P. 95) (grifo no original).

A opção pelas metodologias qualitativas deixa também explícita a nossa escolha teórico-metodológica, que considera o espaço e a sociedade como instâncias dinâmicas da realidade. Partimos do pressuposto de que o espaço é produzido socialmente, e encontramos em Milton Santos (1985) os indicativos que passam a nortear nosso referencial teórico:

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade [...]. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida.[...] Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a

Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua *configuração geográfica* ou sua *configuração espacial* e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um determinado momento. (grifos no original). (SANTOS, 1985, p.1-2)

O mesmo autor em outro momento propõe não esquecer o caráter de totalidade do espaço, mas que deve ser apreendido levando em conta a sociedade e em última instância o homem:

Para desmistificar o espaço, cumpre levar em conta dois lados essenciais: de um lado a paisagem, funcionalização da estrutura técnico-produtiva e lugar da fetichização; do outro, a sociedade total, a formação social que anima o espaço. Por conseguinte, cabe-nos também desmistificar o homem. (SANTOS, 2009b, p. 39).

A essência do espaço sugerida por Milton Santos, no nosso entender, é um aspecto das relações sociais, que se realizam no espaço. Para nós, então, a concretude das relações sociais é dada pela sua realização. É no espaço que podemos apreender concretamente o resultado das relações sociais, de uma forma ampla, entendida como as relações de produção, as relações políticas, culturais, ideológicas. Mas elas estão no espaço assim como o espaço está nelas, em um processo dialético. É por esse motivo que optamos pelas metodologias qualitativas para operacionalizar nossa pesquisa. Elas são mais adequadas para encontrar as subjetividades das relações sociais, que não podem ser identificadas apenas pela observação de dados quantitativos.

Dentro das metodologias qualitativas, lançamos mão, na pesquisa, de algumas técnicas. A cidade ficou estabelecida como foco das nossas atenções, já que ali vive a maior parte da população, e procuramos dividir com os atores desse recorte espacial específico as aflições e expectativas que são vividas no dia a dia, e também resgatar a memória de um outro tempo que deixou marcas profundas na sociedade local. Inserimo-nos na realidade estudada, inteirando-nos das discussões políticas, dos eventos locais, dos impactos trazidos por novos investimentos que são também relatados neste trabalho. Este processo, encarado como técnica de investigação, é denominado nas Ciências Sociais de “observação participante”. Na Geografia, ela muitas vezes está representada, em especial nos estudos de Geografia Humana, pelo que denominamos de “trabalho de campo”, denominação

que era também utilizada pelos primeiros estudos de Antropologia que deram origem à sistematização do método (HAGUETTE, 2010). Ele nos foi bastante útil para apreender aspectos subjetivos da realidade, e ao mesmo tempo a ele incorporamos a coleta de material imagético, capturando diversas fotografias para posterior análise da paisagem. Esta análise, é preciso que se diga, só foi possível pela precedência da observação participante, pois quando nos deparávamos com determinado objeto no espaço, buscávamos nos inteirar sobre ele, saber sua história, que então nos permitia inferir sobre sua função no espaço e no tempo.

Para fazer a análise da paisagem, nos amparamos nas sugestões de Verdum e Fontoura (2009), como orientações metodológicas para emprestar sentido ao material coletado na pesquisa. Não discutiremos o conceito de paisagem, o que é feito por estes autores, já que eles mesmos concordam que “é um termo pouco usado e impreciso” (*op. cit.*, p. 9). Ficaremos, resumidamente, com a ideia básica apresentada como paisagem na Geografia:

Na Geografia, especificamente, a paisagem pode ser concebida como o conjunto das formas que caracterizam um determinado setor da superfície terrestre. Os geógrafos analisam os elementos que compõem a paisagem, em função de sua forma e magnitude, e propõe uma classificação das paisagens. Assim sendo, é de fundamental importância, nesse tipo de procedimento, que a paisagem seja considerada como o conjunto dos elementos da natureza que podem ser observados a partir de um ponto de referência. Além disso, na leitura da paisagem, é possível definir as formas resultantes da associação do ser humano com os demais elementos da natureza. (VERDUM e FONTOURA, 2009, p. 10).

No entanto, é preciso salientar que, como procedimento metodológico, a análise que fizemos neste trabalho está consoante com aquela que os mesmos autores chamam de “análise perceptiva”, onde a paisagem é “concebida como uma marca e uma matriz” (*op. cit.*, p. 12):

Como marca, a paisagem pode e deve ser descrita e inventariada. O ponto de partida continua sendo a descrição da paisagem enquanto perceptível; mas a explicação ultrapassa o campo do percebido, seja pela abstração, seja pela mudança de escala no espaço ou no tempo. Como matriz, a paisagem participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza. Assim, pode-se dizer que a paisagem é o concreto, ou seja, a coisa real, mas, ao mesmo tempo, é a imaginação, a representação, pelas imagens, dessas coisas.



Resta apenas complementar que nossa opção de leitura, de acordo com os autores acima, visa encontrar os diversos elementos que compõem a paisagem, que são a forma, a função, a estrutura e a dinâmica dos objetos no espaço.

A pesquisa histórica foi outra técnica da qual tivemos que lançar mão, pois se faz necessário conhecer o passado para entender a função dos objetos e a estrutura relacionada a cada tempo no espaço. Além disso, precisamos estabelecer os nexos entre as mudanças ocorridas no local e aquelas que ocorriam em um outro nível escalar, conforme a noção sugerida por Milton Santos (2008; 2009b) do espaço como totalidade. Esta tarefa foi facilitada pelo grande número de obras que descreviam Dom Pedrito e seu passado, algumas versando sobre objetos específicos, como a Santa Casa (OLIVEIRA, 2009); a unidade militar do município (RIBEIRO, 2009b); ou ainda o primeiro Centro de Tradições Gaúchas (CTG) da cidade (OLIVA, 2003). Estas obras foram encontradas nas bibliotecas da cidade e a ela foram somadas outras que reportam ao Rio Grande do Sul ou ao Brasil. A estruturação entre as partes e o todo é completada pelas referências nos estudos anteriores sobre a modernização agrícola no Brasil e no Rio Grande do Sul, que dão conta das mudanças ocorridas no campo e nos serviram para entender essa outra faceta das transformações em Dom Pedrito, já que nosso interesse é justamente a relação cidade-campo. Assim, encontramos em Fontoura (2000; 2004), Rückert (2003; 2004) e Ribeiro (2009) importantes análises dos processos de modernização do campo no Brasil, e em alguns deles com foco na região onde se encontra Dom Pedrito. Dessa forma, podemos nos deter no levantamento das peculiaridades do local.

Os procedimentos descritos anteriormente nos proporcionaram um importante conhecimento da realidade que propomos investigar, e complementamos este conhecimento a partir de uma outra técnica de coleta de dados, que é a história de vida. Isto porque pretendemos atingir, na pesquisa, aquela que foi denominada por Milton Santos (1996; 2008d) de “quinta dimensão do espaço”: o cotidiano. Esta dimensão é composta por materialidades e imaterialidades (SANTOS, 1996), e em especial estas últimas guardam significados que são determinados pelas ações dos indivíduos no espaço.

[...] por meio do lugar e do cotidiano o tempo e o espaço, que contêm a variedade das coisas e das ações, também incluem a multiplicidade infinita de perspectivas. Basta considerar o espaço não

como simples materialidade, isto é, o domínio da necessidade, mas como teatro obrigatório da ação, isto é, o domínio da liberdade. A vida não é um produto da Técnica, mas da Política, a ação que dá sentido à materialidade. (SANTOS, 2008d, p. 35)

Estas ações são carregadas de subjetividades que só podem ser observadas através do tratamento por uma metodologia adequada, e a história de vida se presta muito bem no nosso caso. Haguette (2010, p.77) explica que a história de vida é importante por ser capaz de dar sentido à noção de “processo”, oferecendo uma riqueza de detalhes sobre os processos estudados. Importa, contudo, que o pesquisador tenha um bom conhecimento sobre a realidade, que em nosso caso é proporcionado pelas demais etapas da pesquisa. Realizamos então o contato, durante a pesquisa, com algumas pessoas que foram indicadas como conhecedoras da realidade do município, e que ali viveram momentos diferentes das transformações que são tratadas neste trabalho. Foram diversos encontros com as mesmas pessoas, até chegarmos à composição do material que desejávamos. Este material consta no Terceiro Capítulo, e é o que chamamos de “textos cartográficos”, com base em Deleuze e Guattari (2000), mas como proposta original de trabalho nesta dissertação. Os apontamentos metodológicos específicos, sobre o “método cartográfico” de Deleuze e Guattari (idem) e as relações com a “epistemologia da existência” de Milton Santos (1996), achamos por bem constar no próprio capítulo, antes dos referidos textos, pois assim nossa proposta se tornará mais sensível à leitura, pois ela estabelece um corte no ritmo da dissertação, que é retomado no Capítulo Quatro.

Teoricamente, nosso referencial principal está calcado na obra de Milton Santos. Este autor tem uma extensa produção que, obviamente, não logramos conhecer por completo. Nosso esforço reside em buscar, dentre tantas de suas formulações teórico-conceituais, aquelas mais adequadas ao tratamento do nosso objeto de pesquisa. Isso importou, também, em abdicar de outras tantas do mesmo autor, para não criar duplicidade na abordagem sobre o mesmo tema.

A opção teórico-metodológica por Milton Santos advém primeiramente da nossa admiração por esse autor. Acreditamos que ele, como intelectual de primeira grandeza, merece ser retomado e discutido dentro de uma proposta empírica que é a pesquisa, pois sua contribuição tende a crescer de importância diante da comunidade acadêmica com a experimentação dos pressupostos com os quais trabalhou e desenvolveu suas ideias.

Existem outros tantos intelectuais de primeira grandeza, como nos referimos a Santos, e inclusive muitos dentre os autores reconhecidos na Geografia e áreas afins por tratar dos mesmos temas, utilizar os mesmos conceitos e referências que utilizaremos aqui. É preciso fazer referência a pelo menos dois, para evitar mal entendidos: Henri Lefebvre e David Harvey. Muitas das propostas destes autores foram igualmente difundidas por Milton Santos, e dentro inclusive da mesma corrente teórico-metodológica que Santos se filiou inicialmente: o marxismo. Muitos conceitos trazidos por Santos aparecerem em diversos momentos nas obras dos outros dois autores. Não iremos discutir quem foi o precursor de uma ideia, pois não é nossa intenção, até porque esta questão poderia ser razoavelmente resolvida ao considerar que todos beberam na mesma fonte. No entanto, e para evitar que um leitor menos avisado enxergue qualquer falha nas referências, desde já informamos que escolhemos referenciar os conceitos e teorias utilizados neste trabalho, sempre que possível, em Milton Santos. Acreditamos que tal escolha não oferece nenhuma facilidade, conforme possa se supor, pelo contrário: exigiu-nos atenção para com as ideias do autor e o momento adequado de lançar mão delas.

Justificamos nossa escolha pelo entendimento de que, embora a obra de Santos em diversos momentos atravessasse outros autores, ela tem sua originalidade e está consolidada, pois remete a construção dos preceitos teóricos a uma realidade específica: aquela do Terceiro Mundo, dos países subdesenvolvidos, e especialmente do Brasil. Eis aí a grande diferença e o aspecto mais original dos textos deste autor. Trabalhamos, pois, com a mesma realidade, em constante transformação, e que pelo entendimento que podemos tirar das leituras, requer a atenção para a formação histórica do espaço. Longe de ser um simples resenhista, este autor a que nos vinculamos teoricamente sempre apresentou consistentemente as obras dos outros autores, através da sua leitura, e delas emitiu sua crítica ou conformidade, dependendo do caso e da ideia a ser desenvolvida. Esta foi uma das maiores características da obra de Milton Santos: o estudo sistemático e exaustivo das teorias que se apresentavam como explicação para aquilo que vimos denominando de espaço geográfico.

Seguimos então com Milton Santos neste trabalho, assim como o fez Denise Elias (2003), dentro de uma realidade muito peculiar ao nosso Brasil, país em desenvolvimento, periférico, cuja história nos remete a uma formação espacial específica. Assumimos o compromisso de levar a teoria ao campo empírico, buscar

sua referência concreta, contribuir para seu entendimento e sua crítica, sem perder de vista o horizonte metodológico que nos filia à produção do conhecimento. Por fim, lançamos uma passagem da introdução de “A Natureza do Espaço”, que resume o tratamento teórico-metodológico que dedicamos ao nosso trabalho:

A partir da noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações podemos reconhecer suas categorias analíticas internas. Entre elas, estão a paisagem, a configuração territorial, a divisão territorial do trabalho, o espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdo. Da mesma maneira e com o mesmo ponto de partida, levanta-se a questão dos recortes espaciais, propondo debates de problemas como o da região e o do lugar, o das redes e das escalas.[...] O conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre esses conceitos constitutivos e operacionais, próprios à realidade do espaço geográfico, junto à questão de uma ordem mundial e de uma ordem local.

O estudo dinâmico das categorias internas acima enumeradas supõe o reconhecimento de alguns processos básicos, originariamente externos ao espaço: a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e totalização, a temporalização e a temporalidade, a idealização e a objetivação, os símbolos e a ideologia. [...]

A centralidade da técnica reúne as categorias internas e externas, permitindo empiricamente assimilar coerência externa e coerência interna. A técnica deve ser vista sob um tríplice aspecto: como reveladora da produção histórica da realidade; como inspiradora de um método unitário (afastando dualismos e ambiguidades) e, finalmente, como garantia da conquista do futuro, desde que não nos deixemos ofuscar pelas técnicas particulares, e sejamos guiados, em nosso método, pelo fenômeno técnico visto filosoficamente, isto é, como um todo. (SANTOS, 2008, pp. 22-23)

Embora pretencioso, esperamos que nas páginas seguintes, quando estaremos tratando da nossa pesquisa, sejam encontrados os elementos enumerados nesta passagem. Nosso trabalho é um pequeno esforço de explicar a realidade a partir de uma teoria, resultado do nosso mergulho na Geografia e da busca dos elos com a Ciência Social que seja não apenas descritiva, mas também propositiva, comprometida com as transformações que visem um mundo melhor.

## 1. A QUESTÃO URBANA E A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO

Dentro de uma interpretação da História e Geografia tradicionais, aceitamos com tranquilidade a ideia de que a formação das cidades, em todas as épocas, foi possibilitada pela produção de excedente na agricultura, que por sua vez é uma atividade desenvolvida no campo. A fórmula didática que temos reproduzido é bem simples: ao estabelecerem-se primeiramente como sedentários, os grupos humanos passaram a garantir sua subsistência e, logo depois, com o desenvolvimento das técnicas na agricultura, permitiram-se uma divisão do trabalho onde não havia a necessidade de todos os indivíduos se dedicarem ao trabalho agrícola (ENDLICH, 2006).

A nova divisão social do trabalho não tardou a produzir também uma nova divisão espacial do trabalho, pois se agrupando em espaços mais dinâmicos onde podiam desenvolver outras atividades, os grupos humanos da antiguidade constituíram as primeiras cidades. Nelas, não apenas o trabalho intelectual foi possível, mas também o desenvolvimento de formas políticas e sociais de dominação que constituem a gênese do modelo de organização política e administrativa reproduzido ainda hoje. A existência das cidades como entidade espacial e política dotada de autonomia, no Ocidente, remete dessa forma à antiguidade da história ocidental.

O viver nas cidades, no entanto, só se tornou uma realidade para a maior parte das populações bem mais tarde, acompanhando o desenvolvimento das técnicas e principalmente as necessidades impostas pelos sistemas econômicos que se difundiram, em especial o capitalismo. A constituição de uma sociedade urbana, tal qual a concebemos hoje, está intimamente ligada ao processo de desenvolvimento do sistema capitalista.

A urbanização desenvolvida com o advento do capitalismo aparece na Europa como fato moderno logo depois da Revolução Industrial. Mais recentemente, e paralelamente à modernização, ela se generaliza nos países subdesenvolvidos; por isso, costuma-se associar a idéia de urbanização à de industrialização. (SANTOS, 2008b, p. 13)

A urbanização que estaremos tratando aqui, portanto, diz respeito ao processo de urbanização da sociedade, ou ainda à “revolução urbana” identificada por Henri Lefebvre (1999), e tem estreita relação com o desenvolvimento do

capitalismo industrial e suas formas posteriores, indicando a relação entre a produção social do espaço e o desenvolvimento das técnicas, sendo que a técnica predominante do nosso tempo é aquela que Milton Santos (2008; 2008d) denominou de meio técnico-científico-informacional.

Uma discussão sobre a questão urbana, então, passa necessariamente pela reflexão da relação da cidade com o campo. Assim surgiu o par clássico de análise “cidade-campo” ou ainda, de outra forma, “urbano-rural”. A interpretação de que o surgimento e desenvolvimento das cidades dependem do excedente produzido no campo não representa, contudo, uma premissa. Jane Jacobs (1969) inovou ao sugerir, no seu estudo sobre a economia das cidades<sup>1</sup>, que na verdade a cidade é que “comanda” o desenvolvimento das atividades no campo.

Para Manuel Castells (1985, p.22), o entendimento da questão urbana requer a investigação do processo histórico de urbanização. O autor analisa diversas delimitações conceituais e realidades históricas diferentes, para chegar à conclusão de que a “problemática atual” da urbanização está ligada ao desenvolvimento da sociedade capitalista em função de um modelo mundial de desenvolvimento, com a aceleração do ritmo de urbanização, o surgimento das metrópoles e a concentração do crescimento urbano, em especial nas regiões subdesenvolvidas. Castells, como sociólogo, está interessado nas formas específicas de vida social relacionadas ao que chama de fenômeno urbano, e trata da distinção entre cidade e campo como uma “diferenciação das formas espaciais de organização social” (*op. cit.*, p. 26). A seu ver, a urbanização acentuada pela qual passou o mundo, e principalmente as regiões subdesenvolvidas, importa menos em uma mudança no estilo de vida (do ponto de vista das relações sociais e culturais) das populações e mais na questão pontual da concentração espacial destas populações. Tal observação indica que campo e cidade não correspondem, necessariamente, ao par respectivo rural e urbano, pois esta última distinção equivale a formas sociais específicas e que hoje se confundem nos espaços de vida e de produção, dentro da lógica do capitalismo.

Raymond Williams (2008) já teria apontado, com base em estudos sobre um período histórico anterior, que corresponde ao nascimento e desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa, que campo e cidade se inter-relacionam no

---

<sup>1</sup> O estudo de Jacobs, sobre o desenvolvimento das cidades, se vincula a uma interpretação econômica clássica, tal qual aquela preconizada por Adam Smith sobre a riqueza das Nações.

imaginário de forma que se confundem em aspectos da vida e do cotidiano, mesmo com o predomínio de uma sociedade urbanizada.

Neste trabalho fazemos algumas reflexões sobre a questão urbana e a relação cidade-campo, com base nos estudos que realizamos, permitindo-nos a identificação de alguns pressupostos que poderão nortear o caráter investigativo sobre o tema:

- a) há um vínculo entre cidade e campo, dentro de um processo de divisão espacial do trabalho, que se dá historicamente. Não há, necessariamente, a dominação da cidade sobre o campo ou vice-versa, mas determinações que respondem dialeticamente à conjuntura de períodos históricos específicos, nos quais se alternam a ordem de importância dos lugares, respondendo às estruturas e às formas construídas com o passar do tempo, que se acumulam no espaço;
- b) a técnica, em cada período histórico, é determinante da divisão social e espacial do trabalho, pois responde ao modo de produção específico;
- c) as técnicas são elementos centrais na produção do espaço e na caracterização da relação cidade-campo, pois são portadoras das determinações que alteram as formas e as estruturas do espaço geográfico.

Propomos estes pressupostos a partir da interpretação da obra de Milton Santos (1985; 2008; 2008d; 2009; 2009b), segundo o qual a técnica tem papel central na produção do espaço, caracterizando os períodos específicos que estabelecem dinâmicas diferenciadas no processo espacial. Estes períodos – que são nomeados pelo autor de meio técnico, técnico-científico e técnico-científico informacional – são formulações teóricas que buscam explicar as configurações espaciais a partir das transformações técnicas dos modos de produção. Falaremos mais sobre eles, especificamente em relação ao nosso objeto de pesquisa, no último capítulo deste trabalho.

Arriscamos dizer por ora, com base na leitura que fizemos, que as diversas interpretações sobre o fenômeno da urbanização e sua relação com o campo, o desenvolvimento da cidade e do campo como instâncias sociais específicas da produção, e a separação entre sociedade urbana e rural, são representações válidas para períodos específicos em determinadas sociedades. Assim, a ideia reproduzida pela historiografia tradicional explica razoavelmente a gênese das cidades, embora não se possa determinar em que momento histórico específico a cidade ou o campo

promoveram as possibilidades de desenvolvimento de um ou outro, e qual seu grau de autonomia relativa. Também a relação sugerida por Jacobs (1969) parece estar muito bem situada diante da realidade, a partir de um determinado estágio de desenvolvimento do capitalismo, já que as cidades se tornaram, hoje, os centros de controle e decisão de um sistema difundido internacionalmente, que têm incorporado a atividade agrícola (ainda em sua maior parte realizada no campo) não apenas como a responsável pelo abastecimento das populações, mas como um importante setor no mercado de capitais, através do desenvolvimento das economias de *commodities*<sup>2</sup>.

Preferimos, para nossa abordagem, a escolha de um caminho que não descarte nem uma nem outra possibilidade, qual seja aquele onde a relação entre cidade e campo se apresenta na forma de uma dialética espacial, um respondendo ao outro de acordo com as forças que estão em jogo no processo de produção dos espaços. É a partir desta abordagem que apresentamos aqui um estudo de caso onde iremos investigar a relação cidade-campo em uma realidade específica: a de uma cidade local. O fenômeno urbano tem várias facetas, embora a mais lembrada seja sempre a questão da metrópole, das grandes cidades e os processos de regionalização a partir dos pólos urbanos. As cidades menores, no entanto, também merecem a nossa atenção, pois representam outra faceta do processo de urbanização (SANTOS, 1979), e apresentam dinâmicas diferenciadas nos seus espaços específicos, respondendo a influências de todo tipo que podem ser tanto endógenas como exógenas. Há um elemento vinculante nestas influências, já que o capital global consegue estender seus braços sobre todos os espaços, mas elas produzem resultados específicos dentro das possibilidades dadas pela conformação das forças econômicas, sociais e políticas de cada caso. Eis o que buscamos entender neste trabalho, tendo como objeto de estudo o município de Dom Pedrito.

O certo é que a questão urbana e a relação cidade-campo envolvem discussões bastante amplas. No entanto, a fim de direcionar o nosso trabalho, é preciso centrar o foco de nosso interesse a partir da escolha metodológica que fizemos. Passaremos então a tratar mais especificamente da urbanização brasileira, para identificar as especificidades do nosso objeto de pesquisa.

---

<sup>2</sup> Os *commodities* representam um mercado internacional de produtos primários ou em estado bruto, normalmente minérios ou produtos agrícolas, que são comercializados em bolsas de mercadorias futuras (SANDRONI, 1999).



## 1.1 A Urbanização no Brasil

O Brasil conheceu o processo de urbanização desde os primórdios da colonização, quando se desenvolveram os primeiros centros urbanos que centralizavam as atividades comerciais entre a Colônia e Metrópole. Para nossa análise, no entanto, importa o período de urbanização recente, aquele que Milton Santos (2009, p.9) reconheceu como o momento em que atingimos “a urbanização da sociedade e a urbanização do território, depois de longo período de urbanização social e territorialmente seletiva”, e que corresponde ao século XX, consolidando-se no seu último terço.

Esse processo recente de urbanização acentuada, que além do território, constitui o marco da sociedade urbana no Brasil, corresponde ao processo de urbanização mundial que nos referimos anteriormente, com base em Castells (1985), vinculado ao desenvolvimento do capitalismo industrial. É assim que Santos (2009) observa a nova lógica territorial que se impõe ao país desde o projeto estatal de industrialização dos anos 1930, e depois:

A partir dos anos 1940-1950, é essa lógica da industrialização que prevalece: o termo *industrialização* não pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização[*sic*]) e ativa o próprio processo de urbanização. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do País; por isso a partir daí uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estados. (op. cit., p. 30)

Pensando em termos de Brasil, é preciso estar atento a algumas diferenças, não só em relação aos detalhes dos períodos específicos, mas também devido à própria formação da sociedade nacional, baseada no sistema colonial e que tem como marca estruturas arcaicas e arraigadas, e aí sobretudo importa a forma como a apropriação do território foi historicamente determinada pelas estruturas sociais. Considerando que a questão cidade-campo atravessa diretamente a questão da urbanização, a maneira como o campo se modernizou – ou permaneceu, sob determinada ótica, preso às estruturas da sociedade agrária colonial – reflete nos mecanismos territoriais envolvidos nos processos de urbanização da sociedade.

Trataremos disso mais especificamente adiante nos Capítulos Dois e Quatro, com base em nosso objeto de pesquisa.

Por ora, importa entendermos que a nossa urbanização recente tem as bases lançadas pelo projeto estatal de modernização do país, levado a cabo pelo primeiro governo de Getúlio Vargas, a partir de 1930, quando foram lançadas as bases para a industrialização do país. Posteriormente, nas décadas de 1940-50, o processo de urbanização sustentado pelo crescimento da atividade industrial tomou forma, ainda mais com a retomada da política estatal de desenvolvimento de corte cepalino dos anos 1950<sup>3</sup>. Uma nova expressão do desenvolvimento urbano veio se somar no final da década de 1960, com as políticas adotadas pelo governo militar de caráter ditatorial, que conduziu o que veio a ser denominado como “milagre brasileiro”, política de crescimento econômico com base na expansão do consumo interno e cujo caráter geopolítico visava a integração do território, objetivo que foi em parte atingido com base em amplas políticas de incentivo agrícola e de subsídio a setores da economia que visavam a dispersão no território das atividades monopolistas de capital. Esse seria o que Milton Santos (2009, p. 77) denominou de “novo patamar, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto do ponto de vista qualitativo” do processo de urbanização, período em que houve uma concentração da população nas cidades médias e nas metrópoles. Sobre estes dois momentos distintos da urbanização brasileira, a orientação política dada a eles foi ainda denominada por Santos (2009) de “ideologia do desenvolvimento” nos anos 1950, e “ideologia do crescimento” a partir do final dos anos 1960.

É interessante notar que a questão da urbanização do Brasil é marcada por períodos em que a gestão estatal do território se impõe como determinante, mas estes períodos correspondem, não por acaso, a períodos de transformações e crises do sistema capitalista em nível mundial. Assim, a política de industrialização dos anos 1930 é uma repercussão da Grande Depressão de 1929, quando ficou escancarada a fragilidade econômica da condição do país de economia agrícola exportadora, cujo mercado produtor era extremamente dependente da economia externa. No clássico “Formação Econômica do Brasil”, Celso Furtado (2005)

---

<sup>3</sup> Nos referimos às políticas adotadas pelos governos segundo as orientações da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão regional das Nações Unidas criado em 1948 e sediado no Chile, “com o objetivo de elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento dos países latino-americanos”. Os técnicos da instituição, a partir dos seus estudos, “defenderam a necessidade de promover a industrialização da América Latina e a diversificação geral de sua estrutura produtiva” (SANDRONI, 1999, p. 90).

demonstra a estreita ligação entre a economia agrícola cafeeira e a política de industrialização dos anos 1930. Importante notar, nesta obra, que a relação extrapola a simples dinâmica da produção de alimentos para garantir a urbanização da sociedade, pois esbarra principalmente na necessidade de encontrar alternativas para garantir a reprodução das elites sociais no período de crise do capitalismo. O peso econômico e político da elite produtora são determinantes das alternativas de desenvolvimento da indústria nacional. Da mesma forma, a política desenvolvimentista da década de 1950 reflete uma preocupação com a economia dos países periféricos que se estabeleceu como discussão teórica internacional no período pós-Segunda Guerra. Por fim, a política de crescimento adotada no período do governo militar entra em consonância com as novas necessidades de expansão do capitalismo mundial, lançando as bases para o movimento seguinte de internacionalização da economia – notadamente a partir da segunda metade da década de 1980 – quando a dispersão das atividades econômicas no território propiciou a inclusão da economia nacional ao capitalismo global.

Esta reflexão que estamos propondo se presta a algumas observações a nosso ver importantes: primeiro – a de que o desenvolvimento da sociedade urbana, no Brasil, teve grande impulso quando o Estado assumiu o papel central como promotor das relações espaciais de urbanização, o que se dá principalmente a partir do governo Vargas; segundo – a presença sempre importante da economia agrícola nos processos de urbanização, o que adiciona um peso extraordinário na relação do campo com a cidade no desenvolver do fenômeno urbano; terceiro – a importância de uma visão em escala, pois quando chegarmos ao atual estágio de urbanização e nos focarmos na relação cidade-campo, questão central neste trabalho, não poderemos abdicar de estabelecer as relações entre as questões locais e globais que interferem na forma como o espaço geográfico se conforma.

Algumas palavras, então, sobre as escalas geográficas. A escala é, como sugere Castro (2005, p.136), uma estratégia de apreensão da realidade a partir de uma representação, representação esta que não é necessariamente cartográfica. Dessa forma, é possível apreender não apenas as diferenças na organização do espaço, mas também a complexidade dos fenômenos sociais envolvidos (idem, p.137). As escalas geográficas estão frequentemente presentes nas análises da geografia, embora não sejam, muitas vezes, explicitadas (RACINE, RAFFESTIN e RUFFY, 1983). É importante, contudo, esclarecer o ponto de vista da observação,

pois a “tendência à homogeneidade” dos fenômenos no espaço estudado “cresce na razão inversa da escala” (idem, p. 125). A escala geográfica se presta, inclusive, a metodologia específica de análise, segundo a qual podem ser estabelecidas as relações entre os diversos níveis escalares a partir de um determinado fenômeno estudado<sup>4</sup>.

Não pretendemos, neste estudo, tratar das escalas como opção metodológica central. É imprescindível, no entanto, estarmos atentos ao nível escalar da nossa análise, pois diversas vezes estaremos tratando de especificidades locais que respondem a fenômenos de ordem global. É o que aparece ao buscarmos, como fizemos, as relações entre os períodos que marcam a urbanização do país com as transformações ocorridas no âmbito mundial. É o que irá aparecer quando tratarmos da questão da modernização da agricultura e sua relação com os mercados globais, devido à opção pela produção de *commodities* nos espaços agrícolas do sul do Brasil. Entendemos que a importância das escalas geográficas na análise espacial é dar conta de uma dialética local-global que está cada vez mais presente na formação dos espaços, e cujas especificidades no âmbito local e sua relação com os níveis escalares superiores fogem da simplificação metodológica da indução-dedução, que importa em generalizações muitas vezes inconsistentes. Assim é possível tratar de fenômenos muito amplos que têm uma mesma origem e dar conta das peculiaridades encontradas quando estes fenômenos atingem as especificidades do local.

Milton Santos (2009), quando trata das transformações ocorridas no processo de intensificação da urbanização no Brasil e relaciona com as peculiaridades regionais, observa o quanto as diferenças históricas de formação de cada fração do território criam diferenças, mesmo quando se impõe uma mesma lógica ao território como um todo:

A partir do momento em que o território brasileiro se torna efetivamente integrado e se constitui como mercado único, o que à primeira vista aparece como evolução divergente é, na verdade, um movimento convergente. Há uma lógica comum aos diversos subespaços. Essa lógica é dada pela divisão territorial do trabalho em escala nacional, que privilegia diferentemente cada fração do território a um dado momento de sua evolução. É dessa maneira que, em cada período, se entendem as particularidades e o

---

<sup>4</sup> Um exemplo de estudo com essa característica metodológica é a pesquisa de Anelise Rambo (2006), sobre desenvolvimento territorial a partir do estudo de uma cooperativa de produtores no município de Fontoura Xavier/RS.

movimento próprio de cada subespaço e as formas de sua articulação no todo. Esse enfoque se impõe, pois a cada momento histórico as heranças dos períodos passados também têm papel ativo na divisão territorial do trabalho atual. O movimento, no território, do geral e do particular, tem de ser entendido não apenas *hoje*, como *ontem*. É assim que se podem explicar não apenas esse dado estatístico que são as diferenças regionais dos índices de urbanização, mas também dados estruturais, como as diferenças regionais de forma e de conteúdo da urbanização. (p.67)

A questão das peculiaridades regionais e locais é importante no Brasil, país de dimensões territoriais gigantescas, onde se encontra uma heterogeneidade de situações que podem ser estudadas particularmente. Eis a opção que fizemos neste trabalho, buscando entender a relação cidade-campo em um município do extremo sul do país, situado em uma região onde os processos de urbanização impactaram diretamente o campo, ontem e hoje espaço de produção agrícola, mas cuja modernização, aliada à tendência de concentração populacional nos pólos e metrópoles, modificou o perfil de relação da cidade local com o campo.

Para Milton Santos (*idem*), autor no qual nos baseamos para entender o processo de urbanização brasileira, chegamos ao momento em que o país não pode mais ser dividido entre Brasil urbano e Brasil rural, mas sim entre um Brasil urbano e um Brasil agrícola, dadas as características de homogeneização das regiões a partir da nova divisão espacial do trabalho, sendo que o campo é hoje essencialmente lugar da produção agrícola.

Estaríamos, agora, deixando a fase da mera urbanização da sociedade, para entrar em outra, na qual defrontamos a urbanização do território. A chamada urbanização da sociedade foi o resultado da difusão, na sociedade, de variáveis e nexos relativos à modernidade do presente, com reflexos na cidade. A urbanização do território é a difusão mais ampla no espaço das variáveis e dos nexos modernos. Trata-se, na verdade, de metáforas, pois o urbano também mudou de figura e as diferenças atuais entre a cidade e o campo são diversas das que reconhecíamos há alguns poucos decênios. (*ibid.*, p.138).

Essa atual fase de urbanização do território é uma condição daquilo que o autor denomina de meio técnico-científico-informacional, ou seja, a técnica predominante no atual estágio do capitalismo, que se impõe sobre a cidade e o campo, criando dinâmicas territoriais específicas do nosso tempo. A forma como estas dinâmicas influem sobre a cidade local é o que buscamos entender a partir da reconstrução dos processos históricos recentes, com base nos dados na pesquisa

que apresentaremos adiante. Antes, contudo, discorreremos sobre a formação das cidades e o nosso objeto em específico: o município de Dom Pedrito.

## 1.2 A Formação das Cidades no Brasil e no Rio Grande do Sul

A formação das primeiras cidades, no Brasil, se confunde com o processo de colonização, tendo se iniciado a partir da ocupação da “costa Atlântica para explorar recursos naturais e expandir direitos territoriais” (MONTE-MÓR, 2004, p.4).

Neste período

A urbanização foi marcada por uma ocupação rural extensiva pontuada por vilas que organizavam redes urbanas frágeis e isoladas, no cerrado, nas florestas e campos, distantes dos centros costeiros que articulavam economias regionais.

A exceção foi a economia mineradora dos setecentos que gerou forte migração interna e externa e deslocou o centro da economia colonial para o sudeste, promovendo a primeira integração parcial do território e economia nacionais e estabeleceu o padrão de concentração que perdura ainda hoje. (op. cit., p.4)

Para identificar os períodos de criação e expansão das primeiras cidades, vamos recorrer novamente ao estudo de Milton Santos (2009) sobre a urbanização brasileira. As primeiras cidades surgidas no Brasil respondiam à lógica colonial, sendo entidades criadas pela necessidade de marcar na Colônia a presença da Metrópole, para onde se dirigiam grande parte dos recursos da produção, baseada quase que somente na exploração dos recursos naturais. A mudança veio com a expansão da agricultura comercial, o ciclo da cana-de-acúcar, quando então os produtores passaram a ter a casa na cidade como residência mais importante. Esta é apontada por Roger Bastide (apud SANTOS, 2009) como a primeira revolução em termos de urbanização ocorrida no Brasil, iniciada no século XVIII e que se expandiu no XIX, quando a mecanização da produção ensejou uma outra revolução: a técnica. Para Santos (2009, p. 29)

O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior. Havia, sem dúvida, para cada um desses subespaços, pólos dinâmicos internos. Estes, porém, tinham entre si escassa relação, não sendo interdependentes.

Esse é o quadro apresentado até meados do século XIX, quando a produção do café em São Paulo, incluindo também o Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais, vem adicionar um impulso significativo ao processo de divisão territorial do trabalho.

A urbanização também se acentua, na carona da inserção de um novo parâmetro técnico sobre o território, com o desenvolvimento de infra-estrutura viária e de comunicações, sobretudo em São Paulo. Esta urbanização ainda é seletiva, não atingindo todo o território, mas está na origem do processo de industrialização e polarização daquela que veio a ser chamada de “região concentrada” (SANTOS e SILVEIRA, 2006).

O processo de urbanização mais recente do país, ou aceleração da urbanização, gerou transformações nas características das cidades que nos interessam aqui. Primeiramente, houve uma tendência à concentração demográfica nos grandes centros urbanos, as metrópoles, acompanhando as oportunidades criadas pela instalação das indústrias, que preferiam estas localidades e suas respectivas redes de serviços. Na verdade, o período que vai de 1930, quando foram lançadas as bases da industrialização no Brasil, até meados da década de 1970, quando a população do país passou a ser essencialmente urbana, conheceu um expressivo aumento da população urbana em praticamente todos os municípios brasileiros<sup>5</sup>.

Milton Santos (2009) observou, posteriormente, uma tendência à desmetropolização, com um maior crescimento populacional em cidades médias – e mais acentuado ainda nos pólos regionais – do que nas metrópoles. O que ocorre neste último período, tendência que segue nos dias atuais, é uma maior dispersão das atividades secundárias e terciárias no território, explorando a rede de infra-estruturas consolidada, e principalmente o maior desenvolvimento das tecnologias de comunicação. Temos aí, então, um exemplo de conformação territorial de acordo com o período técnico-científico-informacional.

Esta resposta do território ao período técnico-científico-informacional não envolve, obviamente, apenas a rede urbana do país. Ela influi sobre os processos de regionalização e pode ser identificada, dado o atual estágio de incorporação das técnicas no espaço, em todos os espaços de produção, sejam eles industriais, agrícolas ou ainda de serviços. Para Denise Elias (2006), a inserção do meio técnico-científico-informacional no campo, que corresponde à expansão da agricultura científica, é responsável por grande parte das transformações que ocorreram no espaço urbano das cidades locais e médias, diluindo “a velha

---

<sup>5</sup> Foi assim inclusive no município que é objeto deste estudo: Dom Pedrito, cuja população urbana em 1970 já alcançava 64%.

dicotomia cidade-campo, construindo-se uma unidade dialética entre estes dois espaços” (p. 281). Para a autora, este processo está bem marcado a partir da década de 1980.

É por esse motivo que o atual período estabelece algumas diferenças sobre a hierarquia das cidades, modificando o papel destas entidades no espaço total. Além da relação entre as cidades, é preciso entender, de outra forma, como este processo se estabeleceu no interior das cidades, sobretudo naquelas em que o papel desempenhado na estrutura urbana e na relação com o campo modificou as formas conhecidas de produção do espaço interno, com impacto significativo na vida das populações.

Há diversos estudos que se propõem a investigar estas mudanças ocorridas no espaço interno das metrópoles ou ainda nas cidades que conheceram vigoroso crescimento demográfico ou econômico. Menos tem se estudado, contudo, sobre o processo de estagnação ou letargia conhecido por algumas cidades (quase sempre as menores) e que, da mesma forma, estão a responder às mesmas transformações desencadeadas pelo atual estágio do desenvolvimento das técnicas e reestruturação espacial. Ana Clara Torres Ribeiro (2006) aponta uma “restrição temática” dos estudos urbanos, que privilegiam os espaços metropolitanos. A superação desta restrição é necessária, pois:

Estamos face aos movimentos de ajuste do país, a uma nova divisão social e territorial do trabalho, que seleciona e transforma as funções metropolitanas ainda preservadas, impondo, simultaneamente, novas funções (e atributos) a cidades de diferentes tamanhos e, sobretudo, às cidades de porte médio inscritas nos processos de modernização – que, em grande parte, é transnacional – do campo. (*op. cit.*, p.18)

A mesma autora aponta ainda “desafios e obrigações” para a compreensão do atual fenômeno urbano:

Para um país periférico, abandonar a reflexão das diferentes escalas em que se realiza a urbanização e os seus vínculos com a (re)organização da produção significa desistir da compreensão dos papéis exercidos pelos lugares e, por esse caminho, do planejamento do seu futuro. (*idem*, p.18)

Entendemos que nem sempre a explosão demográfica dos núcleos urbanos correspondeu ao crescimento econômico do município ou ao ganho de qualidade de vida das populações. É neste último grupo de preocupações que filiamos nossa investigação, tendo como objeto de estudo o município de Dom Pedrito, onde o crescimento da população urbana acompanhou nitidamente os processos de



urbanização que temos falado, vinculados à modernização da agricultura, com diminuição da população rural. No entanto, a partir da inserção da produção local na lógica do meio técnico-científico-informacional, houve uma estagnação da população do município e um encolhimento e/ou reconfiguração da rede de serviços destinada ao consumo consumptivo, impactando a oferta de oportunidades para a população urbana, hoje na ordem de 90% (FEE, 2009).

Para chegarmos até aqui, é importante que entendamos o processo de formação das cidades no estado mais ao sul do Brasil, o Rio Grande do Sul, onde se localiza o município estudado. O Rio Grande do Sul foi incorporado tardiamente ao território colonial, após disputas entre Portugal e Espanha pelas áreas da Bacia do Prata. Conheceu a experiência das reduções jesuítas e posteriormente teve seu território fracionado pela distribuição das sesmarias, forma de colonização e ocupação do território adotado por Portugal (PESAVENTO, 1984). A exploração econômica colonial era dependente das necessidades do centro do país, onde a extração de minérios e a produção de açúcar eram as atividades principais da colônia. O interesse pelas áreas que hoje correspondem ao Rio Grande do Sul veio com o desenvolvimento de uma economia do gado, que consistia na preia do gado chucro remanescente das reduções, inicialmente tendo o couro como produto, o que levou Portugal a introduzir o sistema de sesmarias em 1732 (FONTOURA, 2000). Posteriormente, a partir de meados do século XVIII, desenvolveu-se a pecuária das charqueadas que veio a tornar-se a principal atividade ao final daquele século, em especial nos campos da metade sul. A condição de fronteira deste território, com a independência do Uruguai em 1828, também reforçava a importância da ocupação e controle destas áreas, que se dava pela garantia da posse no sistema sesmarial. Este processo de expansão e consolidação do território, que se estendeu até o início do século XIX, está na gênese da estância e da classe proprietária da região da Campanha (FONTOURA, 2000), formada pelos estancieiros que eram, ao mesmo tempo, guardiões do território e possuíam forte vínculo com as estruturas militares do império.

Muitas das primeiras cidades da região da Campanha surgiram das sedes militares e administrativas das estâncias, lugar onde se organizava a elite local em torno das suas necessidades. Cidades hoje ainda importantes dentro da configuração regional têm suas datas de fundação dentro do período de grande influência política da classe de estancieiros pecuaristas: Rio Grande em 1809;

Pelotas em 1830; Bagé em 1846; e Santana do Livramento em 1857. Com a expansão da economia da pecuária no século XIX foram construídas, nestas cidades, por iniciativa ou pressão da classe produtora, as primeiras redes de serviços e infra-estrutura do Estado, como redes ferroviárias, cooperativas de produtores, charqueadas, estabelecimentos de ensino, unidades militares fortes e bem aparelhadas. Dom Pedrito foi criada em área inicialmente pertencente ao município de Bagé, e nasceu um tanto mais tarde, desde um processo diferenciado de ocupação que contou com a simpatia dos produtores da região, formando uma importante aliança política local. Trataremos disto especificamente logo adiante.

O processo de formação e expansão das cidades do Rio Grande do Sul, então, ocorre mais tardiamente do que aquele que apontamos anteriormente nos marcos temporais da urbanização no Brasil, com base nas dinâmicas territoriais do sudeste e nordeste brasileiros. É interessante, contudo, notar o surgimento de Porto Alegre como um dos pólos de concentração regional ao final do século XIX, quando contava já com mais de 70 mil habitantes (SANTOS, 2009, p. 23), número expressivo para a época. Esse dado indica a plena inserção da economia do Rio Grande do Sul na lógica da urbanização nacional, que por esse tempo passa a responder a uma complexidade maior na divisão territorial do trabalho no Brasil, com atendimento de demandas que vem do exterior a partir do desenvolvimento de uma agricultura comercial de exportação, o café, com novo parâmetro técnico e de relações de produção e consumo capitalistas. Embora o Estado não produzisse café, nessa nova divisão do trabalho se acentua a sua importância como produtor de alimentos para um Brasil que passa a se expandir na formação dos centros urbanos.

### **1.3 Dom Pedrito: cidade local**

*“No passo havia ficado gente, a maioria chegada aos poucos, a semente que um gaúcho plantara, a sua aldeia teimosa que vingou no campo aberto”.*<sup>6</sup>

O município de Dom Pedrito foi criado em 1872, existindo anteriormente como freguesia, que se formou a partir de uma aldeia de contrabandistas nascida às margens do rio Santa Maria, em local onde podia ser atravessado a pé ou a cavalo, ainda no final do século XVIII. Esse povoamento inicial foi constituído por um

---

<sup>6</sup> José Antonio Dias Lopes (1972, p. 11).

desertor do exército espanhol, chamado Don Pedro de Ansoategui, cuja alcunha “Dom Pedrito” emprestou o nome ao passo do rio e posteriormente à vila que se originou no local (LOPES, 1972). Ali na margem esquerda do rio ele se instalou com seus companheiros, onde praticavam o contrabando de produtos do Prata e negociavam o couro do gado chimarrão com os brasileiros, em data incerta entre os anos de 1770 e 1800.

Motivos não faltaram para que a aldeia, na verdade um entreposto de comércio ilegal, viesse a prosperar a ponto de se tornar cidade: no tempo do seu surgimento, o extremo sul do Brasil era sacudido por muitos conflitos bélicos, em virtude das disputas de fronteira entre Portugal e Espanha. Após a independência do Brasil em 1822 e do Uruguai em 1828, iniciaram-se as negociações entre os dois países para a definição das fronteiras, o que levou algum tempo ainda. Brasil e Uruguai só foram ter as fronteiras estabelecidas definitivamente em 1862, após dez anos de trabalho de uma comissão formada por diplomatas dos dois países (ENGEL, 1999). A fragilidade das fronteiras fazia com que a região, já em processo de povoamento pelos primeiros estancieiros, buscasse os recursos para uma sociedade em formação junto ao Uruguai, pela maior proximidade de Montevidéu e a distância dos centros brasileiros. Ainda na primeira metade do século XIX, a Revolução Farroupilha isolou a província de São Pedro do restante do Brasil, tornando o Uruguai um dos principais fornecedores de produtos importados e manufaturas dos quais a economia e a sociedade provinciana muito dependiam. Montevidéu era uma moderna cidade e centro de referência para toda a região da Campanha (ALBORNOZ, 2000). Um exemplo bem ilustrativo da forte ligação entre a região da Campanha e a capital uruguaia foi a instalação, em 1841, de uma Coletoria de impostos na Capela de Sant’Ana do Livramento, no povoado fronteiriço de mesmo nome (que veio a se tornar cidade vizinha a Dom Pedrito), onde eram emitidas as guias para circulação das carretas e tropas que faziam o comércio com o Prata, pois as demais províncias do Império estavam fechadas para os revolucionários (op. cit., p.33). Ora, se em Sant’Ana se fazia a circulação oficial e tributada, e sendo o comércio com o Uruguai tão importante, havia certamente condições de prosperar rotas alternativas como aquela criada por Dom Pedrito alguns anos antes, quando então o povoado que se formava não gozava de grande importância.

A vida social, econômica e política da região girava em torno das extensas propriedades rurais. O passo e a aldeia iniciados por Ansoategui pouco representavam para os antigos senhores de terras. (LOPES, 1972, p. 18)

Esta condição começou a mudar alguns anos antes do início da Revolução Farroupilha, quando chegou ao povoado do passo de Dom Pedrito aquele que daria o grande impulso para o desenvolvimento da freguesia: em 1829, Bernardino Ângelo da Fonseca, comerciante vindo de Viamão, passa a explorar o passo com autorização oficial. Trouxe consigo alguns escravos e canoas para garantir a travessia do rio mesmo na época das cheias, construindo ali três ranchos, juntando estas obras a cerca de quatro “boliches” ou “pulperias” já existentes no local, “cuja utilidade principal era vender alimentação e oferecer pousada aos viandantes” (LOPES, 1972, pp. 21-22). Estavam lançadas as bases para o que veio a ser a cidade que estudamos, embora ainda em local diverso da sua fundação<sup>7</sup>. O melhoramento da estrutura comercial da localidade propiciou que aumentasse também a importância do povoado para aqueles que de fato eram os donos do poder econômico da região, os estancieiros. No dizer de Lopes (op. cit., p.22):

Era isso o que a aldeia e o pequeno comércio local estavam esperando. A possibilidade de transpor o rio com menores riscos, transforma o passo de Dom Pedrito em caminho obrigatório e exige que seus habitantes aumentem os estoques de mercadorias e ofereçam serviços essenciais. Entendidos em carpintaria, ferros e trabalhos em couro começam a aparecer. As próprias carretas e cavalos, embora tendo que entrar na água, beneficiam-se com o auxílio dos exploradores, vaqueanos dali. O aumento de fregueses faz os antigos *boliches* prosperarem com rapidez.

O crescimento das atividades comerciais e de importância da região desencadeou sucessivamente os passos seguintes na formação da cidade: em 1852 a autorização para erguer a capela, a pedido de Bernardino Ângelo; em 1854 a demarcação do futuro centro da cidade em local que não fosse atingido pelas cheias do rio, a pedido do mesmo cidadão mais o pároco designado para a paróquia local, o Padre Bastos; ao final de 1859, a elevação à Freguesia pela lei provincial número 437, com o nome de Nossa Senhora do Patrocínio de Dom Pedrito. Por esse tempo

---

<sup>7</sup> A aldeia iniciada por Pedro Ansoategui foi povoada na margem esquerda do rio, e o povoado foi transferido para o outro lado, a cerca de um quilômetro da margem, em 1854, dentro do processo de demarcação oficial da freguesia pelo capitão Hermes Ernesto da Fonseca, a mando do governo provincial, por petição dos moradores dali.

se estabelece o definitivo envolvimento do povoado com as estâncias da região, cujas terras faziam parte do 3º e 4º distritos de Bagé<sup>8</sup>.

A freguesia, entretanto, não ficaria circunscrita a um pequeno risco no mapa. O seu tênue mas eficaz contato político-comercial com o campo seria promovido pelos mascates, que além de mercadorias levavam e traziam notícias, aproximavam seus respectivos habitantes. Era raro não sair baile quando dois ou três mascates encontravam-se ocasionalmente na mesma estância. Sempre bem-vindos, alguns deles casaram-se com filhas de ricos proprietários rurais. (LOPES, 1972, p.25)

Daí à emancipação política foi um passo. É interessante notar como a cidade floresce no momento do seu “casamento” com o campo, ou seja, quando as economias urbana e rural se complementam. Ao final do século XIX e início do XX, a cidade já contava com várias casas de importantes estancieiros do interior do município. Lopes (1972) e Costa (1922) relatam sobre as casas dos pecuaristas em Dom Pedrito da mesma forma que Albornoz (2000) o faz para Santana do Livramento. A elite rural preocupa-se em erguer boas casas na cidade, por vezes palacetes, pois a cidade tornara-se então importante como sede do poder e da política locais (Figura 1). Repetiam assim o mesmo que os senhores de engenho faziam no centro e norte do país (SANTOS, 2009).

---

<sup>8</sup> Lopes (1972), autor que apresenta a mais consistente e detalhada pesquisa histórica sobre Dom Pedrito, encontra em Hemérito José Velloso da Silveira (As Missões Orientais e seus Antigos Domínios, Porto Alegre: 1909) a origem dessas primeiras estâncias: elas estariam no registro da paróquia de São Sebastião de Bagé, escrituradas pelo pároco em virtude do Tratado de Badajoz em 1801 (conquista das Missões pelos portugueses), após aquela data até meados do século XIX. Ali estão listados os nomes das famílias que seriam os maiores proprietários de Dom Pedrito, pela legitimação da posse naquele período. São Sebastião era a sede do 3º distrito de Bagé, posteriormente incorporado e ainda hoje distrito de Dom Pedrito, atualmente denominado Torquato Severo.



**Figura 1 – Casas de estancieiros na cidade de Dom Pedrito na década de 1920**  
(montagem a partir de reprodução de: Alfredo Costa, 1922. Acervo Museu Paulo Firpo)

Vislumbramos aqui a mesma lógica de valorização do espaço urbano pelas elites locais, mesmo que em outra parte do país. Neste período histórico há uma forte ligação da elite produtora (pecuarista) com a cidade local, que além de ser o ponto de referência do abastecimento das estâncias – o que fomenta e desenvolve a rede de comércio e serviços locais – leva a uma intensa troca entre os capitais comerciais e agrícolas, pois muitos comerciantes se tornam estancieiros e também vice-versa. Nas primeiras décadas do século XX, as principais realizações para o “progresso” do município são feitas por iniciativa do grupo detentor do poder local, que se constitui de uma burguesia urbana com os pés cravados no campo e uma aristocracia rural que possui laços intensos com a cidade. Esse dado da história de Dom Pedrito se confunde com outros tantos municípios do Brasil. Adiante, no entanto, veremos como as transformações dos sistemas produtivos locais e o rearranjo da classe produtora, juntamente com as novas possibilidades dadas pela difusão na tecnologia e do consumo, alterou a relação da elite local com a cidade.

Passados 50 anos da sua criação como município, em 1922, Dom Pedrito despontava como um dos mais importantes e ricos municípios do Rio Grande do Sul, quando eram apontadas as suas possibilidades de desenvolvimento de acordo

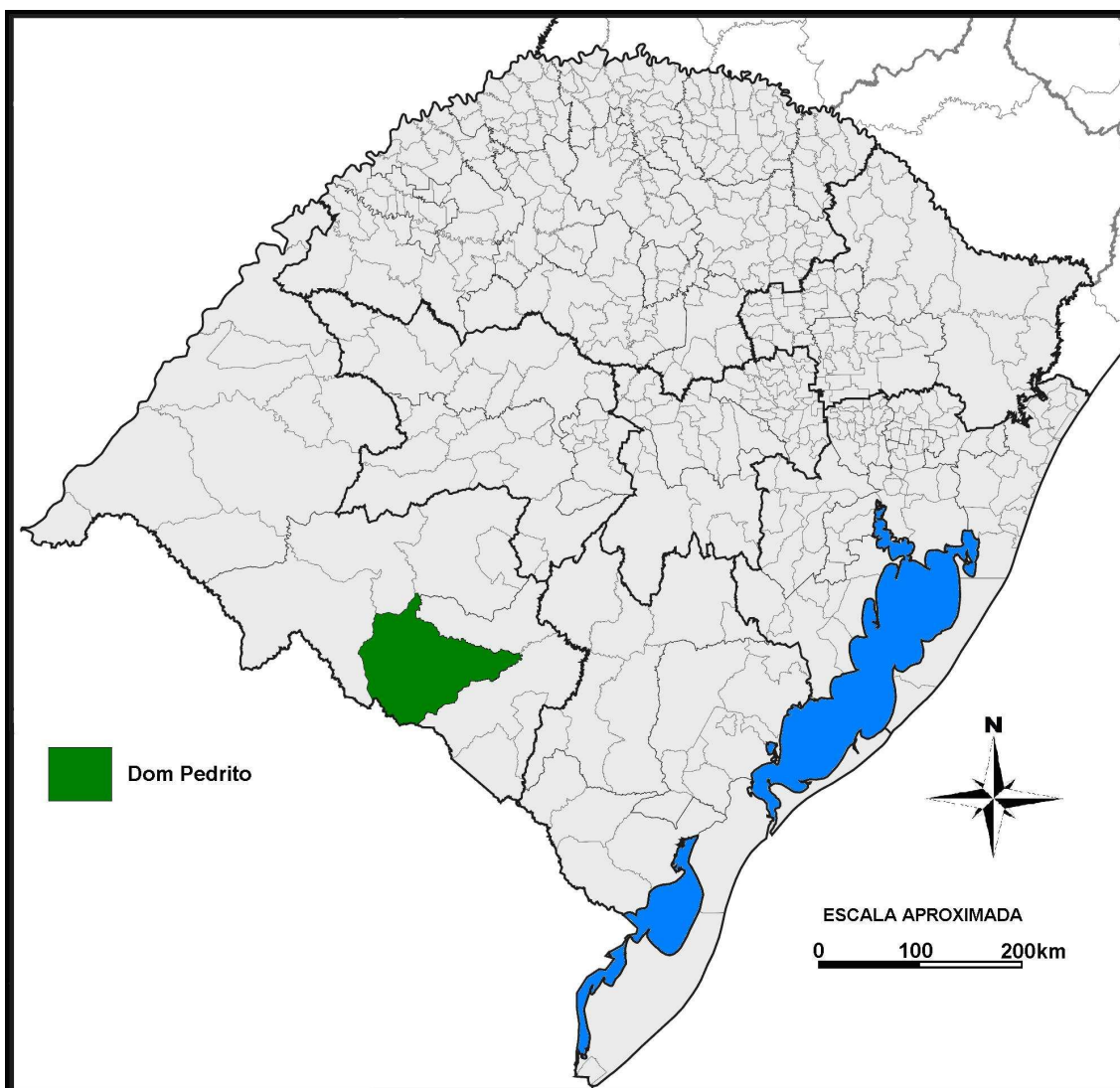
com as características locais e a economia da época. Alfredo Costa (1922) enxergou até mesmo o potencial para o desenvolvimento da “indústria” arrozeira na grande extensão de várzeas do rio Santa Maria, que banha a cidade. A orizicultura só se estabeleceu décadas mais tarde, como atividade secundária, e sua ascensão à principal atividade agrícola do município, a partir do final da década de 1970, é um dos marcos das transformações ocorridas no município e da transformação técnica da produção, com a inserção da agricultura científica.

Apesar da opulência dos primeiros anos, Dom Pedrito nunca chegou a se constituir como pólo ou principal cidade da região. Um dos motivos é a primazia de Bagé, município do qual foi desmembrado e que possuía características socioeconômicas semelhantes, porém sempre foi demograficamente maior, com um núcleo urbano bastante antigo e constituído anteriormente, na base de uma importância militar que remontava aos tempos da aliança entre portugueses e espanhóis para expulsão dos jesuítas, após o Tratado de Madri, de 1750. Em virtude desta primazia, esta cidade centralizou, durante muito tempo, a rede de serviços e comércio de maior importância da região, contando para tanto com grande destaque político. No período áureo das charqueadas, a cidade contava com o maior número de estabelecimentos saladeiris, sendo o maior centro de abate do Rio Grande do Sul (ALBORNOZ, 2000). O crescimento de Bagé nas décadas seguintes continuou a expandir a cidade, inclusive na forma de uma dispersão urbana de alguns distritos, culminando com a emancipação de muitos deles na década de 1990, transformando-se em municípios: Candiota e Hulha Negra em 1992, e Aceguá em 1996. Com estas últimas emancipações, Bagé perdeu significativo território e importância econômica, pois muitas dessas localidades conferiam importante peso na receita do município.

Dom Pedrito segue com seu território preservado até hoje, sendo na atualidade o quinto maior município em dimensões territoriais do Rio Grande do Sul. Ao contrário de Bagé, muitos dos subdistritos desapareceram ou perderam importância. Em 1922 o município tinha seis subdistritos, vários deles com sede administrativa, hoje tem apenas dois, e uma única subprefeitura. O despovoamento destas localidades foi uma marca do processo de transformação espacial pelo qual passou o município, e está diretamente ligado ao crescimento da população urbana da sede do município e à migração de parte dos habitantes. Os territórios antes

ocupados por moradias nos povoados do interior do município são hoje espaços de produção agrícola.

Há uma característica comum à Dom Pedrito e muitos outros municípios da região da Campanha do Rio Grande do Sul, que é a grande área territorial, o que na prática se traduz em um certo isolamento espacial, pois como as populações estão concentradas nas cidades, as distâncias entre os núcleos urbanos são muito grandes, principalmente se comparadas a outras regiões do estado (Figura 2).



**Figura 2 – Mapa político do Rio Grande do Sul com a localização do município de Dom Pedrito**  
Fonte: elaborado pelo autor sobre cartograma Webcart do IBGE

As cidades mais próximas de Dom Pedrito são Bagé, a 71 quilômetros e Santana do Livramento a 101, ambas por via rodoviária, hoje a única forma de ligação entre elas. Lavras do Sul e São Gabriel são outras cidades próximas (96 e 97 km respectivamente), mas as condições das rodovias que as ligam, secundárias e sem pavimentação torna praticamente inexistente a ligação, que só é feita por



quem de fato não tem outra alternativa. A ligação com a capital do Estado, Porto Alegre, se dá passando por Bagé, e para Santa Maria, principal pólo para onde se dirigem muitos dos que buscam algum tipo de serviço, se faz passando por Bagé ou mais recentemente indo até próximo de Santana do Livramento e tomando o rumo de Rosário do Sul e depois pela BR 158.

O isolamento espacial de Dom Pedrito, e por certo poderíamos estar falando de outras cidades da região, condiciona o desenvolvimento da cidade e sua ligação com outros espaços. É por esse motivo que acreditamos que estas cidades podem ser tipificadas como *cidades locais*, conforme sugeriu Milton Santos (1979). As cidades locais representam, segundo o autor, uma importante faceta do fenômeno de urbanização nos países subdesenvolvidos. A denominação escolhida busca superar o problema da distinção da cidade de acordo com critérios quantitativos de população.

A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da *atividade* primária para servir às necessidades inadiáveis da *população*, com verdadeira “especialização do espaço”. [...] Poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações. (*op. cit.*, p. 71) (grifo no original).

Por *cidade local* entende-se, então, uma aglomeração urbana dissociada da produção primária, que atinge certo nível de autonomia territorial e especialização das atividades, sendo capaz de atender as necessidades mínimas da população.

A caracterização de uma *cidade local*, assim como de *cidade intermediária*, é uma forma de distinguir aquelas que poderiam ser chamadas de cidades pequenas e médias (SANTOS, 2008b). Essa proposta de tipologia supera os critérios quantitativo, econômico ou demográfico, que poderiam comprometer o tratamento analítico dispensado a estes espaços urbanos. Ocorre que cidades muito pequenas não contam, muitas vezes, com um mínimo de serviços básicos e estrutura para atender a população, dependendo nesse caso de cidades maiores. Estas cidades maiores podem ser pólos regionais, ou ao menos centros de referência em uma região – as chamadas cidades médias. As cidades locais são aquelas nem tão pequenas que precisem se voltar para as cidades maiores em busca de uma estrutura de serviços, nem grandes o suficiente para que outras cidades menores se referenciem nela. Assim, são cidades cuja estrutura urbana atende em grande parte as demandas locais por produtos e serviços. Dessa forma,

importa não apenas a autonomia da cidade em si, de atender as necessidades da população, mas também a questão da produção agrícola, que no modelo clássico de relação cidade-campo estaria voltada primeiramente ao atendimento das necessidades locais da cidade.

A partir do novo período técnico do capitalismo, que Milton Santos (1985; 2008; 2008d) denominou meio técnico-científico-informacional e que corresponde à emergência dos mercados globais, a relação entre o campo e a cidade rompe com a lógica tradicional de produzir para o atendimento das necessidades locais ou regionais. O campo passa a produzir mais para atender as demandas de um mercado com limites muito mais flexíveis. No Brasil, como já demonstramos, essa fase se confunde com o projeto de urbanização do país, a partir da segunda metade do século XX, e se acentua desde o final da década de 1970. Muitas áreas de produção agrícola, desde então, tornaram-se independentes da ligação com a cidade local, transformando-se em territórios do capital. Para as *cidades locais*, aquelas cidades pequenas que não faziam parte de uma rede urbana e cuja autonomia espacial estava relacionada com a produção local, há um rompimento da coesão espacial entre campo e cidade. Tratamos aqui de Dom Pedrito, no Rio Grande do Sul, como um exemplo das dinâmicas atuais da urbanização do Brasil sobre essas cidades locais.

Têm se notado que as pequenas cidades, em especial aquelas cuja história liga-as estreitamente ao campo como indutor do desenvolvimento local, tornam-se cada vez mais desajustadas do processo urbano, e não se apresentam como experiências possíveis, pois não tem condições de garantir a permanência das pessoas no seu espaço. Rosa Moura, ao pesquisar as pequenas cidades do interior do Paraná, encontrou condições muito semelhantes às encontradas em Dom Pedrito, no Rio Grande do Sul, e estabeleceu a relação entre estas transformações no território local com o processo de modernização do campo, pois o “mundo rural modernizado esvazia-se de grandes contingentes populacionais e isola pedaços do território, incapazes de cumprir as exigências de uma produção que se opera sob racionalidades externas” (MOURA, 2009, p.22). Os espaços isolados de que fala a autora são as pequenas *cidades locais*, que vivem dessa forma o “descolamento” da sua realidade com a dinâmica imposta aos espaços de produção do campo. Pesquisas realizadas em Minas Gerais também têm encontrado peculiaridades semelhantes em pequenas cidades do cerrado mineiro: altos índices de urbanização

nos pequenos municípios, estagnação do crescimento demográfico e crescimento da pobreza local desde o processo de modernização da produção agrícola, com o conseqüente descolamento entre campo e cidade local (BESSA, BORGES e SOARES, 2002).

No momento em que fica clara a ligação entre as peculiaridades destas cidades com as transformações que ocorrem no campo, não se pode negar a relação destes fenômenos com a hegemonia de um projeto econômico de nível mundial – a globalização. São as necessidades do capital global que se impõe ao local, onde alguns espaços se adaptam de forma anômala às novas condições da divisão do trabalho, dentro da dialética espacial da técnica predominante, o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1985; 2008; 2008d). O local é um nível escalar que pode ser tanto o campo quanto a cidade, ambos assumem funções diferentes na dialética espacial: o campo como o lugar da produção agrícola padronizada; a cidade como lugar de reprodução da vida. Ocorre que a grande cidade é o lugar da produção e reprodução do capital nas suas diversas formas, industrial e financeiro, acrescido do agrícola, pela cada vez mais estreita ligação com a produção do campo, estabelecendo a conexão da agricultura com o capital global. O capital, nas grandes cidades, cria e recria necessidades e absorve boa parte da mão de obra excedente do campo, mas também cria desigualdade e exclusão, tanto internamente quanto nos espaços a ela subordinados. A produção agrícola em larga escala ainda visa o abastecimento das grandes cidades, mas visa também e principalmente o mercado global de *commodities*, que por sua vez é definido nas economias urbanas. O que temos tratado aqui, como fenômenos em uma cidade local, nada mais é do que a forma como a estrutura urbana desta cidade, outrora dependente da produção agrícola local, se ajustou dentro da nova divisão espacial do trabalho.

A ligação direta entre localidades separadas por grandes distâncias, possibilitada pelo desenvolvimento da infra-estrutura de transportes e comunicações, permite o estabelecimento de redes em que os centros decisórios e financeiros do capital se concentram nas metrópoles, mesmo que a produção ocorra em localidades remotas. Assim, os determinantes e a geração de dividendos da produção agropastoril se dão entre o campo e os grandes centros urbanos, retirando ou modificando o papel das cidades locais, pequenas e médias, na divisão do trabalho local (DAMIANI, 2006). A dinâmica de reprodução do capitalismo global

impõe hierarquias, ritmos e necessidades na produção agropastoril que não podem ser assumidos pelas cidades locais.

Todas as questões que colocamos até agora, que estão presentes na relação cidade-campo em Dom Pedrito e outras cidades, mas que são partes de uma totalidade, podem ser analisadas diante da forma como se estabelecem as relações de solidariedade espacial entre os lugares, que Milton Santos (2008) definiu como “acontecer solidário” do processo espacial, e para o qual estabeleceu características diferenciais para o que chamou de *verticalidades* e *horizontalidades*. Apresentamos a seguir um quadro comparativo com base nas características descritas para cada tipo de relação, a partir das três formas do “acontecer solidário” descrito pelo autor: “acontecer homólogo”; “acontecer complementar”; e “acontecer hierárquico”. Posteriormente iremos retomar estes conceitos, após a apresentação dos elementos da nossa pesquisa, para elaborar nossa análise sobre a realidade estudada. Por ora, buscamos sistematizar as diferenças conceituais a fim de melhor compreender as relações espaciais que estudamos.

O quadro busca sistematizar algumas ferramentas conceituais trazidas por Milton Santos, e que podem ser úteis para entender como se estabelecem as relações cidade-campo a partir da modernização do campo, ou ainda comparativamente ontem e hoje, já que nos parece que a produção agrícola científica tende a responder às ordens e informações que provém de outro lugar, consistindo em uma verticalidade. Essa seria, dentro das transformações, a principal alteração no processo espacial, já que anteriormente ao período técnico-científico-informacional a região agrícola respondia complementarmente à cidade local na forma de uma horizontalidade. Retomaremos esta discussão após apresentarmos os dados específicos de nosso objeto de estudo.

<b>O PROCESSO ESPACIAL: O ACONTECER SOLIDÁRIO</b>		
<b>Acontecer Homólogo</b>	<b>Acontecer Complementar</b>	<b>Acontecer Hierárquico</b>
Regiões Agrícolas; Cidades dominadas pela mesma produção industrial; Regiões de produção (agrícolas ou urbanas) com modernização baseada em uma informação especializada	Nas relações cidade-campo; Relações interurbanas	As ordens e informação provém de um lugar e realizam-se em outro; Os limites à escolha de comportamento num lugar podem ser devidos a interesses sediados em outro
Contigüidades funcionais definem a área	Necessidades de produção; Intercâmbio geograficamente próximo	Racionalização das atividades; Concentração do comando (organizações)
Território marcado por um cotidiano compartilhado mediante regras que são localmente formuladas ou reformuladas	Território marcado por um cotidiano compartilhado mediante regras que são localmente formuladas ou reformuladas	Cotidiano comandado por uma informação privilegiada
As informações utilizadas tendem a se generalizar horizontalmente	As informações utilizadas tendem a se generalizar horizontalmente;	Informação é segredo e poder
Domínio de forças localmente centrípetas	Domínio de forças localmente centrípetas	Domínio de forças centrífugas
Primazia das formas com relevância das técnicas	Primazia das formas com relevância das técnicas	Primazia das normas e relevância da política, não da técnica
A contigüidade é o fundamento da solidariedade	A contigüidade é o fundamento da solidariedade	Solidariedade independe da contigüidade, relações pontuais
Proximidade espacial	Proximidade espacial	Proximidade organizacional
Novo recorte territorial, na era da globalização: <b>horizontalidades</b>	Novo recorte territorial, na era da globalização: <b>horizontalidades</b>	Novo recorte territorial, na era da globalização: <b>verticalidades</b>

**Quadro 1 – O Processo Espacial segundo Milton Santos**

Elaborado a partir de Santos (2008, pp. 165-168)

Estabelecemos até agora os nexos entre o processo de urbanização do Brasil e as transformações no campo, com a modernização da agricultura aparecendo como último e principal evento responsável pela atual conformação espacial das relações cidade-campo. Sem esgotar a discussão, apontamos ainda alguns nexos entre as transformações ocorridas na cidade do município que estudamos e as mudanças no paradigma de produção agropecuária do campo local. A partir do próximo capítulo, partimos para um maior detalhamento das transformações ocorridas com a modernização da agricultura na região onde se encontra o objeto de pesquisa, para entender melhor as dinâmicas estabelecidas até o estabelecimento das atuais relações cidade-campo em Dom Pedrito.

## 2. A RELAÇÃO CIDADE-CAMPO E O MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO

A partir deste capítulo traremos para análise os dados da pesquisa sobre o município de Dom Pedrito, dentre aqueles escolhidos para nossa abordagem da relação cidade-campo. Iniciaremos com uma reflexão sobre as transformações territoriais que ocorreram na região onde se situa nosso objeto de pesquisa a partir da modernização da agricultura no Brasil, e como esse momento refletiu nas estruturas locais de produção e na divisão do trabalho, afetando não só o campo, mas também a cidade.

O mundo passou por importantes transformações na orientação geopolítica desde o pós Segunda Guerra, em especial pela expansão de um projeto sociopolítico de nível mundial, identificado como globalização. Tal projeto se apresentou na forma de uma articulação do capital a nível mundial numa velocidade nunca antes vista, através do desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação. Milton Santos (1985; 2008; 2008d) denominou de meio técnico-científico-informacional o conjunto de técnicas relacionadas a esse período. A proposta de uma análise territorial de nossa época deve, então, estar atenta para as transformações ocorridas a partir dessa condição específica, e importa, sobretudo, entender os processos territoriais estabelecidos pela dialética global-local dos novos tempos. Isso porque a globalização, segundo Santos (2008d), “constitui o estádio supremo da internacionalização, a amplificação em ‘sistema-mundo’ de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos”. Bertha Becker (1991, p.170), observando as novas configurações do território advindas do processo de globalização, já apontava que “para uma avaliação mais objetiva, as novas territorialidades devem ser referenciadas à especialidade do sistema capitalista e à questão da hegemonia”. Entendemos que além da importância exercida pelo sistema hegemônico de produção sobre o território, é importante também considerar o papel do Estado como agente que tem efetiva influência na composição destas territorialidades, seja como promotor dos processos de gestão territorial, seja como garantidor da hegemonia dos projetos políticos e econômicos em pauta.

No caso das relações entre campo e cidade, a globalização instaurou novas rupturas nos processos de contiguidade espacial, a partir da inserção do campo no sistema de produção hegemônico, com grande aporte de capital sobre a produção agrícola, que passou a responder aos ditames de uma lógica mundial de

acumulação baseada na internacionalização da produção, com nova divisão internacional do trabalho. Na América Latina, onde se encontram países com grande potencial de produção agrícola, a presença maciça de capital internacional e investidores dispostos a produzir mediante essa nova lógica produziu uma verticalização nas relações entre campo e metrópole, originando o fenômeno de reconfiguração das territorialidades locais. Para Linck e Schiavo (2003, p. 8):

A globalização implica um processo de unificação dos mercados, impulsionado pelo aumento e intensificação dos fluxos financeiros e de informação. Se encontra na origem das profundas mudanças nas dinâmicas econômicas, políticas, sociais e culturais da América Latina<sup>9</sup>. (tradução nossa).

A análise feita pelos autores acima, quando analisam diversas transformações do espaço agrícola na Bacia do Prata a partir do que chamam de uma “renovada revolução verde do princípio do terceiro milênio”<sup>10</sup> (op. cit., p.9), está coerente com os processos de transformação que abordamos neste trabalho, pois o sul do Brasil é uma das “áreas privilegiadas” pela abundância de recursos naturais. Destaca-se, no entanto, o papel dos governos no cumprimento de políticas que estejam de acordo com a difusão do projeto capitalista sobre o território.

Buscamos neste momento identificar as mudanças ocorridas no espaço a partir das transformações no modelo de produção agropastoril na metade sul do estado do Rio Grande do Sul, em especial na região da Campanha. Estas transformações foram propiciadas pela conjugação de diversos elementos vinculados ao processo de urbanização do Brasil, como vimos no capítulo anterior, mas também pelas demandas de desenvolvimento do sistema capitalista e pelas políticas públicas adotadas pelo Estado, que impactaram na forma como o território se organizou historicamente para satisfazer as exigências do modo de produção. Estamos falando de metamorfoses do território (RÜCKERT, 2003), desencadeadas pelo processo de modernização da agricultura:

As transformações das formas territoriais são entendidas basicamente como modificações ocorridas no território, ao nível da posse e da propriedade da terra, relacionadas, por sua vez, às diferentes classes sociais no campo, em distintos momentos da economia regional, estadual e à política fundiária do Estado. O território é um produto e como tal as formas são produzidas pela

---

<sup>9</sup> No original em espanhol: “La globalización, implica um processo de unificación de los mercados, impulsado por la extensión e intensificación de los flujos financieros y de información. Se encuentra em el origen de los profundos cambios em las dinámicas económicas, políticas, sociales y culturales de América Latina”.

<sup>10</sup> [...] uma renovada “revolución verde de principios del tercer milenio” [...].

estrutura social em processo constante de transformações históricas.  
(op. cit., p.133)

Rückert centra sua análise nas transformações territoriais do planalto médio rio-grandense no período 1930-1990. Retomamos a seguir parte da sua análise, pois entendemos que ali estão presentes importantes marcos históricos das mudanças ocorridas no meio de produção agrícola no Brasil. No entanto, com base em nosso objeto de pesquisa, buscamos identificar os impactos das mesmas transformações em outra região do estado, a Campanha, onde se encontram outras peculiaridades históricas de organização do território, em especial antes da consolidação da presença do capital monopolista no campo. Com base nas constatações que fizemos, podemos então avaliar a extensão dos impactos da modernização agrícola sobre as economias urbanas locais, em especial no município de Dom Pedrito, a partir da expansão da urbanização e sua relação com os problemas que são interdependentes das transformações ocorridas no campo. Nossa abordagem recorre frequentemente a escalas diferenciadas, para que possamos entender, especialmente, as transformações ocorridas no nível local das cidades.

## **2.1 A Modernização da Agricultura**

A presença do Estado como promotor ou facilitador das transformações do território, a partir das políticas territoriais, é um dos mais importantes aspectos que devem ser levados em conta para a análise das transformações ocorridas a partir da modernização do campo no Brasil. Por esse motivo, temos que entender que as políticas territoriais não são apenas aquelas específicas de planejamento territorial, mas todas as que de alguma forma causam impactos no espaço de organização da sociedade. Por políticas territoriais podemos entender

toda e qualquer atividade estatal que implique, simultaneamente, *uma dada concepção do espaço nacional*, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas. Daí nos interessar, além das políticas regionais, também as urbanas, ambientais, de colonização, de fronteiras internas e externas, de integração nacional, além de programas especiais tais como os de descentralização industrial e outros do tipo. (COSTA, 1988, p. 13-14) (grifo no original).

Das políticas públicas que produzem impactos na estrutura territorial, nos interessa aqui especificamente as políticas setoriais para a agricultura, que no caso



do nosso estudo são importantes mecanismos de conformação dos interesses que impactam diretamente o território a partir dos modelos de produção adotados nos diferentes períodos. As políticas setoriais para agricultura no Brasil são também marcos temporais da inserção do país na lógica de um projeto hegemônico mundial do sistema capitalista<sup>11</sup>. Com relação ao capitalismo no Brasil, de desenvolvimento tardio, é possível identificar três fases a partir da mudança nas diretrizes de orientação da economia nacional como um todo, e da produção agrícola em especial (RUCKERT, 2003; FONTOURA, 2004). Assim constatou Rückert (2003, p. 38):

[...] a trajetória do capitalismo no Brasil, em seus diferentes momentos, ao nível da política econômica geral pauta-se ora pelo apoio governamental a diretrizes voltadas ou para o capitalismo de cunho nacionalista ou para o capitalismo de cunho baseado na interdependência ou na dependência propriamente dita. Nesses momentos pendulares é que se situam os grandes marcos referenciais da economia em geral e da agricultura em particular.

As três fases a que nos referimos podem ser assim periodizadas (op. cit., pp. 33-39):

- Primeira fase: 1933 a 1955, advento do estado burguês, industrialização e aumento da produção, principal produto agrícola é o trigo;
- Segunda fase: 1956 a 1967, expansão do capital monopolista multinacional, agricultura de exportação, principal produto a soja;
- Terceira fase: 1967 a 1990, internacionalização da economia, agricultura de exportação, principal produto ainda é a soja.

Para nosso trabalho, é importante entender o que se deu a partir da segunda fase, relacionada à expansão do capital monopolista multinacional, à implantação da soja como principal produto de exportação e à crise na triticultura, que era mais voltada ao abastecimento do mercado interno. Na região da Campanha, onde se situa Dom Pedrito, a segunda fase corresponde à introdução da orizicultura em escala de produção capitalista, no modelo de granjas produtoras fazendo frente à pecuária extensiva que até então era a principal atividade agrícola da região. O arroz se consolidou em Dom Pedrito como principal produção agrícola na terceira fase. Tal mudança causou grande impacto na organização dos territórios locais e regionais, desde transformações na paisagem – onde diversas áreas de campo foram suprimidas pela monocultura de arroz irrigado – até a concentração de terras e

---

<sup>11</sup> Exemplificamos esta relação no Capítulo Um quando abordamos os projetos de urbanização e industrialização do país. Desnecessário, pois, repetir.

apropriação capitalista do espaço, expulsão do homem do campo e explosão da urbanização da cidade local.

O Brasil, assim como diversos países da América Latina, adotou as recomendações da CEPAL como projeto indutor da modernidade, sob o comando do Estado Nacional e tendo a industrialização como principal motor de crescimento.

Segundo Sandroni (1999, p.91-92):

Os primeiros estudos da Cepal caracterizaram a América Latina como região fornecedora de produtos primários e consumidora de produtos industrializados vindos do exterior. Buscando a superação desse quadro de subdesenvolvimento, formou-se no organismo um quadro de especialistas renomados dos países da região (economistas, administradores, sociólogos) que, trabalhando numa direção comum, tornaram-se conhecidos como integrantes da Escola da Cepal. Esses técnicos (entre eles, Raul Prebisch — o grande inspirador da Comissão —, mas também Celso Furtado, Felipe Herrera, Oswaldo Sunkel) defenderam a necessidade de promover a industrialização da América Latina e a diversificação geral de sua estrutura produtiva.

A incorporação das diretrizes cepalinas ao projeto desenvolvimentista corresponde ao período de modernização da agricultura referente à segunda fase de desenvolvimento da economia nacional, na década de 1950. A política desenvolvimentista estava baseada na substituição de importações, com a criação e ampliação da indústria de base. Esta política desencadeou um segundo momento de expansão do processo de urbanização, que se somou ao primeiro, iniciado na década de 1930.

Posterior à política desenvolvimentista dos anos 1950, a política territorial do período de governo autoritário militar que iniciou em 1964 tinha diretrizes bem orientadas para ocupação de parte do Brasil que ainda carecia ser “integrado” de fato ao território nacional. Nesse ponto, o governo arcava com infra-estrutura e financiamento a fundo perdido, como forma de incentivar a migração para áreas mais a oeste e norte do país. A melhor forma de garantir a apropriação dessas áreas foi através da expansão da fronteira agrícola, o que era de fato facilitado pela promessa de terras baratas e solos férteis (na verdade muitas vezes a simples posse de áreas chamadas “devolutas”). A criação de uma lei para financiamento da produção, adequada aos moldes do projeto de integração nacional, foi essencial para a consolidação da política territorial desse período. Ao mesmo tempo, a lei do crédito rural era um importante instrumento para o governo autoritário garantir: a) o apoio da elite rural, tradicional classe ligada aos interesses políticos do Estado; b) o

abastecimento do mercado interno, já que a expansão da urbanização exigia uma dinâmica maior na produção de alimentos; c) o incentivo à agricultura de exportação, que gerava divisas para o pagamento da dívida externa, aumentando a interdependência com o capital internacional. Assim se constituiu a base da expansão da fronteira agrícola naquela época.

Dentre as reformas efetuadas, em grande parte preconizadas pelas Reformas de Base, cria-se a Coordenação Nacional de Crédito Rural (CNCR), o que vem impulsionar sobremaneira a agricultura de exportação no sul e sudeste do país. Nos anos 1964/1970 acelera-se o processo de concentração de capital, acentuando-se a dependência estrutural, através da criação de novas condições para o monopólio dos preços e da oferta pelas corporações transnacionais; consolida-se o predomínio da tendência internacionalista, reintegrando a economia brasileira dependente do âmbito do capitalismo mundial. (RÜCKERT, 2003, p.36)

No estado do Rio Grande do Sul, que já na época era um dos centros de produção agrícola do Brasil, ocorreu importante impacto das reformas descritas acima. As políticas de crédito se transformaram em incentivo para que os produtores gaúchos, detentores do *know-how* da produção agrícola moderna, fossem os precursores do movimento de ocupação das terras em outras regiões do país, como o oeste de Santa Catarina e Paraná, centro-oeste e norte do país. Tal intenção se realizou com o aporte governamental sobre atividades relacionadas à necessidade de “integrar” os territórios. Um bom exemplo desse aporte sobre atividades integradoras foi o financiamento de empresas de transporte que pudessem fazer a ligação do extenso território, levando o elemento humano para se fixar nas terras do interior do país<sup>12</sup>.

Importante notar que, embora desenhado com um objetivo específico de integrar o território nacional, as políticas desenvolvimentistas e integracionistas desse período produziram fortes impactos sobre as estruturas socioeconômicas locais, com impacto também no território em escala local ou regional. Dessa forma, empreendedores locais ou regionais, vinculados às atividades de interesse do Estado para consolidar o território, puderam receber e desfrutar dos mesmos incentivos para a sua expansão econômica. Foi o que ocorreu com a classe capitalista dedicada à atividade agrícola. Com os incentivos para a expansão da

---

<sup>12</sup> Duas grandes empresas de transporte interestadual de passageiros no Brasil, ainda hoje, são as remanescentes dos empreendimentos realizados com o apoio aos projetos de expansão territorial daquele período: Unesul e União Cascavel.

agricultura, na prática, grandes produtores foram beneficiados, independente da disposição para migrar e cumprir a missão integracionista proposta pelo governo central. Tal período foi, por isso mesmo, marcado por um efetivo dinamismo nas economias locais e regionais, que foram se transformando de acordo com as novas possibilidades apresentadas.

A possibilidade de angariar parte dos fundos creditícios disponibilizados pelo governo dependia de demonstrar a capacidade de produzir uma quantidade mínima, somente possível em propriedades de maior porte, realidade que, no Rio Grande do Sul, era encontrada especialmente na região da Campanha. Consequentemente, e com a evolução do crédito rural, mesmo nas áreas que não eram foco do projeto integracionista passou a ocorrer a compra de propriedades menores, aumentando a concentração de terras nas mãos de poucos, já que os pequenos produtores, sem financiamento e sem subsídio, não tinham como reduzir custos a ponto de tornar o preço dos seus produtos competitivos no mercado.

Ao final da década de 1970 a modernização da produção agrícola estava consolidada em grande parte das regiões agrícolas do país, impulsionada por sucessivos projetos estatais e com ampla utilização de recursos públicos. A década seguinte viria indicar uma nova condição aos mercados agrícolas, com a inserção do país ao projeto político implantado mundialmente, de orientação neoliberal, denominado globalização. Neste tempo, o processo de redemocratização do país foi embalado pela crise do modelo de crescimento econômico dos governos militares que foi chamado por muitos de “milagre brasileiro”, abrindo um vácuo político-ideológico ocupado pelas teorias do liberalismo econômico. A eleição de Fernando Collor de Mello em 1989 representa um marco das mudanças que se operavam por trás da crise econômica: ao assumir o governo em 1990, promoveu mudanças estruturais que levaram a um brutal enxugamento da máquina estatal acompanhado da abertura dos mercados, obrigando praticamente todos os setores da economia a transformações significativas na forma como se estruturava a cadeia produtiva. Na economia agrícola, houve extinção das estruturas estatais de apoio à produção e armazenamento, redução dos subsídios e crédito para o produtor, e a liberalização dos preços de mercado. Na prática, isso se traduziu em acentuar as verticalidades entre as áreas de produção agrícola e os centros metropolitanos, onde são tomadas as decisões e realizados os negócios de grande volume (como as bolsas de mercadorias e futuros), além da entrada de empresas multinacionais diretamente no

mercado produtor. Houve significativo impacto na escala das economias locais e regionais, pois as regiões de produção caracterizadas pelas culturas em larga escala e vinculadas ao agronegócio se “descolaram” dos núcleos urbanos locais, gerando pobreza e acentuando as carências das economias e das populações das cidades. Esta circunstância se tornou excepcionalmente crítica em cidades que não possuíam estruturas privadas de apoio à produção ou distribuição, como cooperativas, agroindústrias e linhas de crédito cooperativado. Muitas dessas estruturas, onde existiam, foram envolvidas pela lógica da verticalização das relações de produção, gerando a extinção de muitos postos de trabalho e restringindo a circulação local dos recursos gerados pela produção.

Atendo-se ao Rio Grande do Sul e à região Campanha, observa-se nesse período que empresas e cooperativas vinculadas às atividades tradicionais, como frigoríficos e cooperativas de lã foram, em um primeiro momento de crise – correspondente à implantação do capital monopolista na produção agrícola, compradas por grandes grupos empresariais ou incorporadas por cooperativas ligadas ao sistema de produção monopolista, quando não fecharam simplesmente suas portas. Em Dom Pedrito temos o exemplo da COTRIJUÍ, cooperativa da região do Planalto que nasceu do vínculo com a triticultura, mas se expandiu com a incorporação de outras culturas, principalmente a soja, e veio a tornar-se a maior cooperativa agrícola da América Latina. Em 1977, mesmo ano em que chegou ao estado do Mato Grosso, implantou uma unidade em Dom Pedrito, com a incorporação da Cooperativa Pedritense Agro-pastoril (antiga charqueada), que detinha uma planta frigorífica, logo transformada em moderna estrutura de armazenamento e beneficiamento de grãos, definida atualmente como pólo arroseiro da cooperativa.

Recentemente, com o governo Lula a partir de 2003, houve uma mudança nas diretrizes econômicas do país<sup>13</sup>, com políticas de incentivo à expansão do mercado consumidor interno e também de fortalecimento das empresas de capital predominantemente nacional. Ocorreu também uma retomada do aporte financeiro para atividades estatais, onde as empresas e órgãos do governo recuperaram forças e voltaram a ter peso determinante em alguns setores da economia. Além disso, o

---

<sup>13</sup> Há controvérsias sobre uma inflexão de caráter ideológico do governo Lula, que segundo algumas análises representa a continuidade do neoliberalismo. As mudanças que são descritas aqui parecem não confirmar essa tese: embora não haja uma ruptura política essencial, a condução dos processos econômicos do país difere radicalmente dos anos Collor e FHC.

governo federal retomou a preocupação com as políticas territoriais, deixadas de lado desde o chamado período de redemocratização, quando iniciou a implantação do projeto do Estado mínimo. Ressurgem então os espectros de uma política de integração nacional e ordenamento territorial que busca, a partir de diretrizes diferenciadas das aplicadas no passado – redução das desigualdades e da pobreza – tornar possíveis novas experiências na gestão do território, com impactos locais, mas que passam pela readequação dos processos de incentivo e aplicação dos recursos governamentais. Esta preocupação está latente na recuperação das estruturas de agências de desenvolvimento e nas políticas específicas das diversas secretarias do Ministério da Integração Nacional, onde o desenvolvimento regional é o foco das ações (BRASIL, 2005).

Na parte de políticas setoriais para a agricultura, houve um incremento dos recursos para os grandes produtores vinculados ao agronegócio, mas também a geração de novas políticas capazes de impulsionar e viabilizar a pequena produção familiar. Essa forma de condução da política para a agricultura, com a existência de dois Ministérios distintos, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (o primeiro dedicado às políticas macroestruturais para o setor e o segundo incumbido do desenvolvimento das alternativas para pequenos e médios produtores), busca dirimir os conflitos no setor, mas não no campo, pois não pretende induzir alterações nas configurações territoriais das áreas agrícolas. Mesmo assim, o Estado voltou a cumprir papel determinante na composição de possibilidades de desenvolvimento local. No caso das cidades da região da Campanha estas possibilidades não se vinculam diretamente ao fomento da agricultura, embora continuem sendo destinados recursos para o financiamento da produção. Elas estão presentes, contudo, na recuperação das infra-estruturas de transporte, na criação de novas universidades e nos investimentos do Ministério das Cidades, criado para atender as demandas municipais junto ao governo central.

A região da Campanha há muitos anos não recebia qualquer investimento em infraestrutura, mas recentemente surgiram aportes de recursos ligados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, e que têm causado impacto positivo nas economias locais, pois representam uma entrada de capital que atinge diretamente a estrutura econômica das cidades locais. Voltando mais uma vez à realidade que estudamos – Dom Pedrito, encontramos vários exemplos desses investimentos, como: a frente de recuperação das rodovias

federais, a construção de barragens, o incentivo a projetos de turismo local e a implantação de unidades de ensino tecnológico e superior pelo governo federal.

Partindo para as peculiaridades do nosso objeto de estudo, vamos agora entender como se constituiu no tempo esta realidade específica, desde a formação histórica e passando pelo período de modernização da agricultura que estabeleceu mudanças importantes no município.

## **2.2 Dom Pedrito: da economia da pecuária à moderna produção agrícola**

Dom Pedrito é um típico município da região da Campanha. Sua formação histórica está vinculada ao povoamento das áreas de campo mais ao sul do Brasil, onde a pecuária se desenvolveu como economia subsidiária da ocupação militar do período colonial, com vistas à consolidação do território (FONTOURA, 2000). Foi a partir dessa atividade que se desenvolveram as estâncias onde se praticava a pecuária extensiva, durante muito tempo marca da produção primária no Estado, e a mais importante do Brasil<sup>14</sup>. A importância da classe de estancieiros, muitos deles de origem militar, logo se destacou na política e economia do Rio Grande do Sul. Assim também em Dom Pedrito, cuja sociedade rural da época se constituiu dentro das mesmas condições.

Marcada pelos caracteres da vida miliciana, a sociedade rural pedritense teve acentuada as suas diferenças sociais. A necessidade estratégica de manter uma estrutura militar capaz de garantir a consolidação luso-brasileira, colocou no exercício do poder a classe dos senhores de terras ou de escravos. (LOPES, 1972, P.18)

O sesmeiro era invariavelmente de origem lusitana, contemplado com terras em recompensa a trabalhos prestados ou na expectativa de futuros serviços militares, seus auxiliares, porém, variavam de procedência: predominavam os negros, mas entre eles estavam também os castelhanos, os índios e os mestiços, ou seus descendentes próximos. (idem, p. 19)

Dom Pedrito foi fundado como município em 1872, sendo que anteriormente sua área correspondia aos 3º e 4º distritos de Bagé. Havia, por ocasião de sua fundação, importantes estancieiros com terras na área demarcada para o município. O local onde foi erguida a sede da freguesia e depois do município correspondia às proximidades de uma antiga passagem do rio Santa Maria utilizada por um

---

<sup>14</sup> Sobre o desenvolvimento e as etapas da produção pecuária na região ver Fontoura (2000) e Ribeiro (2009).

contrabandista espanhol, D. Pedrito, o qual acabou emprestando a alcunha ao lugar. O passo de Dom Pedrito, às margens do rio Santa Maria, tornou-se estrada geral e com o tempo estabeleceram-se ali algumas pessoas. O primeiro povoado foi erguido próximo dali, em local demarcado pelo capitão Hermes Ernesto da Fonseca em 1854, por ordem da presidência da província (COSTA, 1922; LOPES, 1972).

### 2.2.1 As charqueadas e a importância da pecuária na região

A partir das últimas décadas do século XIX, a pecuária extensiva praticada nas estâncias, praticamente sem nenhuma modernização<sup>15</sup>, florescia como atividade econômica interessante, pois a grande disponibilidade de terras e gado permitiam que o estancieiro auferisse bons rendimentos com a venda de tropas para as charqueadas que começavam a surgir. Na região de Dom Pedrito, essa economia ganha força com o desenvolvimento das infra-estruturas das cidades vizinhas – Bagé e Santana do Livramento. Segundo o levantamento de Vera Albornoz (2000) sobre as primeiras indústrias saladeiris na região da Campanha, Bagé recebia tropas a partir de 1884, com a chegada da linha de trem que ligava ao porto de Rio Grande, sendo que em 1897 inaugurou a primeira charqueada local. Em 1907 a cidade já contava com 10 estabelecimentos. Já Livramento teve seu primeiro saladeiro em 1904, Anaya-Irigoyen, dos industriais uruguaios Pedro Irigoyen e Francisco Anaya, que transferiram sua indústria saladeira de Montevideu para a fronteira brasileira.

Albornoz (*op. cit.*, p.69) mostra como prosperaram estas indústrias na região. A Charqueada Livramento, inaugurada em 1904, já em 1907 era a segunda maior firma do Rio Grande do Sul em valor de produção, e a 16ª empresa industrial do Brasil. Era um complexo industrial: além do charque, fabricava velas, sabão, língua em conserva e sebo em pipas. Em 1906 abateu mais que a maior empresa industrial – o saladeiro Novo Quaraí – 88 mil contra 62 mil reses. Era favorecida, segundo a autora, por sua posição central na região de maior produção pecuária do

---

<sup>15</sup> Segundo Lopes (1972), durante os primeiros anos nem sequer existiam cercas, e as linhas divisórias entre as estâncias eram demarcadas por valas que precisavam ser refeitas de tempos em tempos. As cercas rústicas (feitas de pedra ou ainda com os esqueletos do gado carneado no campo) teriam sido utilizadas a partir de 1870-75. Albornoz (2000) aponta o início do século XX como o momento de introdução do aramado, de certa forma uma modernização, que refletiu na diminuição da mão de obra e dos salários.



estado, e pela ligação com o porto de Montevideu<sup>16</sup>. Já em 1911 Santana do Livramento tinha quatro grandes charqueadas, sendo o segundo maior centro de abate do Estado, superado apenas por Bagé.

Dom Pedrito não contava ainda, nesta época, com sua charqueada, que só veio a ser construída em 1938, na forma de uma cooperativa dos produtores. No entanto, não deixava de ser privilegiada pela sua posição geográfica, situada exatamente entre os dois maiores centros de abate do estado. Embora contasse com alguma deficiência em infra-estrutura, pois a linha ferroviária cruzava o município apenas no distrito de São Sebastião (muito mais próximo da sede municipal de Bagé do que de Dom Pedrito), vinda de Cacequi, não havia dificuldades para que as tropas fossem levadas por terra, seja pelos campos ou estradas que ligavam as localidades.

Uma nota para as condições ambientais e territoriais de organização das propriedades do interior de Dom Pedrito: o Estudo Coreográfico do município, referenciado tanto por Lopes (1972) quanto por Costa (1922) divide as terras do município em duas partes, uma à margem esquerda do rio Santa Maria, onde predominam os campos de planície e farta irrigação; outra à margem direita, com predominância de coxilhas suaves e grande disposição de minérios (inclusive com potencial de exploração). A primeira era caracterizada pelas grandes propriedades, situando-se mais próxima de Santana do Livramento; a segunda onde se encontravam propriedades menores, sendo mais próxima de Bagé. Essa condição permanece ainda hoje, conforme constatou Ribeiro (2009), e por ela podemos inferir que os centros de abate, pela proximidade, conferiam iguais condições dos produtores maiores e menores de se inserirem na dinâmica da economia das charqueadas.

A pecuária praticada nos campos da Campanha, embora arcaica do ponto de vista das técnicas e não-capitalista pela forma de produção (FONTOURA, 2000), seguiu como a principal atividade durante quase todo o século XX, pois somente a partir da década de 1970 começou a perder importância econômica frente a outras atividades agrícolas que passaram a ser desenvolvidas na região. A viabilidade da pecuária foi garantida por conjunturas diversas do mercado consumidor nacional e

---

<sup>16</sup> Em 1892 foi inaugurada uma linha de trem entre Montevideu e Rivera, que chegava ao porto da capital uruguaia em 20 horas de viagem.

internacional, e apesar das sucessivas crises permaneceu como forte elemento estruturante das relações culturais e políticas no Estado do Rio Grande do Sul, especialmente na sua metade sul, onde se situa a região da Campanha.

Os períodos de crise, que são relatados desde muito cedo, como a crise do preço do charque (que foi um dos motivos que desencadearam a Revolução Farroupilha na primeira metade do século XIX), ou ainda a crise dos novecentos (queda do preço em virtude da concorrência do gado uruguaio e argentino, superiores em qualidade), foram momentos em que os proprietários menores foram tomados pelas maiores dificuldades, já que contavam com menor capacidade de armazenar recursos ou ainda negociar parte de suas terras ou gado. Estes períodos eram marcados também por um dinamismo no mercado de terras, pois muitos proprietários em dificuldades vendiam parte de suas estâncias, possibilitando que outros indivíduos com capital passassem a investir na atividade. Apesar de pouco rentável, ser pecuarista era uma condição forte no imaginário político local, significando poder e status para aqueles que se dedicavam a esta atividade. Por outro lado, eventuais reaquecimentos no abate pelas charqueadas e frigoríficos, que vieram depois, permitiam uma capitalização dos produtores, indicando uma viabilidade que era mais dependente de fatores externos do que da atividade em si. Capitalizados, os produtores investiam na cidade, principalmente na construção de pomposas residências, como observaram Albornoz (2000) em Livramento e Costa (1922) em Dom Pedrito.

Dentre os períodos de expansão dos mercados, com bom rendimento para os produtores, aparecem aqueles que correspondem às duas Grandes Guerras. Ao final da Primeira Grande Guerra encontravam-se instalados no Rio Grande do Sul grandes e modernas plantas frigoríficas, empreendimentos das multinacionais da carne, Armour, Swift e outras, embaladas pelo aumento da demanda da economia de guerra e na busca de mercados produtores que satisfizessem as condições de maximização dos lucros: mão de obra barata e grande oferta de rebanhos qualificados para o abate. Os produtores da região da Campanha já haviam refinado seus rebanhos pela facilidade de contrabandear gado do Uruguai, que muitos anos antes já importava gado europeu para cruzar e refinar os rebanhos (ALBORNOZ, 2000; LOPES, 1972; COSTA, 1922). Os rebanhos que se destacavam pelo refino e qualidade, no período de instalação dos modernos frigoríficos, eram os de Livramento, Bagé, Dom Pedrito, Quaraí e Uruguiana (ALBORNOZ, 2000). Dom

Pedrito sempre esteve em destaque com relação à sua produção pecuária (Figura 3). Durante o período de funcionamento do frigorífico Armour em Livramento, o maior abatedor da região, os rebanhos de Dom Pedrito garantiam quase sempre uma posição de destaque na cadeia de fornecimento.<sup>17</sup>



**Figura 3 – Rebanho puro Hereford em Dom Pedrito, no início da década de 1920**

Fonte: reprodução de Alfredo Costa (1922, p. 448), acervo Museu Paulo Firpo

Durante a Segunda Grande Guerra, uma nova expansão dos mercados consumidores permitiu que Dom Pedrito, finalmente, criasse a sua planta industrial de abate na cidade, organizada por iniciativa dos produtores locais<sup>18</sup>. A Indústria Pedritense de Carnes, um estabelecimento saladeiril, foi fundada em 1938, iniciando os abates no mesmo ano, chegando ao final com a marca de 6.104 reses abatidas, número bastante significativo. O charque da primeira safra foi, na sua maior parte, comercializado diretamente para os estados do nordeste (71%) e Rio de Janeiro (29%). Nesse período o Rio Grande do Sul respondia por 77% da produção de carne do Brasil (VASCONCELLOS, 2008). A produção de charque nestes anos visava atender o mercado interno, especialmente o nordeste, enquanto os frigoríficos exportavam a maior parte da sua produção (ALBORNOZ, 2000). Os produtores de Dom Pedrito, além de fornecer a carne para a charqueada da cidade, seguiam entre os maiores fornecedores dos frigoríficos, condição facilitada ainda mais pela construção da ligação ferroviária entre Dom Pedrito e Bagé em 1922 (e daí ao porto de Rio Grande), e entre Dom Pedrito e Santana do Livramento em 1943 (Figura 4). O ramal ferroviário, na verdade, colocava Dom Pedrito no centro das possibilidades:

<sup>17</sup> Pelo levantamento de Albornoz (2000), entre 1920 e 1950 os pecuaristas pedritenses sempre estiveram entre os quatro maiores fornecedores. Destaque para o ano de 1950, representando 12,86%, superado apenas por Livramento.

<sup>18</sup> A sociedade inicial era composta por 31 produtores e a primeira diretoria era formada pelos mais tradicionais dentre eles: Oscar Carneiro da Fontoura, Arthur Lopes Villamil de Castro e Agapito Leon (VASCONCELLOS, 2008).

dali se despachava o charque para o nordeste via Rio Grande, ou se enviava o gado para o abate nos modernos frigoríficos de Santana do Livramento, que depois eram exportados pelo porto de Montevideu.



Figura 4 – Mapa antigo dos ramos ferroviários de Dom Pedrito

Mais uma vez, podemos admitir que nestes períodos as condições viabilizavam tanto o grande quanto o pequeno e médio pecuarista, pois se os frigoríficos exigiam um determinado padrão para o fornecimento – normalmente um peso mínimo só atingido por rebanhos refinados como os dos maiores proprietários – as charqueadas não faziam grandes distinções para o abate (ALBORNOZ, 2000). A pecuária conheceu ainda um longo ciclo de possibilidades, mesmo no pós-guerra, com o crescimento de importância dos rebanhos ovinos. Em 1952 a Cooperativa Pedritense de Carnes (pequena alteração no nome da charqueada, ocorrida em 1944) realizou a matança experimental de 22 mil ovinos (VASCONCELLOS, 2008). A ovinocultura vinha crescendo de importância entre os produtores da Campanha desde a Primeira Grande Guerra, quando os preços da lã no mercado internacional ressaltaram a viabilidade da produção (RIBEIRO, 2009). Dom Pedrito foi desde o início um dos maiores produtores de lã, e contava com um dos maiores rebanhos ovinos (Figura 5), embora essa modalidade de pecuária nunca tenha sido suficientemente investigada como promotora de desenvolvimento local em um período que a pecuária bovina intercalava crises com tempos de bonança. Costa (1922) apresenta o seguinte levantamento dos rebanhos de Dom Pedrito, em 1922: 200 mil bovinos; 100 mil ovinos; e 20 mil equinos. A ovinocultura era muito mais

dinâmica do ponto de vista da produção, com menor tempo para o abate e utilização de grandes contingentes de mão de obra na safra da lã, além de serviços especializados como a inseminação artificial.



**Figura 5 – Rebanho ovino em Dom Pedrito, no início da década de 1920**

Fonte: reprodução de Alfredo Costa (1922, p. 462), acervo Museu Paulo Firpo

Ribeiro (2009) destaca a importância da ovinocultura para as estâncias da região que estudamos, que diversificavam seus rebanhos:

A tosquia, embora fosse uma atividade sazonal, realizada na primavera-verão, era altamente exigente em mão-de-obra absorvendo ainda contingentes significativos de trabalhadores. Além disso, a lã constituía-se em importante fonte de receitas aos estancieiros.

[...] a ovinocultura adquiriu grande expressão econômica e social nas estâncias sendo que a receita obtida com a venda da lã respondia pela despesa da estância. Isto é, os custos com a operacionalização da estância eram todos pagos pela venda da lã ficando as receitas obtidas com a venda dos bovinos para investimentos em mais terra ou em outra atividade. (op. cit., p.119)

Nesse estudo, Ribeiro destaca ainda a importância da ovinocultura para as pequenas propriedades, pois absorvia 70% da mão de obra rural, sendo que perdeu importância a partir da década de 1980. Esse período corresponde, exatamente, às maiores transformações no campo na região da Campanha. No município de Dom Pedrito, foi quando a agricultura passou a substituir, em termos de importância, a pecuária.

### *2.2.2 A modernização da agricultura e os impactos locais*

O primeiro período de modernização do campo, na década de 1950, marco do processo de urbanização do Brasil, influenciou de certa forma positivamente sobre a economia da pecuária, em especial nas cidades ligadas ao campo. Contando com uma modernização na cadeia de produção, com a instalação das charqueadas e

frigoríficos, a região da Campanha aferiu um crescimento das economias locais, na esteira das possibilidades de garantir o abastecimento de carne para os mercados consumidores em expansão. Naquele momento, embora já indicasse períodos de crise de viabilidade pelo seu anacronismo diante das exigências do capital, a pecuária reagiu como uma potência adormecida na Campanha, pois era a única região capaz de dar conta das necessidades do abastecimento. Como é possível constatar na digressão histórica que fizemos, as possibilidades que viabilizavam a pecuária neste período estavam mais ligadas às demandas externas de um mercado que se expandia do que à modernização da atividade em si, que continuava arcaica e sem maiores transformações técnicas.

O segundo período de modernização do campo, a partir da década de 1970, encontrou, porém, uma outra realidade, vindo a se confirmar como o verdadeiro momento da modernização agrícola na região. Há tempos sem uma motivação externa que desse conta da expansão dos mercados consumidores como outrora, a cadeia de produção da pecuária na região estava mergulhada em uma crise sistemática. Além disso, novos horizontes agrícolas se desenhavam no Brasil, com o desenvolvimento da produção pecuária nas regiões Centro-Oeste e Norte do país, regiões menos sujeitas às pressões por terras para a agricultura e viabilizadas pelo crescente aumento das infra-estruturas no interior do país.

Dom Pedrito já era então conhecida pela qualidade do seu solo e potencial para o desenvolvimento da agricultura. O estudo socioeconômico encomendado pela Prefeitura Municipal em 1972, por ocasião do centenário do município, assim se referia à situação econômica da agropecuária:

O Município de Dom Pedrito, neste particular, está numa situação privilegiada em relação a outros municípios, pois tem, esta economia [sic] o fato de contar com terras de primeira ordem, tanto para a agricultura como para a pecuária. (DOM PEDRITO, 1972: p.92)

A lavoura de arroz vinha sendo experimentada pelo menos desde a década de 1930 por alguns produtores locais. Não pudemos precisar o período exato de início da produção de arroz no município. Parece tranquilo admitir, como fez Ribeiro (2009), que a produção do arroz se inicia na década de 1920 no centro do Estado, sendo uma característica da sua introdução a utilização de técnicas modernas e mão de obra assalariada, numa forma de capitalização intensiva da agricultura até então desconhecida no Rio Grande do Sul. Em nossa pesquisa, encontramos os primeiros dados da produção de arroz de Dom Pedrito em 1945 (DOM PEDRITO,

1972), embora já em volumes expressivos, o que indica, conforme nos chamou a atenção o Eng. Agrônomo do Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA) de Dom Pedrito, Sr. Mainard, não ser naquele ano de forma experimental, mas já consolidada. Entre informantes, um deles nos informou que estava trabalhando em uma lavoura de arroz em 1938, ano em que foi inaugurada a charqueada na cidade<sup>19</sup>, mas que esta lavoura ainda não teria sido a precursora. Por outro lado, em 1922 o estudo de Alfredo Costa salienta as possibilidades de desenvolvimento da orizicultura, dando pela falta dessa atividade dentre as produções do município.

A soja, muito antes, ainda no ano de 1900 foi experimentada em uma colônia em Dom Pedrito com excelentes resultados (OLIVEIRA e VIDAL, 2010), embora naquela data não tivesse (e provavelmente nem se imaginava que iria ter) a importância econômica que tem hoje. Os dados de 1970/71 apresentam as seguintes culturas desenvolvidas comercialmente na cidade, em ordem decrescente por área planta: trigo, arroz, milho, sorgo, soja, batata doce, feijão e batatinha (*sic*) (DOM PEDRITO, 1972). Ao observar os dados de volume da produção, no entanto, observamos que o arroz tem uma produtividade quase seis vezes superior ao trigo, mesmo que o estudo referido anteriormente indique que a produção de trigo no município tenha a maior produtividade da região da Campanha. Por esse motivo, o arroz se destaca já então como o elemento modernizador da produção e das relações comerciais em Dom Pedrito, no início da década de 1970, quando boa parte daquela produção já era destinada à exportação. Entre os dados especificados no estudo do centenário do município, sobre a produção de arroz estão os valores de exportação e custo da lavoura, salientando ser uma atividade de alto custo e rentabilidade. Uma porta aberta, ao que tudo indica, para o casamento da grande propriedade com a agricultura capitalista, estabelecendo um novo ciclo na produção agropecuária do município. A seguir apresentamos os dados que levantamos da produção das lavouras no município, entre 1955 e 2009.

---

<sup>19</sup> Este informante foi escolhido pela indicação que tivemos de ter sido um trabalhador das charqueadas, fato que foi confirmado com precisão de datas. A informação sobre a lavoura de arroz decorreu justamente daí, pois ele estava trabalhando na lavoura quando foi convidado a ser empregado da cooperativa (charqueada).

**Tabela 1 – Evolução das principais lavouras - Dom Pedrito/RS (1955-2009)**

Lavoura/Safra	Área colhida - hectares					
	1955	1975	1980	1990	2000	2009
arroz	600	17295	25500	5500	34000	27600
milho	3000	3200	3750	2000	2100	500
soja	0	6200	26000	22000	2000	28000
trigo	12000	3000	1300	3400	425	5500

Fonte: IBGE (1959) e Produção Agrícola Municipal (vários anos)

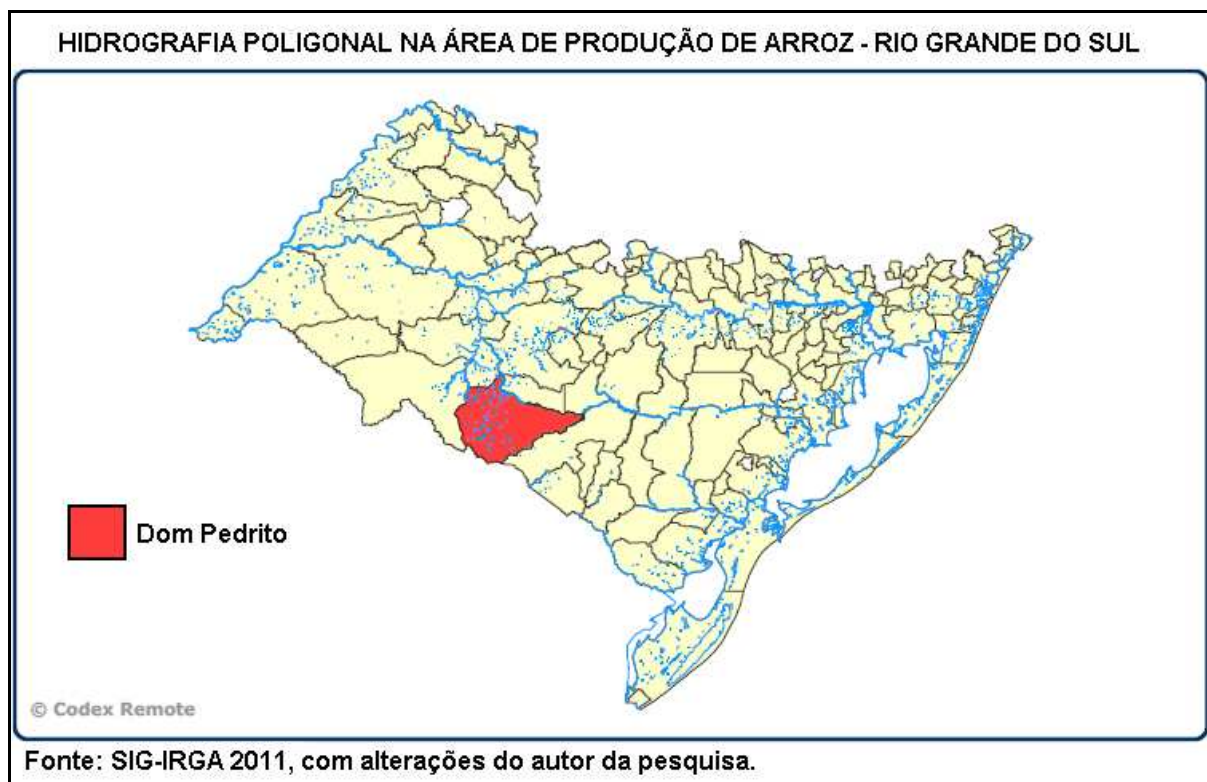
Os dados dispostos na tabela acima merecem alguns comentários. Observando a Tabela 1, inadvertidamente poderíamos pensar que a soja, dado o tamanho da área colhida, concorre com o arroz como principal produto agrícola da lavoura em Dom Pedrito. Acontece, porém, que o arroz apresenta uma produtividade por hectare no mínimo três vezes superior à soja. Essa produtividade em termos brutos já pode ser considerada um diferencial para que a orizicultura passe à frente em termos de importância, já que necessariamente mobilizaria maiores recursos tanto para a colheita quanto para o transporte, armazenamento e beneficiamento, etapas seguintes da cadeia de produção (Figura 6). Além disso, há um grande potencial de desenvolvimento da cultura de arroz no município, cuja área territorial encontra excelentes fontes de irrigação (Figura 7).



**Figura 6 – Fila de caminhões aguardando para descarregar arroz na COTRIJUÍ, em Dom Pedrito – safra 2011**

Fonte: fotos do autor





**Figura 7 – Mapa da hidrografia das regiões produtoras de arroz no RS**

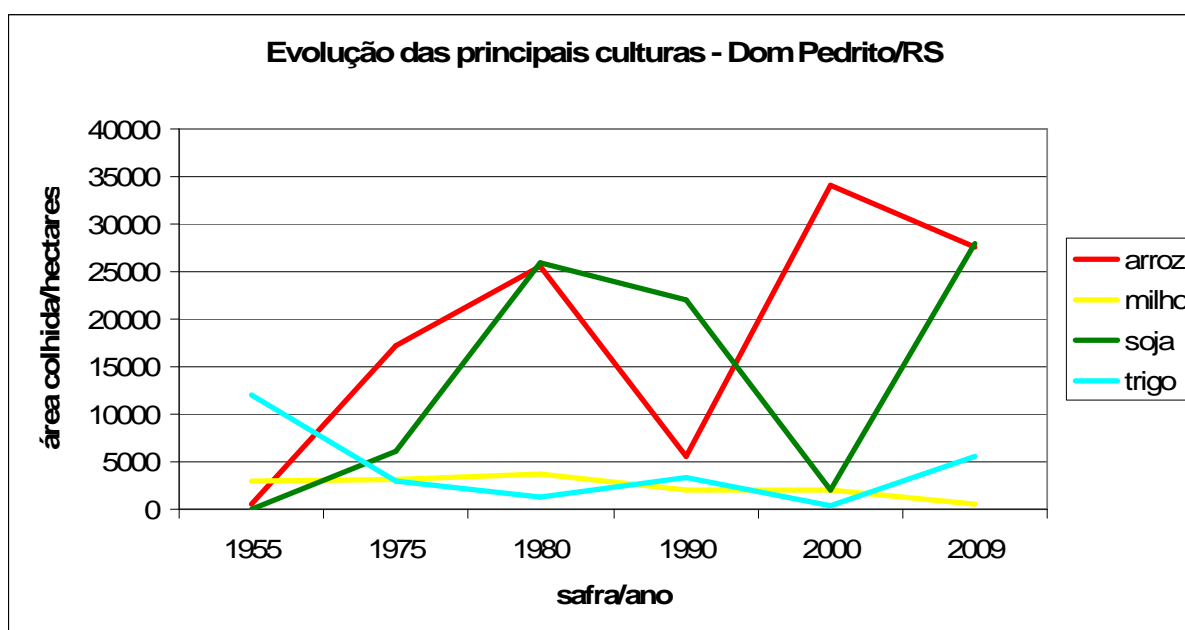
A soja, por outro lado, representa uma alternativa de lavoura capitalista para o investidor agrícola, que hoje representa bem o perfil do produtor do município. Além de ocupar as terras com menor potencial de irrigação, a soja se expande no município em virtude dos projetos de rotação de culturas e ainda pelas perspectivas de mercado que viabilizam ora uma ora outra cultura, e que são de alguma forma determinantes para a configuração das lavouras temporárias em Dom Pedrito. Observando os dados da produção de arroz, por exemplo, vê-se uma grande queda na área colhida em 1990, fenômeno que ocorre com a safra da soja em 2000 (Tabela 1). Nali Souza (1996) atribui a queda na produção a uma grande seca que teria ocorrido em 1990. Tal informação, atribuída a levantamento de campo junto a informantes, não satisfaz, no nosso entender, a explicação para tão representativa redução da área plantada. Na verdade, os dados da produção daquele ano não indicam grande diferença entre área plantada e colhida, e nem baixa produtividade na lavoura efetiva. É mais provável, neste caso, que tenha havido uma conjugação de fatores que levaram à redução das áreas de lavoura. Um dos fatores, por certo, era o momento econômico do país, mergulhado em uma crise política e econômica que respondia não só à crise estrutural do capitalismo dos anos 1980, como também ao processo de redemocratização que gerou um vácuo político onde se

acomodavam as correntes neoliberais. Desta maneira, a orizicultura, mais dependente do mercado interno e dos recursos governamentais cada vez mais escassos, perdeu espaço para a soja, cuja desvalorização da moeda pela inflação tornava os preços atrativos no mercado externo. O inverso ocorreu no ano de 2000, quando o mercado interno estabilizado oferecia mais garantias de viabilidade para o arroz, enquanto o fortalecimento da moeda nacional tornava desinteressante a cultura da soja.

Apresentamos algumas considerações sobre a configuração territorial das lavouras de acordo com os anos base que utilizamos como referência. Considerando que a produção, nestes casos, responde rapidamente aos indicativos de mercado e conjunturais da economia – muito mais do que as condições ambientais, já que estas são privilegiadas em Dom Pedrito – podemos então estar atentos para o caráter dinâmico da produção de cunho moderno capitalista. Se optássemos por sistematizar os dados anualmente, por certo estaríamos observando alterações significativas nas lavouras mesmo de um ano para outro. Em 2010, por exemplo, a lavoura de arroz teve um incremento substancial na área plantada, chegando aos 45.500 hectares, e em 2011 atingiu os 53.750 hectares no município (dados do IRGA), chegando assim ao limite da área irrigável do município na atualidade. Essa característica de variação constante nas áreas de produção está presente desde o início da exploração capitalista da lavoura, pois se nos dados da tabela a orizicultura em 1955 ocupa 600 hectares apenas, em 1945 ela ocupava o dobro desta área – 1200 hectares (DOM PEDRITO, 1972).

A dinâmica das áreas de produção fica mais bem explicitada se observarmos os mesmos dados da Tabela 1 na forma de um gráfico (Gráfico 1). Incluímos nos dados das lavouras, como pode ser observado, as culturas de milho e trigo, por serem importantes no início da linha de tempo que construímos, a partir da década de 1950. O trigo tinha importante expressão na primeira fase de expansão agrícola, pois era o foco das políticas de modernização que tinham a preocupação de garantir a segurança alimentar da nação, ainda no governo Getúlio Vargas. Perdeu lugar para as outras culturas na segunda fase, que estabelecemos como marco para o nosso estudo. O milho é uma tradicional cultura de subsistência e ainda serve para a alimentação animal. Embora estes dois produtos tenham perdido sua importância econômica em Dom Pedrito, as lavouras permanecem no tempo,

mas a estagnação das áreas plantadas indica sua baixa inserção na economia de mercado.



**Gráfico 1 – Lavouras por área colhida em Dom Pedrito: 1955 a 2009**

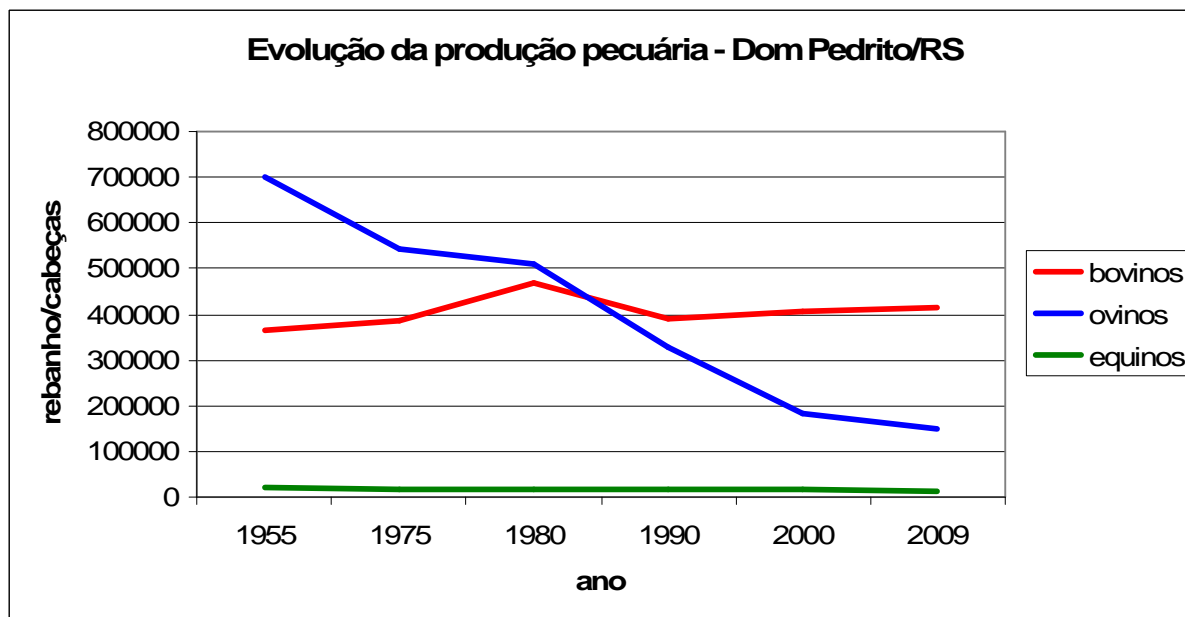
Resta ainda observar como se deu o desenvolvimento da produção pecuária durante este período de modernização da agricultura em Dom Pedrito. Para tanto, apresentamos a seguir os dados da produção organizados em uma tabela com os mesmos referentes temporais que utilizamos para avaliar a evolução das lavouras (Tabela 2).

**Tabela 2 – Evolução da produção pecuária - Dom Pedrito/RS (1955-2009)**

Rebanho/cabeças	Ano de referência					
	1955	1975	1980	1990	2000	2009
bovinos	365200	385914	468398	390376	406067	412838
ovinos	701300	541273	508547	326219	181690	150672
equinos	20900	15435	15900	17390	16107	13022

Fonte: IBGE (1959) e SIDRA (banco de dados eletrônico)

Assim como fizemos para o trigo e o milho no caso das lavouras, incluímos também os dados do rebanho equino, pois desde sempre este aparece nos levantamentos estatísticos como destaque do município no Estado do Rio Grande do Sul. Ele não tem importância como produção econômica local, do ponto de vista dos impactos que a atividade tem sobre as demais ou ainda sobre a cidade. Abaixo segue o gráfico da evolução da produção.



**Gráfico 2 – Principais rebanhos em Dom Pedrito: 1955 a 2009**

A produção pecuária, representada pelo levantamento quantitativo dos rebanhos na linha de tempo que construímos, nos dá alguns indicativos importantes. Observa-se, em primeira mão, a linha ascendente da ovinocultura, constante desde o período de modernização agrícola. O rebanho bovino, por sua vez, manteve-se em quantidade, com ligeiro aumento ao final dos anos 1970. Ambos, no entanto, possuem uma tendência bem clara, e que pode ser considerada como uma das características da pecuária, a produção lenta, exigindo maior espaço de tempo para sua realização, e conseqüentemente gerando menores sobressaltos entre os períodos. Por esta lógica, difere radicalmente da lavoura que é praticada no município, e tem menor capacidade de adaptação aos processos rápidos de produção capitalista, sendo menos atrativa como investimento para os produtores. A ovinocultura tem ciclo de produção inferior à bovinocultura, no entanto, a base do ciclo econômico de desenvolvimento era a lã, que perdeu sua importância econômica com o passar dos tempos. Hoje há uma retomada das criações em virtude da valorização da carne, mas que encontra dificuldades pela falta de renovação tecnológica dos rebanhos, que deixou de ser realizado quando a atividade entrou em crise. Comparando os dados da lavoura e da pecuária em Dom Pedrito, podemos inferir estatisticamente que a ovinocultura foi a atividade suprimida aos poucos pela lavoura capitalista, enquanto a pecuária bovina manteve-se no tempo. Embora não seja possível precisar esta informação, ela é bastante

representativa das transformações que ocorreram na produção do campo, incluindo aí o perfil dos produtores, antes tradicionais estancieiros, hoje investidores agrícolas.

### *2.2.3 A moderna produção do campo*

Embora a orizicultura viesse sendo introduzida há pelo menos trinta anos, o definitivo avanço em termos de modernização veio com a criação do primeiro condomínio agropecuário do município, formado pelas famílias Pötter e Zart em 1958, ambos produtores recém chegados do centro do estado que haviam adquirido grandes parcelas de terras no entorno da várzea do rio Santa Maria (VASCONCELLOS, 2008). A empresa agropecuária constituída naquele momento lançava as bases do que viria a se tornar o modelo de estabelecimento produtor nos anos que se seguiram: grande dimensão, com o aproveitamento das terras baixas para a orizicultura e das demais para a pecuária bovina, que passou a se modernizar dentro do processo de otimização da produção agropecuária, respondendo a uma lógica capitalista muito mais dinâmica do que até então conhecida na região.

Produzir arroz em Dom Pedrito parece ter sido desde o início um ótimo negócio. Poucos proprietários locais, no entanto, arriscavam-se ao empreendimento, mesmo que tivessem condições materiais para isso. Terras apropriadas não faltavam, especialmente ao lado esquerdo do rio Santa Maria, justamente o que concentrava, como já relatamos aqui, as propriedades maiores. O problema do capital para iniciar a lavoura, apesar da crise da pecuária, poderia ser facilmente resolvido, pois havia crédito farto e barato para os grandes produtores desde a criação da lei do crédito rural (FONTOURA, 2000; RÜCKERT, 2003). Havia um problema a ser transposto e que foi determinante para que a classe tradicional do município, naquele primeiro momento, não encontrasse na orizicultura a solução para sair da crise: a mentalidade arcaica e arraigada à tradição da pecuária extensiva (FONTOURA, 2000; RIBEIRO, 2009). Os poucos que se arriscavam quase sempre o faziam em sociedade com os novos empreendedores, todos eles vindos de fora do município.

Ao final da década de 1970 e até os anos 1990 Dom Pedrito recebia grande afluxo de produtores do centro e norte do estado interessados em produzir arroz no município. Descendentes de alemães e italianos, chamados de “gringos” pelos

pedritenses, estes produtores/empreendedores pareciam estar fazendo parte de um novo movimento de “enxamagem”, como aquele descrito por Bandeira (apud RIBEIRO, 2009). Representantes da nova geração, descendentes daqueles imigrantes das colônias ao norte do Estado, surgem como detentores de capital e uma filosofia de trabalho identificada com o “senso de oportunidades”, afinada com as exigências da nova agricultura capitalista. Acumulando uma experiência de algumas gerações<sup>20</sup>, os “gringos” ocuparam rapidamente o vácuo de poder deixado pelos proprietários tradicionais com a crise da pecuária. Proprietários, aliás, que não precisaram necessariamente se desfazer das suas terras.

As grandes propriedades de Dom Pedrito quase sempre contam com terras baixas onde se pode desenvolver a orizicultura. Durante o período de capitalização dos pecuaristas que relatamos antes, agregar terras às propriedades já existentes era a prática mais comum de investimento pelos produtores que angariavam melhores resultados, pela lógica da acumulação vinculada à pecuária extensiva, onde a propriedade da terra estava sempre na base estruturante do sistema produtivo. No longo período de crise da pecuária que se sucedeu, mesmo muito dos grandes proprietários encontraram-se descapitalizados em termos de liquidez para investir em uma nova atividade, além da resistência cultural que já relatamos aqui. Uma oportunidade a mais para os investidores na nova agricultura, que podiam arrendar partes destas propriedades para a lavoura, sem que os proprietários tradicionais precisassem abrir mão de seguir com a pecuária na parcela das terras não arrendada. Essa combinação é descrita também por Ribeiro (op. cit.: p. 125), que observa, com base em Bandeira, que este processo foi danoso para os pequenos proprietários, pois tanto o arrendamento quanto a venda das pequenas propriedades quase sempre significavam a migração para a cidade e conseqüente empobrecimento destes proprietários menores.

A consolidação da orizicultura em Dom Pedrito reconfigurou territorialmente os espaços de produção. Dentre os marcos temporais das transformações que vimos relatando aqui, podemos destacar a incorporação, em 1977, da Cooperativa

---

<sup>20</sup> No nosso entender, e de acordo com nossas observações de pesquisa, os produtores que migraram para Dom Pedrito fazem parte da geração posterior àquela da “enxamagem” descrita por Bandeira (apud RIBEIRO, 2009), pois são oriundos da região onde os seus antepassados buscaram terras para expandir a fronteira agrícola: o noroeste e o centro do Estado. Ver Ribeiro (2009, pp. 114-115). Os “gringos” de Dom Pedrito vieram de Cachoeira do Sul, Agudo, Formigueiro, Ijuí e Santo Ângelo, principalmente, embora muitos dos produtores, hoje, façam parte da geração que já nasceu no município que estudamos.

Peditense de Produtos Agro-Pastoril (a antiga charqueada, que já possuía planta frigorífica e havia se transformado em cooperativa mista desde 1973) pela COTRIJUÍ, moderna cooperativa do norte do estado que opera nos moldes capitalistas e chegou a Dom Pedrito na esteira da expansão da soja no estado. Logo, porém, ficou clara a vocação do município para a produção de arroz, o que levou a cooperativa a implantar ali o seu pólo arrozeiro (Figura 8), consolidando a sobreposição da nova agricultura capitalista sobre o antigo sistema de produção.



**Figura 8 – CAI da COTRIJUÍ em Dom Pedrito – vista lateral**

Fonte: fotos do autor

Posteriormente, na década de 1980, a COTRIJUÍ incorporou ainda as estruturas das cooperativas de lã e de serviços, que contava com boa estrutura de atendimento das necessidades da pecuária ovina e bovina, mas ociosas naquele momento (Figura 9).



**Figura 9 – Unidade agroveterinária da COTRIJUÍ em Dom Pedrito**

Fonte: fotos do autor

Embora tenham ocorrido muitas mudanças desde que a pecuária deixou de representar a principal atividade da produção agrícola, é um engano acreditar que a ela deixou de ser importante. A pecuária extensiva ocupa ainda a maior área dentre as destinadas à produção agrícola do município, embora não seja a atividade mais importante do ponto de vista econômico, lugar ocupado definitivamente pela orizicultura. Mesmo que possa parecer um paradoxo, na verdade essa relação diversa entre a área ocupada e a rentabilidade é propiciada por diversos fatores. A grande extensão territorial do município e a tradição da atividade criadora ainda estão presentes no campo. A orizicultura depende de irrigação farta, e hoje já atingiu seu limite dentro da capacidade de irrigação, questão que deve ser modificada com a conclusão em breve de duas grandes barragens nas áreas do município, nos arroios Jaguari e Taquarembó, ao nordeste e norte do município, respectivamente.

Muitas das propriedades que produzem arroz têm se dedicado à pecuária numa forma modernizada, com diferencial genético e manejo especial. Esta tem sido a marca da pecuária pedritense, que foi estudada como modelo por Fontoura (2000). O pecuarista que hoje em dia se destaca em Dom Pedrito é o mesmo que produz arroz, soja, ou ainda os dois. Estas formas de produção têm convivido no que é chamado pelos produtores locais de pecuária consorciada à agricultura (figura 10). No entanto, todas elas dependem de um fator essencial: capital para investimento.



Mesmo a pecuária, na forma modernizada, exige grandes aportes de capital. Os precursores desta atividade consorciada são os mesmos precursores da moderna lavoura de arroz: as famílias Pötter e Zart que iniciaram a lavoura em 1958, criaram no início da década de 1970 o grupo Delta G<sup>21</sup>, um consórcio de estâncias dedicadas a produzir um rebanho diferenciado na genética, que depois de mais de 30 anos expandiu sua influência sobre outros estados do Brasil e é considerado um dos melhores rebanhos do mundo na atualidade. Hoje, as estâncias do grupo ainda são modelos de desenvolvimento de tecnologia na pecuária, mas não são as únicas do município a investir na técnica, pois a pecuária altamente especializada e consorciada à agricultura tem sido definida como a marca diferencial da produção em Dom Pedrito.



**Figura 10 – Gado pastando na resteva do arroz: pecuária consorciada à agricultura**  
Fonte: fotos do autor

A pecuária extensiva é praticada ainda nas grandes propriedades, nas áreas que não são arrendadas para a agricultura. Também segue sendo praticada em muitas propriedades menores, em áreas menos valorizadas para a agricultura ou mesmo onde a orizicultura é impraticável. Para as grandes propriedades continua sendo interessante, pois garante os índices de produtividade, além da ocupação e manutenção do campo, embora não represente lucratividade, que é garantida pelas

---

<sup>21</sup> O primeiro remate do grupo Delta G foi realizado em 1973 (VASCONCELLOS, 2008).

lavouras (quase sempre existentes na forma de arrendamento). Observa-se hoje uma viabilidade da pecuária de engorde em propriedades menores, de pequeno e médio porte. Diante da alta especialização de algumas propriedades produtoras, existe um processo chamado de “descarte” do animal que não se enquadra nos parâmetros definidos pela pecuária genética de alta qualidade. Esse gado é então repassado para as estâncias de invernada a um preço acessível, o que gerou recentemente um aquecimento do mercado de compra e venda destes animais, que são comercializados posteriormente para os frigoríficos que abastecem os mercados populares. Embora o manejo deste gado de “descarte” seja feito de forma tradicional, o processo de capitalização difere radicalmente da pecuária extensiva, pois o “bom negócio” consiste, na verdade, em comprar o gado já em condições de peso e sanidade para ser vendido em pouco tempo, garantindo a lucratividade. Os campos, neste caso, são muito mais um depósito temporário para o gado do que propriamente uma invernada (Figura 11).



**Figura 11 – Pecuária de “descarte” em estância tradicional**

Fonte: fotos do autor

A diversificação da produção agrícola do município fica praticamente restrita a alguns poucos produtores. As lavouras de arroz e soja, além da pecuária, ocupam a maior parte das unidades produtivas. Outras culturas não têm sido utilizadas junto com a pecuária, embora sejam possíveis. Há alguns casos de investimento em fruticultura que demonstram grande potencial de produtividade, mas com baixo

apelo do mercado consumidor local. A vitivinicultura tem sobressaído pela qualidade, e está sendo desenvolvida como negócio pelos mesmos produtores detentores de grandes propriedades e capital, que podem investir em divulgação e tecnologia. Não chega a ser, ainda, significativa do ponto de vista econômico para o município. Destaca-se ainda, nos dados da produção primária do município, o mel, cuja produção é a terceira maior do estado. Esta modalidade tem sido viabilizada pela parceria entre pecuaristas tradicionais e os apicultores. Estes últimos são normalmente pequenos proprietários que não encontram bons resultados na agricultura e na pecuária, devido ao tamanho reduzido de suas propriedades. Como existem grandes áreas ocupadas pela pecuária tradicional, o manejo dos enxames é feito com tranquilidade nas reservas legais e áreas de mato das fazendas. As áreas próximas às lavouras tornam-se problemáticas devido ao impacto causado pela aplicação de inseticidas e herbicidas, realizada por pulverização aérea. Muitos apicultores são pessoas de origem urbana, o que causa uma divisão entre os produtores. Apesar da expressividade da produção de mel do município, não há associação de produtores constituída, sendo que o produto é vendido *in natura* aos atravessadores de outras partes do estado.

A atual configuração das atividades primárias em Dom Pedrito faz do campo, hoje, um espaço marcado por diferentes formas, que são representativas dos processos de transformação que buscamos acompanhar neste trabalho. Podemos assim identificar tanto elementos do passado que permanecem quanto outros que indicam um intenso processo de modernização. Eles convivem de certa forma sustentados pela permanência de uma estrutura fundiária onde a grande propriedade dita as possibilidades de desenvolvimento. As pequenas propriedades continuam sendo coadjuvantes nos processos históricos de transformação, ora fadadas ao desaparecimento, ora viabilizadas pela absorção das possibilidades secundárias dos processos de modernização, como o exemplo da pecuária de descarte que trouxemos. Dentro desta heterogeneidade de situações, as configurações espaciais pesam na produção das condições hoje encontradas, seja pela riqueza das condições naturais, seja pela oportunidade gerada pela chegada de investidores, que encontram oportunidades na debilidade da economia tradicional. Assim encontramos um espaço onde o velho e o novo coabitam, na forma, sobre uma mesma estrutura arraigada. Retomaremos esta análise no Capítulo Quatro. Por enquanto, apresentamos algumas imagens (figuras 12 até 18), além das já utilizadas

até aqui, que foram capturadas durante o período de realização da pesquisa, em andanças pelo interior do município entre 2009 e início de 2011. Através da apreensão da paisagem podemos identificar muito das transformações e da atual configuração espacial do campo.



**Figura 12 – Centro Agroindustrial da estância Guatambu**

Fonte: fotos do autor

A Figura 12 retrata instalações de um dos mais modernos e produtivos estabelecimentos agropecuários de Dom Pedrito, a Estância Guatambu, sede administrativa do grupo Delta G, onde é produzido arroz, soja, pecuária especializada de corte e cabanha de bovinos com genética especializada. A foto flagra ainda o momento de saída de um veículo de tração animal, carregado, a demarcar o contraste entre o moderno das instalações e o anacronismo de muitas técnicas ainda presentes no município. A Estância localiza-se próximo da sede municipal, na margem esquerda do rio Santa Maria.



**Figura 13 – Campo de pecuária tradicional no distrito de Torquato Severo**

Fonte: fotos do autor

Na Figura 13 retratamos uma área de campo no distrito de Torquato Severo, situado no limite nordeste do município, divisas com Lavras do Sul ao norte e Bagé a leste. A pecuária extensiva ainda é a principal atividade desenvolvida nos campos desta localidade, que tem o menor potencial hídrico do município, inviabilizando a lavoura de arroz. A soja é encontrada em algumas poucas propriedades, assim como a silvicultura, que é realizada principalmente nas faixas de domínio da linha ferroviária pertencente à América Latina Logística.

Os campos de coxilha de propriedades menores têm sido utilizados novamente para a pecuária de engorde, ou descarte como chamamos aqui. Vislumbramos uma paisagem típica desta atividade na Figura 14, em uma estância na localidade conhecida como Sanga Preta, entre Dom Pedrito e São Gabriel. Embora a soja seja uma alternativa, ela normalmente é cultivada em áreas maiores e sob o regime de arrendamento.



**Figura 14 – Paisagem tradicional de estância de pecuária, com campo de coxilha ao fundo**

Fonte: fotos do autor



**Figura 15 – Campo de pecuária especializada com produção de pastagens**

Fonte: fotos do autor

Os campos onde é realizada a pecuária especializada indicam um manejo com mais intensividade de trabalho e especialização. É o que pode ser visto na

Figura 15, em que além da pastagem cultivada e transformada em feno, observa-se o padrão genético do rebanho ao fundo. Trata-se de uma propriedade que trabalha também com especialização da genética na área do rio Santa Maria, ao sul da autoestrada BR 293.

O “pivô central” é um dos mais modernos equipamentos de irrigação agrícola, podendo ser utilizado em extensas áreas, com eficiência comprovada. Tem custo elevado e é financiado em trinta anos pelo Finame agrícola do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A Figura 16 retrata o uso do equipamento na Estância Guatambu.



**Figura 16 – Moderno sistema de irrigação importado “pivô central”**

Fonte: fotos do autor

A Figura 17 apresenta uma paisagem ainda comum em algumas áreas em Dom Pedrito: as taperas. Neste caso é uma sede de estância em desuso, próximo da rodovia estadual RS 630, que liga Dom Pedrito a São Gabriel. Fica na área que vai ser irrigada pela barragem do Taquarembó, em construção. As terras que serão irrigáveis pelo projeto estão em franca valorização, sendo que muitas já foram vendidas para investidores. São áreas antes utilizadas para a pecuária e que devem passar ao uso intensivo da lavoura. As taperas são resquícios da dinâmica de transformações no uso do solo, dos diversos momentos da evolução da produção em Dom Pedrito.



**Figura 17 – Tapera em antiga sede de estância**  
Fonte: fotos do autor



**Figura 18 – Modernas instalações agroindustriais no campo**  
Fonte: fotos do autor

Por fim, na figura 18 é possível ver mais um moderno complexo agroindustrial, localizado nas proximidades do arroio Upamaroty, limite oeste de



Dom Pedrito com Santana do Livramento. É um exemplo do tipo de instalações que proliferaram no município nos últimos anos, pois para a orizicultura o armazenamento representa uma etapa essencial da cadeia produtiva, cujas possibilidades de ganho melhoram sistematicamente com o domínio, por parte do produtor, das etapas subsequentes à colheita.

### **2.3 A Influência do Campo na Cidade**

Dom Pedrito não surgiu da emergência da sociedade rural como tantas outras cidades da região da Campanha. Ao invés de brotar de uma estância ou fortificação militar, o povoamento iniciou com a fixação de indivíduos que se dedicavam ao comércio, como demonstramos no relato histórico feito no Capítulo Um. Obviamente que, na época de seu surgimento, a constituição de uma sociedade rural a partir do povoamento dos campos da Campanha foi importante fator de desenvolvimento do local, pois logo os primeiros estancieiros se transformaram nos principais clientes dos produtos que eram comercializados pelo povoado. José Antonio Dias Lopes conseguiu resumir de forma precisa o que aconteceu nestes primeiros tempos, desde a chegada do primeiro habitante até o desenvolvimento que levou ao surgimento da vila e depois cidade:

Foi o comércio, portanto, que trouxe Ansoategui até as margens do Rio Santa Maria, sustentou a aldeia quando ele desapareceu para sempre e desenvolveu o núcleo populacional de Dom Pedrito. Ao consagrar-se como centro abastecedor das estâncias, o desenvolvimento da aldeia está assegurado. (LOPES, 1972: p. 23)

Lopes está relatando, assim, a partir dos embriões da cidade e das estâncias, a forma também embrionária do que seria a relação cidade-campo nos primeiros tempos de cidade. Houve, desde o início, a união fecunda entre uma burguesia urbana que se formava com a expansão das atividades comerciais e a elite rural, formada pelos estancieiros que ocupavam os campos do entorno. Os processos formais de reconhecimento da localidade como unidade autônoma partiu dos primeiros, enquanto os segundos prestavam o seu apoio e viam, no brotar da nova cidade, uma referência para a fixação dos marcos do poder político e econômico local. É assim que, ainda nos primeiros anos da cidade, foram erguidas na área demarcada para sede do município imponentes residências dos produtores rurais, que se tornaram os centros de referência da política local. Muitas destas

residências ainda podem ser vistas na cidade, nas ruas principais próximas do centro originalmente demarcado e que permanece o mesmo ainda hoje (Figura 19).

A união entre a burguesia urbana e a elite rural não se dava apenas no plano do poder político, mas de fato representava um importante fator de desenvolvimento local, já que os interesses econômicos de ambos os grupos se complementavam, acentuando um dinamismo tanto da cidade quanto do campo. O campo contava assim com um importante ponto de referência próximo, onde podia ser encontrada grande parte dos produtos que abasteciam a vida nas estâncias; e a cidade, com um vigoroso comércio que capitalizava a burguesia local. Esta burguesia crescente em poder econômico voltava-se também para o campo, onde muitos comerciantes adquiriam terras e passavam a constituir um outro grupo de produtores, que embora possuíssem propriedades menores – quando comparadas com aquelas oriundas das sesmarias – reforçavam a importância da sociedade rural, predominante no Brasil da época. Como a atividade normalmente desenvolvida nos primórdios do município era a pecuária, a peculiaridade das características naturais da região, onde se encontravam campos com excelentes pastagens, era um convite aos detentores de capital para se inserir na classe de produtores, angariando maior poder e prestígio.



**Figura 19 – Palacetes de estancieiros do início do século XX na atualidade**

Fonte: fotos do autor

### 2.3.1 *A Formação da Cidade Local: do apogeu à crise da pecuária*

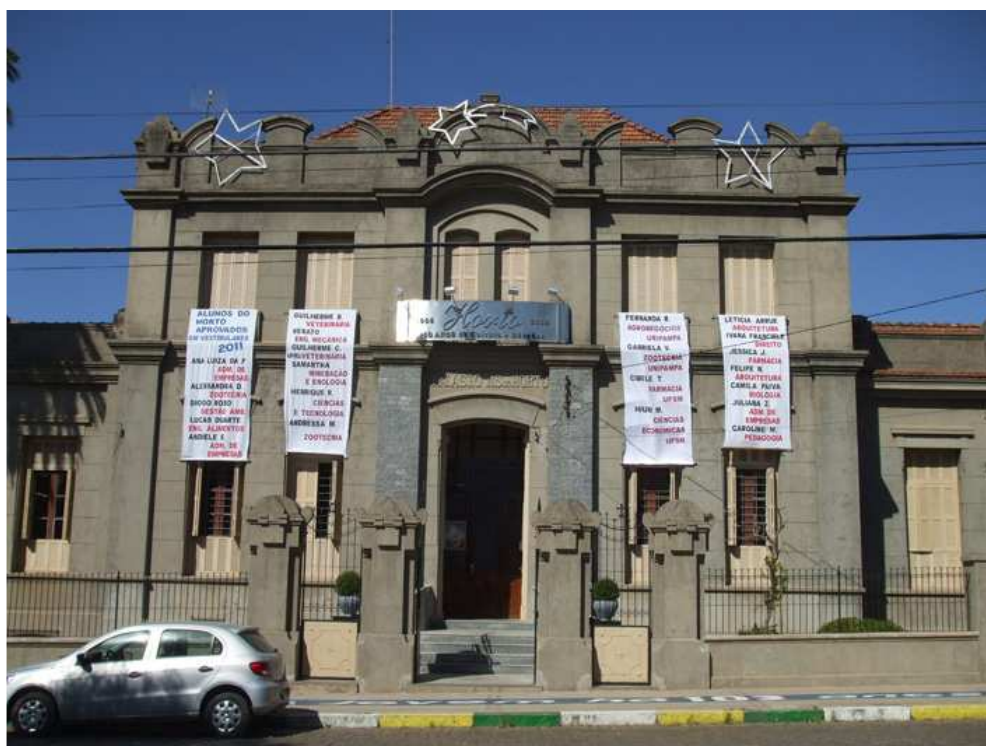
Nas primeiras décadas do século XX iremos encontrar na cidade, em Dom Pedrito, uma importante estrutura comercial adaptada plenamente às necessidades da época. É possível encontrar muitas referências à forma como se estruturava o comércio e serviços locais em obras que consultamos na nossa pesquisa (COSTA, 1922; IBGE, 1959; LOPES, 1972; OLIVA, 2003; VASCONCELLOS, 2008), e a partir daí podemos notar algumas peculiaridades que foram se transformando com o passar do tempo e principalmente com as mudanças ocorridas no campo e suas principais atividades produtivas. Assim, enquanto a pecuária extensiva era praticamente a única e mais importante atividade desenvolvida nas estâncias, as estruturas de comércio e serviço da cidade atendiam especialmente às formas de consumo consumptivo da época, pois se voltavam ao atendimento das necessidades que não eram da produção em si, mas das famílias que viviam no campo. Essa condição é explicada, no nosso entender, por dois principais motivos: a predominância da população rural neste período; e o fato de a pecuária ser uma atividade com pouca ou quase nenhuma exigência técnica no âmbito da produção, não exigindo o aporte de estruturas de consumo produtivo<sup>22</sup>. A cidade, então, era um ponto de comércio e de serviços locais que atendia o campo. Ali se encontravam importantes casas comerciais, onde a população rural buscava o que necessitava, e de onde partiam os vendedores viajantes que visitavam as estâncias para anotar e entregar os pedidos. Existia ainda uma boa estrutura de hospedagem, que era utilizada principalmente por vendedores que vinham de outras cidades, em especial Porto Alegre, e ali se hospedavam enquanto visitavam os produtores da região.

Junto ao vigoroso comércio dos primeiros anos, juntavam-se as realizações da sociedade local na cidade, embalada pela riqueza dos estancieiros tradicionais e prosperidade dos comerciantes. Foram aos poucos surgindo as importantes estruturas de atendimento de outras necessidades da população e que eram importantes em uma cidade da época. Por iniciativa de membros da sociedade local foram erguidos os primeiros estabelecimentos oficiais de ensino, a Santa Casa de

---

<sup>22</sup> Sobre as diferenças entre consumo consumptivo e consumo produtivo ver: Santos e Silveira, 2006. Uma importante análise da relação cidade-campo a partir da estrutura de consumo da cidade com base nesta diferenciação é feita por Denise Elias (2003) sobre a região agrícola de Ribeirão Preto/SP.

Misericórdia, o conservatório de música, os clubes sociais e um imponente pavilhão de exposições e feiras rurais (figuras 20 a 22).



**Figura 20 – Pórtico principal do Ginásio Nossa Senhora do Horto, fundado em 1908**  
Fonte: fotos do autor



**Figura 21 – Antigo prédio da Santa Casa de Caridade, concluído em 1919 – vista lateral**  
Fonte: fotos do autor



**Figura 22 – Instituto Artístico Carlos Gomes - conservatório de música fundado em 1940**

Fonte: fotos do autor

De acordo com os levantamentos históricos que consultamos (COSTA, 1922; LOPES, 1972; OLIVEIRA, 2009), podemos notar que a burguesia urbana local sempre esteve envolvida como agente modernizador da cidade, e suas ideias contavam com a simpatia e financiamento da elite rural, que repartia dos dividendos políticos das realizações, compondo uma importante aliança política no município.

Esta forma de organização da cidade em relação ao campo designava o perfil econômico da cidade até a metade do século XX, quando então o campo passou a se modernizar e estabelecer novas relações, não só com a cidade como com outras localidades, em virtude de novas necessidades dadas pela maior complexidade da produção agrícola. Ao final da década de 1950, Dom Pedrito era uma cidade importante e próspera para os padrões da época, embora já tivesse modificado um tanto a sua relação com o campo e a paisagem da cidade. Ali já se encontravam não apenas aquelas estruturas voltadas ao atendimento do consumo consumptivo, mas também outras que visavam atender às necessidades da produção agrícola. Salienta-se, neste período, a existência da charqueada, criada em 1938 e instalada na periferia da cidade, dentro do perímetro urbano. Também existiam muitas “barracas”, estabelecimentos que funcionavam como entrepostos comerciais, recebendo principalmente a lã da ovinocultura e fornecendo materiais

para o manejo desta produção, que demonstrava maior complexidade e dinamismo do que a pecuária bovina tradicional. Surgiu também nesta época uma cooperativa de serviços voltada ao atendimento das demandas da ovinocultura, principalmente a esquila (corte da lã) e a inseminação artificial. Estas estruturas foram marcando a paisagem da cidade, que por esse tempo ressaltava a importância do campo para a cidade local. Às realizações dos empreendedores locais juntavam-se as estruturas estatais de apoio à produção, de acordo com o período de modernização do campo vinculado ao projeto de urbanização e industrialização da década de 1950. Além da construção da nova estação ferroviária (Figura 23) em meados da década de 1940<sup>23</sup>, foram instalados na cidade uma estação experimental agrícola e uma unidade de armazéns, voltada ao fomento da agricultura, nesta época tendo o trigo ainda como principal produto.



**Figura 23 – Estação ferroviária dos anos 1940 em Dom Pedrito**

Fonte: fotos do autor

Um dos elementos mais marcantes da cidade, segundo o levantamento que realizamos, era a unidade militar. Reconhecido, em 1919, como importante posição estratégica militar, por se tratar de área de fronteira, foi instalado no município o

<sup>23</sup> Há uma imprecisão de datas sobre a conclusão da Nova Estação, que seria o tronco do ramal ferroviário entre Dom Pedrito e Santana do Livramento. Embora esse ramal tenha sido construído em 1943, parece que a nova estação só começou a funcionar em 1946 (Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>). O prédio guarda as características originais, mas encontra-se cedido para a Prefeitura Municipal.

quartel do 14<sup>o</sup> Regimento de Cavalaria Independente (RIBEIRO, 2009b). Na década de 1940 o quartel já contava com grande contingente efetivo, sendo que neste período foram construídas duas vilas militares, uma para sargentos e outra para oficiais (Figura 24). A primeira ficava no entorno do quartel, constituída por casas de dois pisos alinhadas no decorrer de duas quadras, já a segunda ficava próxima ao centro da cidade, ocupando um quarteirão inteiro em suas quatro faces, e as casas de dois pisos construídas ali contavam ainda com bom terreno. Embora não tenha sido possível precisar o contingente militar desta unidade<sup>24</sup>, os milicos representaram por muito tempo, desde aí, uma inegável fonte de recursos dentro a população da cidade. Acredita-se, com base nos dados de informantes, que o número de militares ultrapassava mil homens, sendo que muitos eram oriundos de outras cidades do estado. Dentre o pessoal graduado, era comum a presença de pessoas de outros estados também. Neste tempo a cidade de Dom Pedrito recebeu muita gente que veio de fora do município, além dos militares, principalmente funcionários dos diversos órgãos do governo que se instalavam na cidade.



**Figura 24 – Vila Militar dos Oficiais do Exército – vista de uma das faces do quarteirão**  
Fonte: fotos do autor

A expansão da agricultura nos campos do interior do município ganhou força nos anos 1960 e acentuou-se ainda mais na década seguinte, mas na cidade a

---

<sup>24</sup> O exército foi contatado na pesquisa e informou que os dados de contingente nas unidades são informações não divulgadas por serem tratadas como dado de segurança nacional.

marca da pecuária era ainda muito presente. Nestas duas décadas os pecuaristas menores marcavam nitidamente a vida da cidade local. Estes eram quase sempre homens ilustrados e engajados na política e nas atividades culturais, presidiam os clubes sociais e os diversos órgãos da imprensa do município. O CTG Rodeio da Fronteira, um dos primeiros do estado, foi criado em Dom Pedrito pela mão destes proprietários menores, em 1953 (OLIVA, 2003). Outra peculiaridade destes produtores era o fato de se filiarem aos grandes proprietários do município e da região, seja na forma de uma aliança política e ideológica, seja na busca de apoio financeiro para suas realizações.

Por outro lado, muitas famílias dentre as maiores e mais tradicionais proprietárias de terras da região eram também, neste tempo, proprietárias de empresas que centralizavam a rede de comércio e serviços nas cidades da campanha, onde então diversificavam seus negócios. Destaque, em Dom Pedrito, para as redes de concessionárias de veículos e máquinas agrícolas, cujo mercado passava a se expandir com rapidez em virtude da crescente mecanização do campo. Em meados da década de 1970, a cidade contava com lojas concessionárias de veículos Volkswagen (Dispel), Chevrolet (Floriano Bittencourt) e Ford (Mecânica Rural), ou seja, todas as três marcas de automóveis então fabricados no Brasil<sup>25</sup>. A Mecânica Rural era ainda concessionária de máquinas agrícolas Ford/New Holland, e havia uma concessionária SLC (Krügger & Krügger). A Massey Ferguson ganhou uma concessionária na cidade no final dos anos 1980, já então criada com capital comercial de descendentes de imigrantes italianos (Agro-Máquinas Comim). Além das concessionárias, identificamos outros empreendimentos locais ligados ao capital de origem rural, existentes nessa época: lojas Obino, com matriz em Bagé; e Hotel Alexandre, cuja família foi responsável pela construção e instalação de uma torre retransmissora dos sinais da rede RBS de tevê e rádio. Esta família posteriormente transferiu-se para os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde segue no ramo da pecuária.

Foi ainda no início da década de 1970 que foi construída a principal rodovia de acesso à cidade, e a primeira e única pavimentada até hoje, a BR 293, que liga

---

<sup>25</sup> Os veículos Dodge era fabricados no Brasil, nesta época, pela Volkswagen, assim como os Willys eram pela Ford, e ambas marcas foram extintas ainda na década de 1970. Os automóveis Fiat surgiram no Brasil em 1977 e não contavam com rede de concessionárias durante os primeiros anos.



Pelotas a Santana do Livramento. Foi uma obra de grande porte e que impactou fortemente a cidade, com a instalação de vila operária e parque de máquinas.

Foi assim que, ao chegar à década de 1980, também conhecida como a “década perdida”, pelo caráter de crise econômica das economias periféricas no mundo todo, a cidade de Dom Pedrito contava com uma importante e vigorosa rede de comércio e serviços, não só de empreendimentos locais, mas também com sucursais das principais lojas do estado, além de supermercados e uma importante cooperativa, a COTRIJUÍ. Esta era, por sinal, o principal marco das mudanças que vinham ocorrendo no campo, com a expansão da agricultura sobre as áreas de pecuária.

A concentração urbana da população e o êxodo rural atingiam também seu ápice (Tabela 3), e apesar da boa estrutura urbana, não havia emprego para absorver a mão de obra oriunda do campo. Muitos moradores do campo mal chegavam à cidade e dali partiam para cidades maiores em busca de emprego.

**Tabela 3: Evolução da população - Dom Pedrito/RS**

ano	Rural	%	Urbana	%	Total
1956	15.700	56,2	12.260	43,8	27.960
1970	11.765	35,9	21.036	64,1	32.801
1980	9.038	25,7	26.111	74,3	35.149
1991	5.763	15,1	32.291	84,9	38.054
2000	4.615	11,4	35.795	88,6	40.410
2010	3.643	9,4	35.255	90,6	38.898

Fonte: IBGE (1959) e FEE (séries históricas) – Censo

Elaborada pelo autor

A agricultura crescia em importância, apesar da crise estrutural do capitalismo, e como era realizada com grande aporte de capital, encontrava meios de viabilizar sua existência e expansão. O arroz como principal produto era uma das vantagens, pois fazendo parte da dieta básica mesmo entre os mais pobres, tinha um mercado de consumo garantido, além da atenção dos governos através das políticas de subsídio ou incentivo. Tornava-se viável pela grande produtividade, mas tinha custo elevado, sendo assim um condicionador do perfil do produtor local. A concentração da produção e beneficiamento em um mesmo empreendimento fez surgir os primeiros Complexos Agroindustriais (CAI) do município, modificando aos poucos a paisagem dos campos. Mesmo as estruturas de beneficiamento situadas na cidade, os engenhos, eram muitas vezes exclusivas ou prioritárias de determinado produtor ou grupo. Com a crise da pecuária, o único setor da produção agrícola que apresentava um bom dinamismo econômico era a orizicultura, mas a

forma como se estruturavam verticalmente as etapas da produção e beneficiamento distanciavam cada vez mais o campo da cidade. Tal situação era escamoteada pela opulência dos números da produção, o que levou também os governos a priorizar a orizicultura sobre as demais formas de produção do município, através da adaptação das estruturas de apoio à produção.

O empobrecimento da população urbana em vertiginoso crescimento tornou ainda mais agudos os efeitos da crise econômica e da falta de emprego dos anos 1980. Com isso, a rede de comércio e serviços da cidade passou também por uma crise, que acelerou os processos da reestruturação produtiva no âmbito do local. No início da década de 1990, as principais lojas de redes regionais haviam encerrado suas atividades na cidade, as concessionárias de veículos desapareceram e os supermercados que eram empreendimentos locais praticamente sumiram, restando o maior deles que foi vendido para a rede Nacional, na época ainda de capital brasileiro<sup>26</sup>. Observa-se, então, que as estruturas de consumo consumptivo passam a ser substituídas, na ordem de importância, por aquelas de consumo produtivo, que parecem confirmar a superação da cidade pelo campo.

### *2.3.2 O Campo Modernizado e a Cidade: marcas do novo período*

A introdução do projeto de governo de orientação neoliberal após a redemocratização do país, no âmbito nacional e posteriormente no estado, foi uma condição especialmente destrutiva das possibilidades de reação da economia das cidades locais. Com o fim das políticas estatais de suporte econômico, extinguiram-se ou tornaram-se obsoletas as estruturas de apoio à produção, tornando-se fantasmas na paisagem da cidade (Figura 25).

---

<sup>26</sup> O supermercado Nacional ficou sendo durante muito tempo o único da cidade. A estrutura era de um supermercado vinculado a uma cooperativa de lã de Bagé, vendido nos anos 1980 para a rede Trevisan de Santa Maria, posteriormente comprado pela rede Nacional, com matriz na região metropolitana de Porto Alegre. Toda essa rede foi adquirida ao final da década de 1990 pela SONAE, empreendedores portugueses, que mais recentemente negociaram toda a sua estrutura de redes comerciais no Brasil para a gigante norte-americana Wal-Mart. Dom Pedrito conta, desde então, com uma loja de supermercados da maior rede de varejo do mundo.



**Figura 25 – Estrutura da CESA (Companhia Estadual de Silos e Armazéns), abandonada e sucateada em Dom Pedrito**  
 Fonte: fotos do autor



**Figura 26 – Estruturas da rede ferroviária em desuso ou abandonadas**  
 Fonte: fotos do autor

Dom Pedrito perdeu seu ramal ferroviário, desativado definitivamente em 1996 com a retirada dos trilhos, já em desuso desde o começo daquela década, sendo assim desinteressante para a gestão da iniciativa privada após a privatização

da rede ferroviária. Restam os prédios da estação nova (cedido à Prefeitura, mas em desuso), o viaduto na cidade (chamado de “ponte seca”), as estruturas de apoio dos trilhos na várzea do rio Santa Maria e os caminhos dos trilhos que foram retirados (Figura 26). As rodovias federais da região da Campanha, em péssimo estado e com baixa utilização em virtude da crise e das grandes distâncias, não entraram nos pacotes de concessão (pedágios), ficando totalmente abandonadas e sem manutenção por anos.

Nem mesmo a unidade militar situada em Dom Pedrito escapou do processo de reestruturação, sendo transferida em 1988 para a cidade de São Miguel D'Oeste, em Santa Catarina. No seu lugar ficou instalada apenas uma companhia, de menor tamanho e importância, transformando em obsoleta as enormes estruturas de alojamento e treinamento existentes na cidade.

Quanto aos estancieiros tradicionais, muitos deles herdeiros das primeiras sesmarias distribuídas na área do município, foram poucos que continuaram a gerir suas propriedades no próprio município. A valorização das terras para o arroz fez aumentar o valor dos arrendamentos, e como a maior parte do território do município é ocupado pelas grandes propriedades, a renda da terra passou a tornar-se fonte exclusiva de rendimento para muitos proprietários tradicionais. Isso permitiu que os maiores proprietários de terra do município, agora representados por novas gerações com formação superior e vínculo com a cidade grande – onde estudaram e passaram a investir os dividendos do arrendamento – se afastassem cada vez mais da cidade de Dom Pedrito, perdendo importância como classe política local. Hoje, as opulentas casas outrora erguidas na cidade pelos estancieiros são apenas a marca de um período, e são utilizadas para outros fins ou encontram-se fechadas (Figura 27), como testemunhos inertes de uma outra época, quando outra lógica se estabelecia entre o campo e a cidade.



**Figura 27 – CDL, Museu Paulo Firpo, Rádio Sulina e uma creche – casas antigas utilizadas para diversos fins**

Fonte: fotos do autor

Os novos produtores, no entanto, não possuem um estreito vínculo com a cidade, como tinham os antigos pecuaristas nos tempos áureos da pecuária. A maior parte deles não é efetivamente proprietária das terras, mas arrendatária. Os dados atuais da produção de arroz indicam uma proporção de arrendamento que chega próximo aos 70% da área de lavoura em alguns anos recentes. A soja, hoje também importante produto da lavoura no município, é produzida sob a mesma lógica: o arrendamento prevalece. Estas formas de agricultura moderna com grande aporte de capital tendem a uma verticalização da cadeia de produção e beneficiamento. A estrutura de consumo produtivo, aquela que visa atender as necessidades da produção, encontra-se em grande parte fora da cidade. No campo moderno são erguidos complexos agroindustriais que são a garantia do domínio, por parte do produtor, das etapas subsequentes da produção, como a possibilidade de esperar o melhor momento para a venda (AÇÃO E PRODUÇÃO, 2005).

A nova classe de produtores tem uma sólida base técnica que já trouxeram de fora, mesmo entre aqueles que chegaram há mais de uma geração. Deste ponto de vista, a cidade não logrou acompanhar a modernização do campo, pois não foram criadas estruturas de renovação tecnológica que pudessem incluir boa parte da população nos processos da produção agora predominante, que é a agricultura.

Por esse motivo hoje é comum encontrar, na cidade, pessoas que, assim como os produtores de arroz e soja, migraram para o município em busca de oportunidades nos trabalhos especializados, que são utilizados nas etapas da produção e que não encontram mão de obra especializada na cidade. Muitos deles vieram junto com os produtores, como agregados ao sistema técnico necessário à produção. Os “gringos” hoje estão por toda a parte, mesmo na cidade: cuidando das frotas de transportes especializados, das revendas de máquinas agrícolas, das lojas que fornecem os insumos para a produção e na prestação de assistência técnica.

A pecuária voltou a ser um destaque no município, mas hoje ela representa um diferencial diante da modernização e da forma como é gerida, consorciada com a agricultura moderna e mais afinada com as possibilidades de desenvolvimento do capitalismo. Independente da forma, tanto a pecuária extensiva como a modernizada têm suas produções, hoje, direcionadas para fora de Dom Pedrito, na forma do animal vivo. O município não conta há muitos anos com estabelecimento para abate do rebanho bovino. A antiga charqueada, absorvida pela COTRIJUÍ, funcionou como frigorífico até o final da década de 1980, nos últimos anos já de forma precária, com abates e funcionamento temporário.

Em setembro de 2004 reabriu na cidade a planta frigorífica, na forma de arrendamento da estrutura hoje pertencente à COTRIJUÍ (Figura 28). No entanto, o estabelecimento só abate ovinos, cuja produção havia perdido a importância durante o período de modernização do campo, como já demonstramos aqui. Embora Dom Pedrito tenha ainda um dos maiores rebanhos do Estado, não se encontra em condições de satisfazer as demandas do estabelecimento, que abate entre 500 e 800 animais por dia, número limitado justamente pela oferta de animais. São trazidos rebanhos de Alegrete, Livramento, Quaraí, Bagé, Lavras do Sul e Aceguá. Segundo as informações coletadas junto à direção do frigorífico, na pesquisa, devido à viabilidade de custos para o transporte, os animais são comprados em localidades até a distância de 300 quilômetros. O rebanho de Dom Pedrito, segundo os gestores do estabelecimento, poderia ser todo ele direcionado para o abate na cidade, obviamente dependendo de acerto na negociação com o produtor. Toda a carne produzida é enviada para fora do município, principalmente para os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, e uma pequena parte para a rede Zaffari de Supermercados, concentrada na região metropolitana de Porto Alegre. São produtos com preço diferenciado buscando um público específico.



**Figura 28 – FrigoW: frigorífico especializado no abate de ovinos**

Fonte: fotos do autor

O funcionamento do frigorífico movimenta uma importante parcela da economia da cidade. Opera o ano todo em regime fixo e gera mais de cem empregos diretos na cidade. Necessita do aporte de transporte especializado, e ainda possibilitou a reativação de parte das estruturas estatais de fiscalização. A inspeção sanitária federal havia perdido seu posto de fiscalização definitivamente em 1992, no ápice do funcionamento contava com quase trinta funcionários e, por último havia apenas dois, em disponibilidade por falta de opções de remanejamento. Hoje voltou a funcionar, contando inclusive com funcionários vindos de fora que se estabeleceram na cidade.

No início do século XXI que vivemos, a cidade de Dom Pedrito parece reencontrar o caminho do desenvolvimento, coisa que o campo parece nunca ter perdido, visto que suas transformações ocorreram há mais tempo e encontraram na introdução da agricultura mecanizada, no arrendamento do solo e na capitalização dos produtores um caminho virtuoso de desenvolvimento. A cidade, por outro lado, depende hoje mais de agentes externos para seu desenvolvimento do que da tão propalada vocação do município para o agronegócio.

Os investimentos estatais dos últimos anos representaram grande impulso para a economia da cidade: foram instaladas frentes de obra para recuperação da rodovia federal, a mesma BR 293 que se encontrava totalmente deteriorada. A

construção de duas grandes barragens no município impactou a economia da cidade, com a chegada de grande número de operários que se instalaram próximo e passaram a sanar suas necessidades na cidade.

A história dos operários da barragem do Taquarembó é emblemática das condições da população da cidade após as transformações das últimas décadas. Em maio de 2010 o Sistema Nacional de Emprego (SINE) do município anunciou a abertura imediata de oitocentas vagas de emprego para o início da frente de obras. Apesar do alto impacto que esse nível de empregos ocasionaria na cidade, a maior parte das funções especializadas não encontrou quem as ocupasse por falta de formação ou experiência específica. Muitos operários foram contratados, mas logo que se descobriu que os salários mais baixos eram muito superiores aos pagos para os empregos agrícolas sazonais, houve um sério revés. As entidades representativas dos produtores rurais da cidade, Sindicato Rural, Associação de Produtores e Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul (FEDERARROZ), convocaram uma reunião com representantes políticos locais e a empreiteira encarregada da obra, solicitando que os salários fossem pareados pelo valor pago pelos produtores, sob o risco de esvaziamento das ocupações agrícolas no período de preparação do solo que se avizinhava. Firmado acordo e atendidas às solicitações dos produtores, a maior parte dos operários pedritenses optaram por abandonar o emprego, em protesto pela redução da remuneração. Assim foram trazidos muitos trabalhadores da região nordeste do Brasil, sem qualificação, para suprir a oferta de empregos para mão de obra bruta do empreendimento.

A retomada dos investimentos federais atingiu também a unidade militar. O quartel do exército foi reaparelhado e sofreu um grande aumento de efetivo, o que levou até mesmo à reforma das vilas militares, hoje novamente ocupadas na sua quase totalidade, depois de um longo tempo de subutilização. A instalação recente do campus de uma nova universidade federal, a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) (Figura 29), que recebe alunos de diversos locais do país, gerou o aquecimento do mercado de aluguéis, além de uma proliferação de serviços e produtos para atender as necessidades dos estudantes.





**Figura 29 – Entrada do Campus Dom Pedrito da UNIPAMPA**

Fonte: fotos do autor

A injeção de recursos na economia local gera reflexos positivos na estrutura de comércio e serviços da cidade. Há uma proliferação, nos últimos anos, de empreendimentos locais de pequeno porte, como restaurantes, farmácias, padarias, mercados, fruteiras e lojas de veículos usados. Hoje estes pequenos empreendimentos são responsáveis pelo dinamismo do comércio local. Uma rede de supermercados regional, com matriz em Bagé, inaugurou uma grande loja em 2009 e outra em 2010, e uma rede de Santana do Livramento prepara-se para abrir uma loja em 2011, em amplo espaço. As duas primeiras ocupam antigas instalações comerciais de supermercados que fecharam suas portas na década de 1980, enquanto a terceira ocupará prédio desocupado por uma concessionária de máquinas agrícolas também no mesmo período. Hoje as maiores lojas de compras e serviços da cidade são filiais de redes conhecidas (Figura 30), diferente do passado quando o capital local dominava estes setores. Os postos de abastecimento de combustível da cidade estão atualmente todos em funcionamento, muitos deles reativados por investidores regionais. O setor de construção civil, ainda concentrado em obras residenciais de menor porte, já esboça sinais de esgotamento da capacidade de atender a demanda, sendo inúmeras as casas em construção ou reforma, enquanto outras pessoas aguardam a disponibilidade de mão de obra para começar suas obras. Por todo lado sente-se os sinais da recuperação econômica,

que possivelmente tem muito mais vínculo com o crescimento econômico do país do que com a produção agrícola do município.



**Figura 30 – Importantes lojas em Dom Pedrito, na atualidade**

Fonte: fotos do autor

Apesar da recuperação da economia da cidade, ainda se encontra muita pobreza e problemas sociais que emergem daí, sobretudo a violência. A cidade conta com um cinturão de vilas nas áreas periféricas, que apesar de alguma melhora nas condições das habitações ainda concentra grande parte da população. Estas áreas estão na borda do campo, desenhando um triste, mas emblemático limite entre cidade e campo, como a denunciar o elo perdido entre riqueza e pobreza (Figura 31). As pessoas que ali vivem são justamente aquelas que não encontraram seu lugar durante os processos de transformação que estudamos, pessoas que viviam no campo e não possuem qualquer condição de satisfazer as exigências da atual produção agrícola, na qual é exigida maior especialização, e também aqueles que nunca tiveram oportunidade ou condições de migrar em busca de trabalho. Muitos vivem de “changas”, trabalho bruto e temporário que não requer maiores conhecimentos, como limpeza de terrenos, abertura de valas, trato de cavalos, pequenos fretes com carroça. Nas vilas próximas das margens do rio Santa Maria há muitas pessoas que vivem de tirar areia do leito do rio, sem qualquer forma de controle ou manejo. A coleta de lixo reciclável também tem se difundido entre as comunidades mais pobres, já que a cidade não conta com serviço público de coleta

seletiva de lixo. A pecuária de engorde, que é realizada em algumas propriedades no molde tradicional e que poderia oferecer oportunidade para homens que ali vivem, utiliza quantidade mínima de mão de obra, em geral um ou dois peões por estância que dão conta de todo o serviço, restrito a reunir o gado nas mangueiras, carregar e descarregar os caminhões boiadeiros, além de vistoriar o campo e os animais cotidianamente.



**Figura 31 – Habitações precárias em áreas pobres de Dom Pedrito**

Fonte: fotos do autor

As marcas do passado, quando cidade e campo respondiam há um mesmo tempo – e que corresponde ao tempo lento das estâncias pecuaristas – ainda podem ser vislumbradas em Dom Pedrito. No centro da cidade, na área do entorno da praça central, assim como nos quarteirões das ruas principais, existem vários prédios que são testemunhos daquela época: palacetes de estancieiros, sedes políticas, grandes lojas que forneciam produtos para as estâncias. Muitos deles, embora bem situados, encontram-se fechados. Alguns são utilizados ou foram comprados pelo governo local, como o museu, o conservatório de música, o lar de idosos. Outros tantos estão na mão de investidores imobiliários, especialmente aqueles situados nas principais ruas da área central, o que confere à imagem do centro da cidade um estranho ar de abandono. Descobrimos que são quase todos, hoje em dia, dos mesmos proprietários, uma família com vínculos na burguesia comercial tradicional da cidade, também proprietária de estabelecimentos de

pecuária, que tem nos últimos anos buscado adquirir praticamente todos os imóveis do centro da cidade, além de alguns terrenos urbanos em locais de maior valor, mas que não tem dado nenhum fim específico a estes imóveis. Reproduzem, de certa forma, a lógica da antiga classe produtora rural, em que a propriedade – o “ter” – tinha maior importância que a produção – o “fazer”. Uma inversão de valores se comparada com a atual lógica dos mais abastados produtores agrícolas, hoje a classe dominante da cidade, que produz essencialmente sobre terras arrendadas.

Do ponto de vista demográfico, a cidade não apresenta maiores alterações. A população continua concentrada na cidade, e muitos jovens que nascem no município continuam emigrando para outras localidades em busca de oportunidades, principalmente entre aqueles que ainda vivem no campo, já que a atual configuração da produção agrícola não satisfaz as demandas por emprego. Por esse motivo, apesar do atual movimento de imigração em virtude das frentes de obra e da universidade, a população do município não esboça crescimento algum nos últimos vinte anos, situação que pode ser observada nos dados do Censo do IBGE (Gráfico 3).

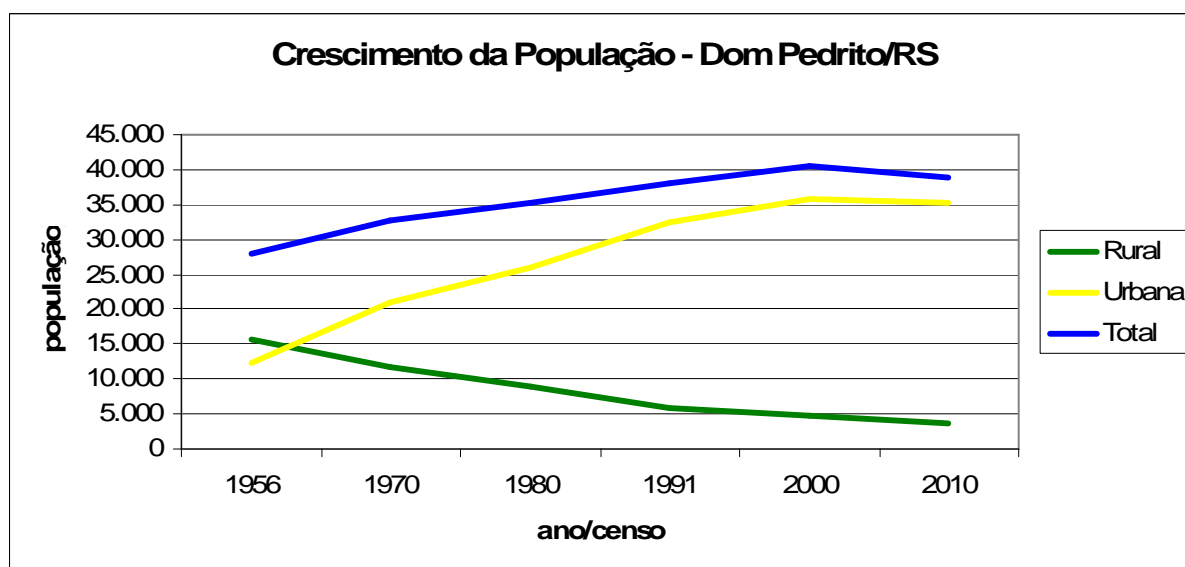


Gráfico 3 – Crescimento da população de Dom Pedrito

Passadas algumas décadas de emigração constante dos pedritenses, estabeleceram-se redes entre as localidades que oferecem oportunidades para aqueles que optam por sair da cidade, facilitando a adaptação destes indivíduos no seu novo endereço. Caxias do Sul, na região da Serra gaúcha, se transformou em um dos destinos habituais dos jovens de Dom Pedrito que buscam emprego na cidade, sendo que se fala hoje em um contingente de mais de cinco mil pessoas,

nascidas em Dom Pedrito, residindo naquele município da Serra. Em feriados prolongados é possível encontrar, em Dom Pedrito, dezenas de ônibus oriundos de Caxias do Sul e outras localidades, estacionados em ruas do centro da cidade. São fretados por aqueles que vivem longe e que aproveitam estes períodos para visitar familiares e amigos na cidade.

As transformações que descrevemos aqui e que modificaram a imagem da cidade, em Dom Pedrito, têm uma estreita relação com as transformações que ocorreram no campo. No entanto, observamos que enquanto o campo respondeu a mudanças bem definidas que se consolidaram com o tempo, a cidade parece ter perdido seu rumo diante destas mudanças, não apenas pela nova configuração da produção agrícola que se estrutura diferentemente em relação à cidade, mas também pela dificuldade de reconhecimento das mudanças por parte dos governos e daqueles que vivem no município. A antiga forma de produção, a pecuária extensiva que foi substituída em termos de importância pela lavoura capitalista, continua ocupando a maior área entre as destinadas à produção no campo, e segue também arraigada nas mentalidades como um indicador cultural e social da vida das pessoas. Hoje, as condições em que se assentam a sociedade urbana local propiciam uma nova postura diante da realidade, o que indica a retomada das possibilidades de desenvolvimento, mas que depende de romper com o passado histórico.

No próximo capítulo buscaremos identificar, a partir da reconstrução de algumas histórias de vida, como as transformações no campo e na cidade foram sentidas e vividas por pessoas, cujas trajetórias se confundem com as mudanças que relatamos aqui.

### **3. HISTÓRIAS DE VIDA, GEOGRAFIAS: uma outra cartografia**

Compreender a realidade em que vivemos e construir explicações plausíveis para as transformações que ocorrem é, a partir de uma premissa epistemológica, a tarefa desempenhada pelas Ciências Sociais e Humanas. Acreditamos que a Geografia, entendida como uma Ciência Social, tem um papel importante dentro dessa perspectiva, pois abarca como objeto principal aquilo que representa na essência a concretude das relações sociais: o espaço de vida.

A complexidade da sociedade moderna pode ser verificada de diversas formas, e as transformações que ocorrem dentro do sistema de produção hegemônico impactam na produção do espaço como instância histórica de reprodução da vida. Assim foi a inflexão de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, tal qual demonstrou Henri Lefebvre (1999). Assim tem se dado a produção dos espaços das cidades ao sabor do desenvolvimento das necessidades do capitalismo. Dentro dessa diversidade de situações, também as transformações nos espaços de produção agrícola representam um importante marco das mudanças ocorridas no espaço. E não apenas no espaço de produção, mas naqueles espaços que respondem direta ou indiretamente aos processos de divisão do trabalho: as cidades, que num maior ou menor grau estão envolvidas nas dinâmicas interescares da dialética espacial.

Nossa proposta de trabalho busca investigar e entender as relações entre as transformações no espaço de produção agrícola e o reflexo destas transformações na cidade local. Para tanto, escolhemos trabalhar a partir de um estudo de caso, tendo o município de Dom Pedrito como objeto de pesquisa. Trata-se de uma peculiar realidade por referir-se a um município com papel de destaque na produção agrícola, que possui elevados índices de produtividade e renda no campo, mas que não reflete necessariamente esta riqueza no espaço da cidade. Daí resulta diversas facetas de uma realidade que se transforma, que vai desde o esvaziamento humano do campo, dotado de alta tecnologia, com concentração da população na cidade, até os indícios de uma sociedade de base rural que segue reproduzindo simbolicamente suas condições de vida no espaço da cidade. Com base em uma digressão histórica e na análise de períodos específicos da configuração da matriz produtiva do campo e das configurações espaciais da cidade, temos buscado demonstrar as relações e os rompimentos entre o campo e cidade que se processam na realidade estudada.

Neste capítulo, especificamente, vamos nos aproximar da realidade estudada a partir da vivência das pessoas envolvidas nos processos de transformação que descrevemos antes. Acreditamos que há muita riqueza nas experiências pessoais que podem – e devem – ser parte do estudo nesta geografia que propomos. Isto porque este espaço representativo das relações sociais é marcado pela ação dos indivíduos, condiciona e é condicionado pelas trajetórias pessoais que se realizam no tempo. O campo, em si, encontra-se esvaziado do elemento humano, na forma de relações interpessoais, afirmando-se como entidade espacial da produção agrícola submetida a uma lógica industrial. As cidades locais, pequenas e médias, não lograram em sua maioria atingir um grau de autonomia que lhes permita desenvolver sua economia, e muitas não conseguem recolher do campo parte significativa da riqueza produzida. As metrópoles já não suportam mais a pressão do crescimento e há muito deixaram de ser um lugar atrativo e de oportunidades para os deserdados do campo. Há, então, uma dimensão destes espaços que é dada pela vida das pessoas, que Milton Santos (2008d) denominou de quinta dimensão do espaço: o cotidiano. Este cotidiano é marcado por eventos que são significativos enquanto representação da realidade em um dado momento da história.

É desta maneira que tentamos, aqui, nos filiar à “epistemologia da existência” proposta por Santos (1996) como o caminho para uma geografia renovada. Ainda Maria Laura Silveira (2006) refere-se a esta proposta metodológica como uma perspectiva existencial que busca superar a análise meramente racionalista do objeto geográfico, acrescentando a dimensão da ação do indivíduo, ou a “emoção”<sup>27</sup>. Acompanhando esta autora compreendemos que, longe de se apresentar como uma observação fragmentada, considerada a microescala do indivíduo, a atenção aos aspectos do cotidiano apresenta-se como a melhor forma de atingir a universalidade dos processos, pois é nesta dimensão que os eventos se realizam e cuja experiência transcende a existência do indivíduo.

Os traços fundamentais de uma situação nunca são estáticos nem inexoráveis. A vida que se desenvolve numa situação nunca foi o produto de uma escolha única, de uma situação imutável, inexorável, sempre houve um conjunto de possibilidades. Todavia, segundo a situação da qual partimos, conforme nossa posição na sociedade, o grau de constrangimento não é o mesmo. Existem mais caminhos

---

<sup>27</sup> Na perspectiva de Milton Santos: “razão e emoção” como elementos constituintes do espaço, conforme “A Natureza do Espaço” (SANTOS, 2008).

possíveis dos que, de fato, foram concretizados ou geografizados. (SILVEIRA, 2006, 87)

A abordagem do cotidiano leva a compreensão do espaço banal, que é o espaço onde a vida se realiza. Realizaremos esta abordagem através da reconstrução de alguns momentos das histórias de vida que foram coletadas durante nossa pesquisa. Estes momentos serão apresentados na forma de textos cartográficos, revelando e trazendo para nosso estudo e para a geografia que propomos o “método cartográfico” de Deleuze e Guattari (2000), bastante utilizado na psicologia social e em algumas abordagens sociológicas. A própria analogia geográfica que é a essência deste método nos encorajou a lançar mão dele. Além disso, a busca de um método adequado a uma epistemologia da existência requer a inovação, para que se possa atingir, como premissa, a análise pertinente, ou seja, o analista deve saber “claramente o que está fazendo” (SANTOS, 1996, p. 8).

O que é essencial, a partir desse espaço banal, é encontrar a forma de analisá-lo, isto é, de chegar à produção dos conceitos que permitam dividi-lo em pedaços, autorizando uma correta tarefa de análise. (*op. cit.*, p. 9)

Antes de partirmos para a transcrição dos textos referidos, algumas palavras sobre o método. Chamado de “anti-método” pelos idealizadores, esta “cartografia” pretende subverter a lógica moderna da construção do objeto científico. Antes disso, ela busca “desconstruir” a realidade a partir da observação sistemática de particularidades. Daí a referência à cartografia utilizada nos mapas, pois a técnica de observação pressupõe um necessário conhecimento ou estudo prévio da totalidade, como em uma grande escala, sobre a qual se escolherá pontos para análise. Estes pontos, contudo, estão sempre interligados nesta totalidade, na forma de uma estrutura rizomática, e desvendar as peculiaridades das formas sociais a partir daí exige um apuro no conhecimento dos processos que constroem a realidade.

Segundo Kastrup (2007), o trabalho do pesquisador, enquanto “cartógrafo”, inclui alguns passos, ou “variedades da atenção”, na abordagem do objeto, que são: o Rastreo, o Toque, o Pouso e o Reconhecimento Atento. Resumidamente, com base no trabalho antes citado, podemos explicar pela analogia com as cartas geográficas estes passos da seguinte forma: o rastreo seria a observação generalista de uma determinada realidade mais abrangente, cujo conhecimento depende de investigação prévia, mas que neste momento busca reconhecer a partir



do problema formulado os aspectos específicos que não são pré-definidos, e que estão em constante transformação. O toque é o processo de seleção, que se dá pela exacerbação dos sentidos do pesquisador/cartógrafo. É o encontro com o elemento que se destaca: “o que se destaca não é propriamente uma figura, mas uma rugosidade, um elemento heterogêneo” (*op. cit.*, p. 19). O pouso é o reconhecimento do campo, a abordagem atenta a partir da reconfiguração da escala de análise, quando o foco do pesquisador visa determinado aspecto da realidade, como uma janela dentro da realidade, onde “cada janela cria um mundo e cada uma exclui momentaneamente as outras, embora outros mundos continuem co-presentes” (*idem*). Por fim, o reconhecimento atento é o momento analítico do processo, quando lançamos mão da memória e da percepção do objeto, voltando novamente ao campo mais amplo para estabelecer as relações e, mais importante, efetivar a reconstrução da realidade, já que o método aponta para um caráter de “reconhecimento” ou re-conhecimento do objeto.

Resta entender como operacionalizar esta “outra cartografia” na pesquisa geográfica. Ribeiro et. al. (2001-2002) propõe uma “cartografia da ação” para valorizar os contextos, lugares e narrativas, que são aspectos do espaço que se reproduzem no cotidiano, levando em consideração a ação dos atores sociais, para quem “experiência imediata e futuro caminham juntos” (p. 37). É a presunção de que, como percebeu Milton Santos (1996), passado e futuro compõe o espaço vivido, condicionando as possibilidades do presente. Esta é, pois, a inspiração para a cartografia da ação proposta pelas autoras. Não se trata de um método revolucionário, mas da busca do necessário rompimento com o racionalismo da modernidade, como forma de aprender os processos, e não só as formas.

O olhar predominante da modernidade – aquele que classifica, desenha e conta, mas que sobretudo omite a escuta ou a compreensão de narrativas – renega assim, a não ser por belíssimas exceções, a experiência dos que praticam o espaço; dos que, por imbricações culturais extraordinárias, compõem e engendram o tecido social. (RIBEIRO et. al., 2001-2002, p. 40)

A cartografia da ação difere da nossa proposta na forma de elaboração dos recursos interpretativos. O objetivo, no entanto, é o mesmo que perseguimos. Poderíamos dizer que iremos tentar cartografar os eventos no espaço, através da experiência dos indivíduos. Abdicamos, aqui, ao desafio de produzir as cartas que dariam conta de demonstrar essa sociabilidade transbordante da ação social no

espaço. Conhecendo nossos limites técnicos, propomos então a construção desta outra cartografia, representada nos textos cartográficos, pedaços do mundo que vislumbramos na nossa pesquisa, e que urgem serem demonstrados como a dimensão essencial do cotidiano na realidade estudada. Produzimos assim alguns textos com base nas histórias de vida de alguns atores inseridos no espaço de vida, que representam alguns eventos que são representativos das muitas transformações que ocorreram no espaço, já anteriormente tratadas aqui através do reconhecimento de períodos históricos e das configurações da paisagem.

Estes textos cartográficos poderiam ser textos prontos buscados, entre outras fontes, na literatura ou nos arquivos da mídia. Os textos literários de Cyro Martins foram utilizados por Fontoura (2000) de forma a ilustrar os períodos nos quais ocorreram importantes transformações na Campanha gaúcha, em um recurso analítico que muito se assemelha à cartografia que propomos. Certamente textos como os daquele autor poderiam também nos servir de base, assim como outros que são acima de tudo a crônica de um tempo de transformações<sup>28</sup>. No entanto, como optamos por fechar nosso foco em um único município, achamos por bem preparar os próprios textos, de forma a valorizar a experiência de pessoas que vivenciaram as mudanças no campo e na cidade. Após o levantamento de algumas histórias de vida, então, reservamos algumas partes delas para produzir relatos que ilustram os processos sociais. Para que os textos não fiquem soltos, produzimos na sequência uma análise dos eventos cujos textos são representativos, esperando assim estabelecer os nexos com as transformações que já estudamos e discorremos aqui, embora de forma descritiva. Importa saber que estes eventos, embora sejam vislumbrados diante da perspectiva dos indivíduos que vivenciaram as situações, estão de alguma forma interligados, como em uma estrutura rizomática que representa a totalidade do espaço.

---

<sup>28</sup> Além da “Trilogia do Gaúcho a Pé”, de Cyro Martins, recomendamos a “Trilogia da Campanha”, de Ivan Pedro de Martins, composto pelos romances: “Fronteira Agreste”, “Caminhos do Sul” e “Casas Acolheradas”. Escritos na década de 1940, têm cunho autobiográfico e são situados em localidades da Campanha, sobretudo Bagé e Dom Pedrito. O autor, carioca radicado durante anos no Rio Grande do Sul por motivos políticos, após a intentona comunista de 1935, presta ainda importante depoimento biográfico sobre suas impressões e vivência na região, no prefácio de Casas Acolheradas (MARTINS, 1986).

### 3.1 A Estância, o Campo e a Lida: porteira aberta para as mudanças

*Texto cartográfico nº. 1 (construído sobre a história de vida e o relato de P.S.B., 67 anos, representado no texto pelo “filho”):*

*Morava ali com a família fazia alguns anos. Se aquerenciou quando casou e precisou estabelecer moradia fixa. Assim como muitos faziam, buscou colocação junto de algum estancieiro, dentre aqueles conhecidos e para os quais já havia trabalhado nas lidas do campo que era o que tinha para fazer naqueles tempos: marcação, banho do gado, reparo dos alambrados, rebanho de tropa para as charqueadas e também algum serviço de construção, porque não era de todo leigo no assunto. Entre changas e biscates, tinha aprendido muita coisa na vida, e como era homem de bem, de não se envolver em confusão, nem de beber muito, foi fácil arranjar um lugar para erguer uma casinha e ir morar com a esposa.*

*Era uma casa simples, feita de torrão e coberta de santa-fé. O piso de chão batido, poucas peças. Uma cozinha com um fogão à lenha que servia também de sala, mais duas peças que serviam de quarto para o casal e os filhos que Deus foi mandando. O trabalho não era muito, e melhor que não devia satisfação a ninguém. Obrigação sim, ao dono da estância e sua família: sempre que precisassem de algo e chamassem estava lá para ajudar.*

*Na parte do campo onde ficava a sua casinha, perto do limite com a propriedade lindeira, como era costume nesses casos, as tarefas que lhe cabiam, e mais por imposição própria do que por exigência, consistia em recorrer o campo para ver se não encontrava algum animal caído e verificar se o alambrado das cercas e dos poteiros estava em ordem. Fora isso, sempre tinha algo das suas coisas para ajeitar, e isso sim lhe incumbia obrigações diárias. Tirar o leite da vaca logo pela manhã, cuidar dos porcos, de alguma plantação: batata doce,*

abóbora, feijão e milho, essas quatro culturas eram a essência da subsistência. Não podia se queixar, a terra era boa e o clima ajudava. As colheitas eram sempre fartas, e como tinha o cuidado do trabalho, sempre podia dividir com algum vizinho e também com os parentes mais necessitados. Além disso, a terra que usava não fazia falta ao estancieiro, e estando ocupada ajudava na preservação dos limites e da propriedade. Com sorte e sobrando algum tempo, podia se lançar às vezes em outros cultivos que davam bem ali: o grão-de-bico, a melancia, a batata inglesa. Gostava também de frutas e já começava a colher laranjas e bergamotas na pequena quinta no entorno da casa. Alguma hortaliça se cultivava também, e tudo isso servia de alimento pra família e pros animais da casa. Além da vaca e dos porcos, havia galinhas, gatos e cães.

A caça era importante fonte de alimentação também, e era farta: mulitas, tatus, capinchos, porcos-do-mato, aves diversas desde a pequena perdiz até o João-grande, tudo frequentava a mesa e era apreciado pelo casal e os filhos. O peixe também se comia, mas a pesca dependia de algum deslocamento e tempo para realizá-la.

A vida ia assim com alguma tranquilidade até aquele fatídico fim de tarde. Naquele dia ficou além do costume pelo campo, dando conta de recorrer uns capões de mato pra ver se estava tudo em ordem. Chegou tarde e cansado com o calor escaldante que fazia. O filho - o terceiro dos quatro que tinham e o mais velho entre os homens - esperava na picada que saía do pátio em direção ao campo, como sempre fazia. De vez em quando o deixava ir junto, mas não era o caso dessa vez. Chegou e foi sentar-se à sombra de uma laranjeira, enquanto esperava pelo mate que a mulher tinha ido preparar. Foi quando avistou um que vinha pelo campo, a cavalo em direção à casa. Os cachorros se alarmaram e mandou que se aquietassem enquanto ia ao encontro do cavaleiro. Logo distinguiu o dono daquelas terras, e um frio lhe percorreu a espinha. Que viria ele mesmo lhe

falar, àquela hora da tarde? Não seria causo de precisar dos seus préstimos, porque pra isso sempre contava com algum guri ou com o capataz, que cumpria bem o papel de transmitir os recados.

O estancieiro deu "ó de casa" e apeou do cavalo, enquanto tecia os comentários usuais sobre o calor que fazia, as perspectivas de um verão seco e "tomara Deus que não tenha estiagem". O cavalo ficou atado a um moirão dos dois que serviam de marco para a entrada no pátio, embora não tivesse portão. O filho, sempre ao lado pai, acompanhava tudo com ar curioso. Convidou o homem para entrar, ao que foi avisado que preferia ficar ali, à sombra da árvore, por ser mais fresco e pelo motivo de que sua visita não tinha demora. O mate foi providencialmente trazido pela mulher, ao que sorveram quase em silêncio, trocando apenas comentários banais sobre a obediência dos cães ou o pelo dos cavalos que estavam bem cuidados. Apesar da curiosidade e do sentimento de que algo não estava bem, aguardou que o estancieiro tomasse a iniciativa de relatar o motivo da visita.

A ansiedade pela revelação não perdurou muito, logo o homem começou a falar. Foi meio sem rodeios, dizendo que como todos sabiam (todos quem?) andava de negócio daqueles campos, que a família queria ir morar na cidade agora que a filha estava moça, que ali era longe de tudo e além do mais tinha outros campos maiores e mais importantes... por tudo isso tinha achado boa a proposta que tinha recebido, e tinha vendido aquela estância ali para um gringo que queria estabelecer uma granja, dessas modernas, com tratores e aguada artificial. O caso é que o novo dono já tinha deixado claro que queria o campo limpo e desocupado, e que por esse motivo ele não poderia mais morar ali. Ouviu tudo enquanto sorvia o mate com olhos perdidos no horizonte sem fim do pampa, e quando o outro concluiu voltou-se para o interlocutor sem demonstrar qualquer abalo e perguntou:

- *E quanto tempo eu tenho pra sair?*

- *Não tens prazo pra tirar tuas coisas, apenas peço que faça assim que puderes. Eu sei que dependes de arranjar lugar para morar, e se precisar de alguma indicação, pode contar comigo. És um homem bom e não tenho queixas do tempo em que estivestes por aqui.*

- *Fico agradecido. Vou dar uma recorrida nos conhecidos e se precisar aviso o senhor.*

- *Era isso que me trazia aqui, se me permite vou indo que quero chegar em casa antes do sol apear.*

- *Fique à vontade.*

*Despediram-se respeitosamente. O filho, sempre ao lado, não entendia bem, com a sua experiência de seis anos de idade, o que estava acontecendo. Mas entendeu que teria que deixar aquele lugar onde tinha nascido. Sentia uma aflição oculta nos pensamentos e gestos do pai, e podia jurar, naquele dia, que teria ouvido o coração dele bater mais rápido que o normal.*

*O pai entrou em casa e avisou a mulher sem rodeios:*

- *O homem vendeu o campo e vamos ter que ir embora.*

- *E pra onde vamos?*

- *Vou dar uma recorrida na volta e encontrar outro lugar.*

*Assim como da primeira vez, não foi difícil encontrar outro campo pra reconstruir a vida e colocar suas poucas coisas. Tinha consciência de que a vida não lhe reservava nada muito diferente. Nasceu pobre e nunca teve nem imaginou ter um canto seu de verdade. Viveria assim, se "agregando", como fizeram seus antepassados.*

\* \* \*

Neste texto está presente um importante momento, vivido por aqueles que se encontravam no campo, mas não eram proprietários, em um período de grandes transformações no campo. Trata-se do ano de 1950. Neste momento, a forma como

se organizavam os sistemas de produção na região da Campanha já apresentava algumas mudanças. Embora o período da Segunda Guerra tivesse permitido um aquecimento da economia da pecuária, havia já uma pressão por espaços para a produção agrícola modernizada.

Dom Pedrito, dentro da sua peculiaridade de possuir bons solos e clima propício, apresentava então certo dinamismo na compra e venda de terras, algo farto no município. É importante notar que, devido à forma como se organizava a estrutura social das estâncias<sup>29</sup>, muitas pessoas que moravam no campo não eram proprietárias das terras, embora construíssem ali suas vidas. Essa característica da organização social, herança histórica da formação do território onde as pessoas sem posse dependiam da anuência dos proprietários para garantir sua subsistência, passa a criar um problema sério para aqueles primeiros, devido à sua fragilidade diante das transformações que ocorrem.

Temos aí, então, uma população rural pobre desprovida dos meios para acompanhar as mudanças que se impõe, ficando marginalizada do processo de dinamização da produção agrícola que começa a despontar, diante das pressões e modernização do capitalismo no Brasil. O caráter anacrônico das relações sociais e das formas de produção, baseadas na confiança, no respeito, na dívida histórica, ainda está presente na maioria dos lugares do interior do município, onde a pecuária extensiva ainda é a principal atividade realizada. Para o estancieiro, que mesmo residindo no campo quase sempre possuía outras propriedades, tanto no campo como na cidade, era uma questão de escolha, mesmo que imposta pelas dificuldades que, há tempos, a baixa produtividade da pecuária já vinha apresentando. Para os agregados, pessoas pobres que se estabeleciam nas estâncias em troca de trabalho sazonal e um local para morar, representava a busca incessante de um paradeiro, e a cidade era ainda a última opção.

A forma como a sociedade rural se consolidou desde a ocupação do território colocou numa posição de fragilidade aqueles não detentores das terras, que até metade do século XX representavam a maioria da população rural, junto de proprietários de pequenas glebas, cuja economia girava em torno, também, das grandes propriedades de criação. Migrar para a cidade representava um rompimento com estas raízes, e não era uma condição fácil. Embora a cidade apresentasse

---

<sup>29</sup> Sobre a organização social das estâncias pecuaristas ver Fontoura (2000).

algum crescimento, ali dependia de se conseguir trabalho fixo, o que normalmente exigia algum conhecimento que os pobres, oriundos do campo, não possuíam.

Tal situação não evitou que cada vez mais a cidade recebesse esses “deserdados” do campo. Mesmo como última opção, foram estas pessoas que passaram a se estabelecer nas áreas mais distantes do centro, expandindo o tecido urbano da cidade em direção à periferia. Algumas atividades novas surgiam e cresciam na cidade em Dom Pedrito, e nelas as pessoas acostumadas à vida do campo podiam encontrar colocação, como era o caso das olarias, que proliferavam na periferia da cidade. A existência destes empreendimentos é relatada nas crônicas de época (OLIVA, 2003), e absorviam parte dessa mão de obra oriunda do campo: trabalho bruto, pesado, com horários irregulares e produção inconstante. A sobrevivência na cidade era também facilitada pela distribuição farta das fressuras dos animais carneados na charqueada local. Informantes relatam filas de pessoas pobres pela manhã cedo, junto ao estabelecimento, para receber os miúdos e outras partes que não eram aproveitadas na produção. Existia até mesmo quem fizesse disto uma forma de trabalho, como as pessoas que vendiam nas ruas estas partes menos nobres em carrinhos de mão, a preços acessíveis. Além das informações pessoais, encontra-se referência a essa relação da população pobre com a charqueada na literatura (SILVEIRA, 1999; OLIVA, 2003).

Apresentamos aqui o relato de um drama pessoal que, contudo, é representativo dos acontecimentos que marcaram época em Dom Pedrito. É uma situação que só pôde acontecer em virtude da forma como historicamente se estruturaram as relações espaciais no município, e que condicionou a organização das forças produtivas na Campanha. Os eventos ligados ao processo de modernização do campo impactam diretamente a vida das populações, seja pela fragmentação das bases sociais da vida rural, seja pela expansão desordenada e precária do tecido urbano. Cada vez mais, no entanto, campo e cidade refletem as condições de um espaço em transformação.

No próximo texto, apresentamos mais um exemplo a partir de um relato pessoal, no qual as condições do indivíduo são um tanto diferenciadas, mas constituem uma possibilidade de movimentação entre o campo e a cidade que é também condicionada por outros fatores da vida social.



### 3.2 Os Tempos da Charqueada: entre o campo e a cidade

*Texto cartográfico nº. 2 (construído sobre a história de vida e o relato de A.S.S., 95 anos):*

*A vida continuava árdua na "colônia". Estar de volta, depois de praticamente oito anos na cidade, estava sendo difícil para ele. Mas em todo caso, não havia sido fácil a colocação, e ao menos tinha onde ficar, sem ser incomodado. Ainda bem que entendia um pouco da lavoura do arroz e tinha muitos conhecidos entre os produtores que se lançavam no plantio. Sorte sua que, depois do quartel e antes da charqueada, tinha resolvido ajudar o pai de um amigo que resolvera plantar arroz. O negócio era bom, dava bem, e o povo tinha que comer mesmo, ainda mais do jeito que a cidade crescia. Mas dava trabalho, se dava! Era muito diferente da criação: tinha que preparar o solo, cuidar da aguada, fazer taipa, controlar os bichos, botar adubo e veneno. Assim tinha alguma experiência, e apesar desses anos sem mexer na lavoura a coisa tinha mudado pouco. Ainda eram poucos os produtores locais, embora o negócio viesse prosperando. Além disso, o acerto era pelo salário, mas conseguiu o aval para se instalar pelos galpões. Precisava ficar pela campanha uns tempos, até que os ânimos se acalmassem na cidade. Se o dinheiro era pouco, pesca e caça não faltava.*

*No futuro, tinha esperança, a vida iria melhorar. Não só para ele, mas para todos. Era por isso que tinha lutado, e por essa luta pagava esse preço agora. Mas os companheiros do Partido não abandonariam a luta. Estavam organizados agora, mesmo que o presidente Gaspar Dutra tivesse decretado a ilegalidade. E ele tinha feito sua parte. Ali, em Dom Pedrito, tinha se encarregado de tudo, desde que se engajou na campanha pela libertação do Prestes e depois pela sua eleição para o senado. Depois daquilo, os comunistas se fortaleceram, e até para a*

eleição do prefeito fizeram diferença. A prova estava ali, não podia negar, e apesar das dificuldades, seu sacrifício de agora devia servir de exemplo para os outros. A luta não era fácil mesmo.

Perdeu o emprego sim, e foi-lhe dito com todas as palavras que era por causa do seu envolvimento com o comunismo. As pessoas não entendem, e essa classe reacionária dos produtores sabia bem dos riscos que corriam, nunca foram bobos. Agora lhe restava lançar mão do que sabia fazer como trabalho nestes tempos, que era cuidar da lavoura para os outros. Podia ter optado pela prefeitura, como o companheiro de São Gabriel que veio ajudar na fundação do PC e havia ficado por lá. Mas declinou da oferta, serviço de prefeitura não gostava, nunca gostou. O Juca fez bem de aceitar, não o condenava, pois o pobre infeliz tinha ficado na pior, sem emprego, e ainda fora da sua cidade.

Ele não precisava desses favores, ainda tinha como se virar. Oito anos na charqueada, deu pra ajeitar alguma coisa. Comprou casa, mais um terreno na cidade. A mulher e os guris não estavam desamparados, enquanto ele ficava uns tempos no campo. Se não fosse assim, nem sabe como estaria se sentindo. A sua infância também teve dificuldade, ainda mais órfão de mãe, mas o pai, ao menos, era bem quisto entre a gente graúda (também pudera, o homem lutou como um leão nas revoluções, não faltava entre os estancieiros quem quisesse ter ele por perto). Por esta posição do pai entre os proprietários pôde até estudar um pouco. Sim, isso tinha sido importante: conhecer as letras, os números, um pouco do mundo... o *Martin Fierro* foi o primeiro livro que leu, presente de um tio castelhano. Ainda era o seu preferido, sabia os versos de cor.

Gostava da leitura, sim senhor! E isso lhe ajudou muito quando foi pra charqueada. Enquanto os outros todos seguiam no carrinho de mão, puxando vísceras o dia todo, entre sangue e

*bosta, ele fazia o serviço limpo, o apontamento da produção e das tarefas para o escritório. E nunca misturou a política com o trabalho, isso não! Embora soubesse que a classe operária tinha que se organizar, isso era assunto lá na sede do partido. Era cumpridor das obrigações e obediente. Não fosse em Dom Pedrito, onde todo mundo sabe da vida dos outros, nem saberiam do seu envolvimento com política. Pena que o pessoal lá não tivesse gostado. Depois da eleição do Oscar Silva para prefeito, com o empenho dos comunistas na campanha eleitoral, ficou muita gente bicuda. O Dr. Oscar era estancieiro também, mas gente do Getúlio, sabia das necessidades do povo. Diferente desses que estavam na direção da charqueada agora. Por isso essa confusão, por isso ele e os companheiros foram demitidos.*

*Imagine se a mulher e os guris tivessem que ir pra campanha também! Agora é tudo mais difícil, ninguém mais dá pouso pra ninguém, tem essas granjas que estão aparecendo, lavouras grandes onde o serviço não falta, mas o que se ganha nos meses do preparo e da colheita mal dá pra viver o resto do ano. Mas ao menos tem serviço pra ele. Ali na colônia, na lavoura, ainda tem pouca gente nesse Dom Pedrito que sabe o trabalho. Depende de saber ler, fazer as contas, operar alguma máquina. E, além disso, a família tem que ficar na cidade mesmo. Nem que quisesse, se o pessoal nas estâncias não quer saber dele, por causa do envolvimento com o Partido Comunista, não teria como colocar a família. E na cidade, de certo, a mulher acha o que fazer, tem casa, mais aquele terreno que se precisar pode vender. Fome não vão passar! Ainda tem muita gente que ajuda também!*

\* \* \*

Uma nova técnica, quando se apresenta em um determinado lugar, modifica as relações dos homens com o espaço, estabelecendo novas possibilidades e extinguindo outras (SANTOS, 2008). Embora muitas mudanças pareçam ocorrer de forma rápida, causando enormes transformações do dia para a noite, elas na

verdade são a expressão de técnicas que se encontram latentes, em desenvolvimento, aguardando o momento de se projetarem no espaço. O impacto das novas técnicas sobre o indivíduo vai depender da sua capacidade de assimilação, que é dado por condições sociais que são específicas de cada pessoa ou grupo. A técnica pode se tornar hegemônica em um espaço, quando então ela tende a afetar a vida de populações inteiras. Independente do grau de modernização que uma técnica carrega, ela muitas vezes convive, no espaço, com técnicas anteriores.

Vejam os casos da orizicultura em Dom Pedrito, que desde a década de 1970 se apresenta como o principal elemento modernizador das relações de produção no campo. Esse marco temporal está, de fato, ligado ao desenvolvimento de um novo projeto para a agricultura no Brasil, aquele que apresentamos como a terceira fase da modernização do capitalismo, com base em Fontoura (2004) e Rückert (2003) e que tem na lei do crédito rural seu principal incentivo<sup>30</sup>. Não significa, porém, que as técnicas que permitiram o desenvolvimento rápido desse tipo de produção não estivessem sendo gestadas há tempos no território. E mesmo em uma forma latente, já era capaz de condicionar a vida de pessoas que estivessem envolvidas.

Apresentamos a orizicultura como um marco técnico de transformação no espaço porque ela é de suma importância para a consolidação do modo capitalista hegemônico na produção agrícola em Dom Pedrito. A soja também está presente, mas no nosso entender ela se apropria das condições que são inicialmente produzidas pela introdução da cultura do arroz. Vale lembrar que a lavoura de arroz, como já citamos anteriormente, é indicada como a primeira a utilizar formas capitalistas na produção no Rio Grande do Sul, como mão de obra assalariada, por exemplo. Essa condição aparece muito cedo em Dom Pedrito, ainda nos anos 1930. Ela concorre, de certa forma, com outro elemento modernizador na economia e na produção no município, que é a charqueada. Esta última, embora pudesse absorver uma força de trabalho relativamente qualificada, surge na esteira de uma economia que já mostrava sinais de cansaço. Ambas, no entanto, podiam admitir um trabalhador com alguma capacidade técnica, que pudesse dominar maquinário ou técnicas específicas mais complexas que as utilizadas na pecuária extensiva ou na

---

<sup>30</sup> Maiores detalhes das fases de desenvolvimento do capitalismo e da agricultura estão no Capítulo Dois deste trabalho.

lavou tradicional. E este trabalhador está presente em Dom Pedrito neste momento.

Outro fator a considerar, e que aparece ilustrado no segundo texto cartográfico, é a maneira como as forças políticas locais se organizam neste momento. Em que pese a influência de um momento político mundial, com reflexos no nível nacional, e que representa o embate entre projetos ideológicos em uma fase conturbada da história mundial, superadas a crise da Grande Depressão e a Segunda Grande Guerra, a política local acaba sendo determinante para as possibilidades do indivíduo. Aponta esse dado também a disposição das formas de produção e seu relacionamento com o lugar, pois a influência das forças políticas locais serve como indicador. Na charqueada, atividade vinculada à cadeia da produção pecuária, as forças locais têm supremacia sobre a técnica, embora esta não deixe de ser relevante. As regras então são formuladas ou reformuladas localmente, mesmo que, no caso do relato, estejam respondendo a uma influência que tenha origem em outra escala espacial (a organização da classe proletária e do partido comunista no Brasil). É um indício do arcaísmo do sistema e da sua tendência à horizontalidade nas relações espaciais.

Já na orizicultura, onde o desafortunado encontra uma alternativa de trabalho, a racionalização das atividades se sobrepõe às questões locais, pois o domínio das condições técnicas pelo indivíduo, naquele momento, é uma condição indispensável e o elemento mais importante. Além disso, é provável que houvesse a consciência de que a organização política em nada oferecia riscos para a produção e as relações sociais ali estabelecidas. Como atividade moderna, com predominância de forças centrífugas, representadas naquele momento principalmente pela normatização do trabalho, tende à verticalidade nas relações espaciais. Interessante notar como esta característica já está presente muito antes da atividade se consolidar como técnica homogênea na produção agrícola do município. Por fim isto tudo, no cotidiano, se resumia nas possibilidades do indivíduo naquele momento de sua vida. A relação da política e das técnicas com os processos espaciais e o estabelecimento de verticalidades e horizontalidades está presente em Santos (2008) e no quadro explicativo que apresentamos no Capítulo Um, com base nesse autor.

### 3.3 Dom Pedrito de Quem Volta: a cidade e suas mudanças

*Texto cartográfico nº. 3 (construído sobre a história de vida e o relato de T.R.F., 79 anos):*

*Ah, Dom Pedrito! Gostava dali, não podia negar. Tinha ajeitado tudo para poder voltar, e não se arrependia. E pensar que chegou a imaginar que não haveria lugar para ele, depois dos estudos, ali na cidade. Ainda bem que a mulher insistiu. Ainda bem! Coisa do destino mesmo: conheceu tantas gurias quando esteve em Pelotas e Viamão, e encontrar e namorar uma pedritense em Porto Alegre... uma pessoa especial, com certeza. Junto dele seguiu com os estudos, virou advogada, incentivou ele a investir em outra formação, e por isso agora podiam viver bem, em Dom Pedrito de volta. Dar aula de educação física no colégio, além de prazeroso, propiciava aquela renda extra que permitia viver muito bem ali. O salário do Banco do Brasil já não era ruim, e a tarefa de visitar e vistoriar as propriedades rurais rendia boas relações, entre a gente importante do município.*

*Depois de 20 anos rodando pelo Rio Grande do Sul, muita coisa tinha mudado. Quando saiu, na década de 1950, só se falava de ovelha e gado. Era jovem e sua meta sempre foi estudar e voltar, por isso se dedicou, como técnico agropecuário, a aprender tudo que podia sobre pecuária. Era a sua ligação com as origens. Em Venâncio Aires, quando esteve uns anos por lá, até pensavam que ele era veterinário. Em geral, resolvia bem os problemas para os produtores. Agora, em Dom Pedrito, tem também a soja e o arroz, que chegam com força e demonstram grande potencial de produtividade. Em breve vão precisar de gente que entenda da lavoura, até já tem uns vindos de fora, além dos produtores. Se soubesse, podia ter investido mais nessa área. No banco, já tem gente só para atender os*

lavoureiros. É gente do dinheiro que investe pesado. Ele segue na inspeção dos estabelecimentos de pecuária.

Não podia, de fato, se queixar da vida. O pai havia sido funcionário do governo, dois tios eram militares, um chegou a comandar o 14º Regimento de Cavalaria no município. E família, no interior, é importante. As pessoas gostam de saber as origens, e dependendo, abrem-se muitas portas. Talvez por isso gostasse tanto de morar de volta na cidade.

Sentia-se bem na sua terra, junto dos seus, vendo os filhos crescerem. Eles vão ter que seguir o mesmo caminho, estudar fora, se quiserem ser alguém. Ah, sim. Só não sabe se vão poder, ou querer, como ele, voltar um dia. As coisas estão mudando, e rápido. Estes anos 70 são estranhos, se dinheiro não falta, não sobra também. As coisas todas estão ficando caras, o campo está mudando, a cidade enchendo de gente que vem da campanha. Por um lado é bom, porque alguns conseguem trabalho, outros se estabelecem com algum comércio. Mas muita gente está indo embora também. Quem não tem um capitalzinho, não tem um pedaço de campo pra vender, nem herança, se lança à fortuna na cidade grande. Mas a coisa lá não é fácil não, ele sabe bem. Nunca passou necessidade, porque a família podia amparar, mas sabia das dificuldades.

Essas coisas lhe aborrecem um pouco. No banco, como inspetor agropecuário, recorre a campanha para vistoriar a produção e a propriedade dos clientes. A coisa como vai, não anda boa. O boi valendo pouco, e o arroz tomando conta das terras baixas. Até a COTRIJUÍ, além da soja, resolveu investir na orizicultura. O frigorífico, que agora também é da COTRIJUÍ, segue abatendo com força, mas o preço como vai, e essa desvalorização do dia pra noite, que ninguém segura, só mesmo os grandes seguem na pecuária. Os gringos estão já por toda parte. Plantando, colhendo, arrendando mais e mais a cada ano.

O povo da cidade não dá muita bola pras mudanças, vive como antigamente, em função do gado, da ovelha, da lã. Não se dá conta que isso tudo vai terminar em breve. A lã não vale mais nada, e a ovelha diminui o rebanho a cada dia. Não vale mais a pena. É nesta crise que o arroz vai ganhando espaço, porque terra boa não falta, nem água. O pecuarista se aperta e vende o campo, se não é muito grande. Quem tem bastante área arrenda o que dá. Antes garantir o dinheiro do arrendamento do que perder com a criação. Ainda não dá pra saber como vai ficar isso. No futuro, se o arroz se consolidar, os produtores devem comprar as terras. Por enquanto só arrendam. Arrendam no campo e compram na cidade: lojas, terrenos, casas antigas. Fora as moradias, o resto quase todo fica parado, fechado. Chega a dar dó de ver.

No fim, se tem alguma preocupação, é com os filhos. Ele e a mulher estão garantidos, logo se aposentam, vão estar jovens ainda, e a mulher, na advocacia, pode seguir trabalhando enquanto quiser, porque serviço nessa área não falta. Os filhos, até queria eles na cidade, honrando as origens, trabalhando, mas é difícil dizer se vão querer. As oportunidades rareiam, o trabalho depende da produção, e essa está mudando. Se escola não falta, pra fazer o básico, não há formação profissional nem ali em Dom Pedrito, nem em Bagé. Isso não mudou desde o seu tempo. Mesmo com a população da cidade crescendo desse jeito, não surgiu escola técnica, universidade, nada. O jeito mesmo, para os jovens, é tentar em Pelotas, Santa Maria, ou até mesmo Porto Alegre. Eles tem razão de se aborrecer com a cidade, porque esse isolamento cerceia as possibilidades. Para os de mais idade, não é ruim. Na cidade tem tudo o que se precisa, só falta mesmo é alternativa, mas quem não gosta de modismos, como os mais velhos, não se importam. Por isso ele está bem assim. Dom Pedrito é seu lugar, não tem como negar.



Impossível imaginar uma autonomia da cidade com relação ao campo em um município como Dom Pedrito. Fundado por empreendedores urbanos sobre uma área predominantemente voltada à produção pecuária, esta atividade foi responsável pela dinamização da economia local por longo período. A união entre os interesses dos produtores rurais e os comerciantes foi fundamental para a expansão da cidade, de forma vigorosa, nos primeiros anos. Passado este primeiro momento no qual a cidade cresceu em importância, advém períodos de crise da economia rural e transformações geradas no bojo dos processos de modernização do país.

Apesar de a pecuária continuar a existir até hoje como uma das principais atividades no campo, ocupando inclusive a maior parte do território de produção agrícola, ela foi pouco a pouco rompendo seus laços com a cidade, seja pela perda de influência política dos pecuaristas, seja pelo desaparecimento das estruturas locais de apoio à produção, que respondem tanto à crise sistemática como às possibilidades de verticalização dos processos seguintes da cadeia produtiva. Transporte, abate e distribuição são facilitados pelo desenvolvimento das técnicas e podem ser realizados em locais distantes sem maiores comprometimentos nos custos da produção.

Diante das estruturas sociais consolidadas, em determinado momento as possibilidades do indivíduo em Dom Pedrito estariam condicionadas à sua posição dentro da sociedade. As famílias médias urbanas sem vínculo com o campo – no sentido de que não eram proprietárias de glebas rurais – podiam assim projetar seu futuro contando com uma relativa segurança. Essa condição se torna extremamente relevante diante dos sintomas de uma crise econômica que se alastra sobre a produção pecuária, com enfraquecimento das classes ligadas à produção e consequente fortalecimento local da classe média urbana, que passa a ser a dona das maiores possibilidades diante do futuro. Aqui, então, como no relato, estabelecem-se novas relações espaciais entre os lugares, pois são diversos, além do local, os que fazem parte das possibilidades do indivíduo.

Como Milton Santos (1996, p. 10) observou, passado e futuro são condicionantes do presente: o passado como herança e o futuro como projeto. O passado do indivíduo que ilustra o texto apresentado é um passado que não é só dele, mas dele dentro de muitas possibilidades que são dispostas pelas condições sociais, que são reflexo de um momento histórico em um determinado lugar: pujança da economia local, classe média urbana forte, domínio das possibilidades.

A reflexão que o personagem faz sobre o futuro dos filhos já é condicionada por um outro momento, pois percebe as transformações que estão ocorrendo e as necessidades que são novas em um novo tempo. Não são apenas as oportunidades no lugar que se restringem diante da crise de um sistema (ou uma técnica) e sua superação por outro. São também novas necessidades impostas pela nova configuração do mundo e que não podem ser realizadas no lugar. O passado dos filhos não será o mesmo seu passado, porque são condições diferentes que se estabelecem, mesmo que ele tenha conseguido realizar o seu retorno para Dom Pedrito, mesmo que ele tenha um emprego público e boas condições de vida, como seus pais. Ele está no mesmo lugar e com condições sociais semelhantes, o que não impede que componha uma outra história, porque o lugar está em transformação, assim como os demais espaços. Há a imposição de um novo momento, um novo período que é sentido em todos os lugares. O lugar se transforma e muda a história dos indivíduos, altera o cotidiano. É uma história das possibilidades, e é também, sobretudo, uma geografia das possibilidades que se escancara.

### **3.4 Dom Pedrito de Quem Fica: o futuro de incertezas**

*Texto cartográfico nº. 4 (construído sobre a história de vida e o relato de D.M.P., 51 anos):*

*Que tristeza ver esse Dom Pedrito assim! Não tem trabalho pra ninguém, as ruas escuras, esburacadas, valas a céu aberto em quase todas as ruas fora do centro... não admira tanta gente indo embora, não há mais o que se fazer nesta cidade! A charqueada virou cooperativa, o frigorífico abate cada dia menos, emprega meia dúzia de pessoas. O mercado da lã fechou, as lojas, barracas, o que segue aberto é de teimosia. Até a "Gaúcha" fechou as portas, depois que o Nazeazeno Vargas morreu. E pelo jeito os filhos não querem saber de seguir com o negócio.*

*O prefeito só sabe reclamar que não tem dinheiro pra nada. A esquila está terminando, e essa gauchada toda na cidade sem*

ter o que fazer, só enchendo os bolichos e arrumando confusão. A cadeia e o cemitério são as únicas duas coisas que crescem aqui.

A juventude indo embora, e quem resolve ficar, como ele, tem que viver de biscates. Dom Pedrito, pequena que é, já está se enchendo de problemas como as cidades grandes. Já tem pobreza como naquelas vilas de Porto Alegre, na Lomba do Pinheiro, que ele conheceu quando foi com o grupo da igreja. Realidade dura aquela, de dar um nó na garganta. O Padre Afonso sabia bem como tocar o pessoal nas questões sociais: uma semana de retiro espiritual, outra de vivência social nas vilas. Ali viram e experimentaram todo o tipo de pobreza. E bem que ele disse: "Dom Pedrito logo vai estar campeando miséria." Impossível, para quem esteve naquele grupo, não ser tocado. Impossível negar a responsabilidade de não deixar sua cidade afundar nos problemas sociais.

Pena o padre ter ido embora. Também pudera, com aquela conversa de "teologia da libertação", e organizando os setores populares, incomodava muita gente na cidade. Dentro da igreja e fora dela também. Os produtores, aqueles bem tradicionais, não conseguem entender essa crise da pecuária e querem responsabilizar os outros pelas mudanças. Isto sim, era o que faltava! Passar a conta para os pobres! Agora que o padre foi embora, a responsabilidade de manter a organização das comunidades pobres em Dom Pedrito ficou a cargo dele e dos companheiros do grupo de jovens. A semente está plantada, vão ter que cuidar pra não terminar, pra manter acesa a chama da luta.

Esse é um dos motivos porque quer ficar em Dom Pedrito. Também tem que ficar perto da mãe. Ela sofreu muito quando tiveram que ir para Livramento, onde o pai nasceu, deixando o campo onde moravam e que era do avô, que resolveu arrendar. Ele tinha oito anos e lembra bem. Depois, quando o velho morreu,

resolveram voltar. Os tios e a mãe cuidam do arrendamento, dividindo ainda dá para garantir o sustento das famílias, sem luxo. O pai ficou por Livramento mesmo. Nesses dez anos lá só bebeu cachaça e perdeu dinheiro no jogo. Melhor assim, a mãe pode descansar agora, e os filhos grandes podem se virar com alguma coisa. Mas em Dom Pedrito não está sendo fácil.

Agora que conseguiu terminar o segundo grau, não tem muito o quê fazer. Vai se virando, ajudando o tio nestas pinturas e em algum trabalho de servente. Pelo menos o dinheiro que ganha é para si, não precisa ajudar a mãe que tem o arrendamento. Se tudo continuar como vai, em seguida vão conseguir fundar aquele partido de massas na cidade. O amigo de Porto Alegre vem de vez em quando, trocam informações e impressões sobre o trabalho. Ainda é preciso cuidado, não dá para confiar nos milicos, mesmo com essa história de "abertura".

A política pode ser um caminho, por aqui. Ninguém mais quer saber de política, porque ela sempre foi dominada pelos fazendeiros e a gente do dinheiro. Esses aí agora estão velhos e cansados, e quem tem dinheiro hoje na cidade são os gringos. Mas eles não querem saber de política, a maioria nem conhece a cidade. Estão aqui por causa da terra. Nessa crise toda tem muita gente arrendando, e dinheiro eles têm para investir. Os filhos dos fazendeiros e da burguesia da cidade, que poderiam ocupar o lugar deixado pelos antigos políticos, não querem nem saber de Dom Pedrito. Estudam fora, nas capitais, e por lá ficam. Ninguém mais tem amor à terra, só ao dinheiro.

Nesse vácuo é que sobra lugar para as organizações populares. É disso que ele e o amigo de Porto Alegre mais falam. É uma grande oportunidade. O amigo garante que isso tem se reproduzido por todos os lugares, e se o partido se fortalecer, em breve vai ter muitas prefeituras.

Ele é novo ainda, tem muita coisa para aprender, e a política é recém um começo, nestes tempos ainda difíceis. Não sonha em

*ser prefeito, mas vereador, talvez. Tem gosto pela polêmica, e conhece muita gente entre o povo da cidade. Nesses cantos onde se amontoam os pobres bichos que não tem trabalho nem dignidade, sabe o nome de cada um. É por eles, e com eles, que quer ficar em Dom Pedrito e seguir nessa luta.*

\* \* \*

O texto apresenta uma realidade vivida em Dom Pedrito no início dos anos 1980. Neste momento, as transformações nas relações do campo e da cidade no município tinham mostrado seu caráter irreversível. A produção pecuária havia perdido importância, sobretudo a ovinocultura que durante muito tempo foi responsável por boa parte da produção de riqueza, pois gerava vários empregos e movimentava importante cadeia econômica. O êxodo rural tinha atingido seu máximo. Por outro lado, a cidade atingiu neste período o que parece ser o máximo da sua capacidade de garantir as possibilidades de subsistência da sua população. Desde então não há crescimento demográfico algum.

O município conheceu um intenso processo de migração. Por certo, recebeu pessoas vindas de fora que se estabeleceram em busca de oportunidades criadas pela expansão da lavoura, especialmente o arroz. Assim como os produtores, boa parte da mão de obra especializada que demandava esta atividade foi suprida por trabalhadores vindos de outras regiões do estado. Por outro lado, muitas pessoas que viviam em Dom Pedrito partiram para outras cidades por não mais encontrar os meios de subsistência no município. Essa condição foi muito comum entre famílias que viviam no campo, acostumadas a uma realidade ainda ligada ao antigo sistema de produção, a pecuária, e que não mais produzia os meios suficientes para satisfazer as necessidades destas famílias. Com a viabilidade da lavoura para empreendedores capitalistas, o arrendamento ou venda das propriedades tornou-se um atrativo a mais, tanto para o produtor que buscava espaços para plantar, quanto para o pecuarista que se via em apuros diante das dificuldades econômicas.

Os nichos de pobreza na cidade cresceram com rapidez neste período. Além das condições impostas pelo rompimento de uma lógica anterior, quando os despossuídos eram de certa forma amparados pela classe produtora, havia uma crise econômica estabelecida no Brasil, apontando o fracasso do projeto econômico dos governos militares no período em que se preparava a reabertura política. Esta

situação agravava ainda mais a falta de emprego e renda para as classes menos favorecidas. Migrar para outra cidade, sobretudo a capital do estado, era uma condição possível, mas que dependia de um mínimo de recursos que muitas vezes as famílias mais pobres não contavam. Outros aspectos ainda devem ser considerados, como o apego ao lugar e a insistência em encontrar alternativas que viabilizassem a permanência em Dom Pedrito.

De toda sorte, não era uma situação tranquila até mesmo para indivíduos de classe média, muitas vezes deparados com a total desestruturação de uma economia que contava, além disso, com importante suporte do Estado, e que nesse momento passava a desintegrar-se diante da crise. Basta lembrar o sucateamento e posterior desaparecimento da Rede Ferroviária, das redes de armazéns estaduais e federais (CONAB, CIBRAZEM e CESA). Todas estas estruturas foram desativadas entre o início da década de 1980 e o início dos anos 1990. Os funcionários públicos que trabalhavam nestas atividades eram transferidos, postos em disponibilidade ou aposentados compulsoriamente. Até mesmo a unidade militar foi substituída, em 1988, levando consigo um contingente de quase mil homens para São Miguel D'Oeste, em Santa Catarina, e recebendo uma companhia com pouco mais de cem militares, vinda de Jaguarão.

Neste processo todo se criou um vazio político, reflexo da incapacidade das estruturas políticas tradicionais de encontrar soluções que tornassem menos traumáticas, para a população do município, as transformações que estavam ocorrendo. Não poderia ser diferente, já que os políticos que dominavam a vida pública em Dom Pedrito eram até então ligados aos pecuaristas, justamente os mais enfraquecidos politicamente com a modernização do campo. As classes médias esclarecidas assumiram neste tempo o vácuo de poder, e só posteriormente os novos produtores, “gringos”, passaram a concorrer com peso decisivo na disputa pelos espaços políticos. As classes populares nunca encontraram expressão que pudesse conduzi-las de fato ao poder, com raras e inexpressivas exceções. Além de serem na sua maioria deserdados do campo, são deserdados também de um sistema político de apadrinhamento que deixou raízes importantes que se reproduzem mesmo nas gerações seguintes. O desamparo dos mais pobres coloca-os em situação de fragilidade diante dos dispositivos de domínio utilizados pelos políticos tradicionais.

No relato apresentado, temos uma história de vida que experimenta as dificuldades de abandonar o campo, viver em outra cidade, mas de qualquer forma ainda conta com algum recurso que é a remuneração pelo arrendamento das terras da família. Esta facilidade foi decisiva para que ele pudesse levar adiante sua opção de ficar em Dom Pedrito, após seu retorno para a cidade, já como jovem adulto. A participação em um grupo progressista da Igreja Católica lhe abriu os olhos para os processos político-estruturais que estavam por trás da formação de miséria que todos assistiam na cidade, e levou-o a optar pela vida pública, ainda em um momento de incertezas quanto às possibilidades de ação.

### **3.5 Das Cartografias ao Espaço Geográfico**

Apresentamos neste capítulo relatos, pedaços de histórias de vida que ocorreram no espaço que estudamos. Embora muitas ocorram em momentos diferentes, e propositalmente os atores estão situados em posição diferente na história, elas ilustram bem, através da dramaticidade das experiências individuais, as transformações que ocorreram e que relatamos em capítulos anteriores.

Poderíamos aqui ter optado pela transcrição das histórias de vida ao invés de relatos. Elas, por certo, nos mostrariam ainda outras implicações das mudanças ocorridas no espaço, na sociedade e nas relações entre campo e cidade. As experiências individuais são contextualizadas nestas transformações, e se são condicionadas, também condicionam, quando juntas, as possibilidades de futuro. São pedaços de uma mesma totalidade. A transcrição desses relatos – momentos das vidas das pessoas – é uma opção metodológica que fizemos, pois são estes que dão conta do cotidiano. São a essência do movimento, condição dinâmica do espaço. Estas experiências, além de gravadas na memória, estão inscritas nas formas, representam os processos vivenciados e escancaram as possibilidades de ação dos indivíduos.

Há um aspecto comum nestas experiências, pois compõe uma mesma realidade abrangente. Representam uma microescala da vida que está inserida em outras, como numa grande carta, um mapa que pode ser visto e analisado diante das escolhas do observador. Não se separam, por mais que percorram caminhos diferentes. Por isso a condição do rizoma, como estrutura de análise.

Aqueles que ficaram em Dom Pedrito, aqueles que migraram, outros tantos que encontraram no município possibilidades que não tinham em outros lugares, todos esses são expoentes de uma realidade em constante transformação. Existem eventos que marcam mais profundamente a vida e as mudanças no espaço, estes são uma marca nas experiências, um ponto de referência que pode ser cartografado como indício dos fenômenos sociais. Feito isso, buscamos dar conta de demonstrar nosso objeto de estudo através dessa dimensão do espaço que é o cotidiano (SANTOS, 2008d).

Buscamos em Deleuze e Guattari (2000) um método para trazer à tona esta faceta da realidade que temos estudado. Embora apresentado como uma nova possibilidade, a presença destes autores nos estudos geográficos pode ser encontrada em alguns trabalhos na geografia. Rogério Haesbaert (2004) apresenta um levantamento de obras e autores que identificam o cruzamento da geografia na filosofia destes autores<sup>31</sup>. Haesbaert também se utiliza da geografia presente nas obras de Deleuze e Guattari, sobretudo o conceito de desterritorialização. Para ele, a valorização da geografia vem da ênfase no contexto, mais do que na história, e na percepção de que a realidade é formada por simultaneidades que estão em conexão uma com as outras, como um rizoma, outro conceito fundamental utilizado por aqueles autores.

A relação entre Deleuze-Guattari e a Geografia pode ser vista em duas perspectivas: a primeira, através da presença de questões ou de uma abordagem geográfica na sua própria obra, mesmo que sem alusões explícitas ao discurso dos geógrafos; a segunda, pelo discurso geográfico que faz uso da filosofia de Deleuze e Guattari. (HAESBAERT, 2004, p. 101)

Haesbaert se prende à questão dos conceitos, mas não aborda nem identifica em outros autores da geografia as potencialidades do método sugerido em Deleuze e Guattari, a cartografia. Entendemos que diante de tantas relações que podem ser estabelecidas entre os conceitos desenvolvidos por Deleuze e Guattari e a geografia, a utilização de um método proposto por estes autores pode também produzir interessantes interpretações em um olhar geográfico da realidade. Os conceitos aparecem como analogia ou metáfora geográfica na filosofia, assim como o método. Haesbaert encontrou as conexões entre a desterritorialização tratada

---

<sup>31</sup> Trata-se do capítulo 3: "Território e Desterritorialização em Deleuze e Guattari" de "O Mito da Desterritorialização".



pelos autores e os processos territoriais estudados na geografia. Nós buscamos as conexões entre as cartografias e os mapas, as formas de representação do espaço.

Aliás, poderíamos estar falando aqui dos intensos processos de des-re-territorialização (*sic*) (HAESBAERT, 2004) que indubitavelmente atravessam as dinâmicas transformadoras e que encontra nos indivíduos a expressão da mudança. Esse, em todo caso, seria um outro trabalho, dada a amplitude dos conceitos envolvidos e o aprofundamento necessário neste aspecto (ou nesta dimensão) do cotidiano. Não sendo a proposta central deste trabalho, deixamos apenas registrado que as territorialidades estão presentes no espaço, nas dinâmicas sociais que estabelecem a relação entre os homens e os lugares. Tratamos então, nesta abordagem, dos processos espaciais, da produção do espaço e das transformações que chegam àquela que foi denominada por Milton Santos como a quinta dimensão do espaço. De Deleuze e Guattari, deixamos a questão da desterritorialização de lado e lançamos mão do método, a cartografia, como forma de abordagem dos fenômenos que pretendemos elucidar.

No próximo capítulo, apresentamos algumas considerações sobre os processos que descrevemos até aqui, de forma a encaminhar nosso trabalho para uma conclusão.

#### **4. DOM PEDRITO: as metamorfoses no campo e na cidade**

São muitos os elementos que compõem o espaço – “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ação” (SANTOS, 2008, p.62) – e que, de certa forma, influem sobre as condições e possibilidades encontradas na realidade. Buscamos até mesmo, no capítulo anterior, encontrar estes elementos na dimensão do cotidiano, expressão das transformações ocorridas na vida das pessoas, no espaço vivido. Outros aspectos das mudanças estão presentes na configuração da economia local; na relação entre as formas de produção locais e os processos mundiais de desenvolvimento do capitalismo; na esfera do poder político municipal; no estabelecimento de novas configurações regionais; e ainda na reconfiguração da natureza, fruto de um ambiente sempre modificado e transformado pela ação do homem. Cada uma destas transformações, por certo, poderia resultar em um trabalho ou pesquisa em particular, dada a diversidade de fatores envolvidos e a riqueza de processos estabelecidos.

Até agora temos buscado, neste trabalho, descrever e entender as transformações que ocorreram no espaço do município de Dom Pedrito, correspondendo às dinâmicas transformadoras peculiares dos diversos momentos da história do lugar. Partimos, então, ao reconhecimento destas metamorfoses como processos espaciais e sociais observando a relação entre a cidade e o campo. Retomaremos, assim, alguns temas já aqui abordados buscando estender a análise a fim de encontrar os nexos explicativos entre os fenômenos e a questão que propomos, com base em Milton Santos (2008, 2008d), ser imperativa nas determinações do espaço: a técnica, representada em nossa pesquisa pela renovação tecnológica conduzida principalmente, em Dom Pedrito, pela modernização no campo e seus vínculos com os sistemas de objetos e sistemas de ação que se renovam no lugar.

#### **4.1 Os Diversos Períodos Técnicos: a relação cidade-campo a partir da base espacial de difusão da técnica**

O município que estudamos é territorialmente caracterizado, hoje, em parte por sua herança histórica, vinculada ao processo de ocupação do território ao final do século XIX, e em parte pela introdução de novas técnicas consoantes com o desenvolvimento do capital, quando da modernização da produção agrícola a partir de meados do século XX. Na atual fase do sistema capitalista, conhecida como globalização, vivenciamos uma aceleração do tempo que estabelece dinâmicas transformadoras em uma velocidade nunca antes conhecida. Por este motivo, apesar da relativa pouca idade do lugar, ele passou por importantes transformações no período de tempo entre o início da ocupação das áreas que viriam a ser Dom Pedrito, e a configuração territorial encontrada atualmente. Esta, talvez, uma característica muito comum aos espaços do Terceiro Mundo, onde as rápidas transformações na sociedade e no espaço parecem se descolar da linha do tempo, estabelecendo uma sensação de volatilidade nos processos que foi alguma vez definida como característica da nossa modernidade incompleta<sup>32</sup> (SANTOS, SOUZA e SILVEIRA, 1994).

As mudanças alcançadas pelo lugar, então, podem ser observadas através das transformações nas técnicas e sua relação com o espaço. Os sistemas de objetos e os sistemas de ação são construídos e transformados pela sobreposição de técnicas, cada uma correspondente a um período específico quando, pelas condições de desenvolvimento, tornaram-se predominantes. Podemos assim considerar o espaço a partir dos períodos técnicos, e as transformações desde a sobreposição de um período por outro. A técnica é a base do trabalho<sup>33</sup> e, assim,

---

<sup>32</sup> José de Souza Martins (2000) por certo estava falando da mesma coisa quando definiu nossa “modernidade anômala”. Este autor foca suas análises nos processos sociais do campo. Uma interessante linha do tempo na qual se pode observar o descompasso das transformações na mudança de uma sociedade rural para urbana, com base nos processos de urbanização do Brasil, encontra-se em Carlos Guilherme Mota (2000), que não por acaso intitulou a coletânea de textos sobre nosso país de “Viagem incompleta”.

<sup>33</sup> O trabalho é tido como elemento central na estrutura do sistema capitalista, no entanto, poderíamos aqui lançar a discussão do que precede: a técnica ou o trabalho? O trabalho se desenvolve a partir de determinada técnica, que por sua vez é criada e reformulada através de trabalho. Mas se considerarmos que o trabalho de criação e desenvolvimento de técnicas é, em si, também técnica, podemos inferir que a técnica precede o trabalho e assim, rediscutir a questão da centralidade no sistema capitalista.

condiciona a divisão social e espacial do trabalho, o que leva a considerar o caráter social da produção do espaço.

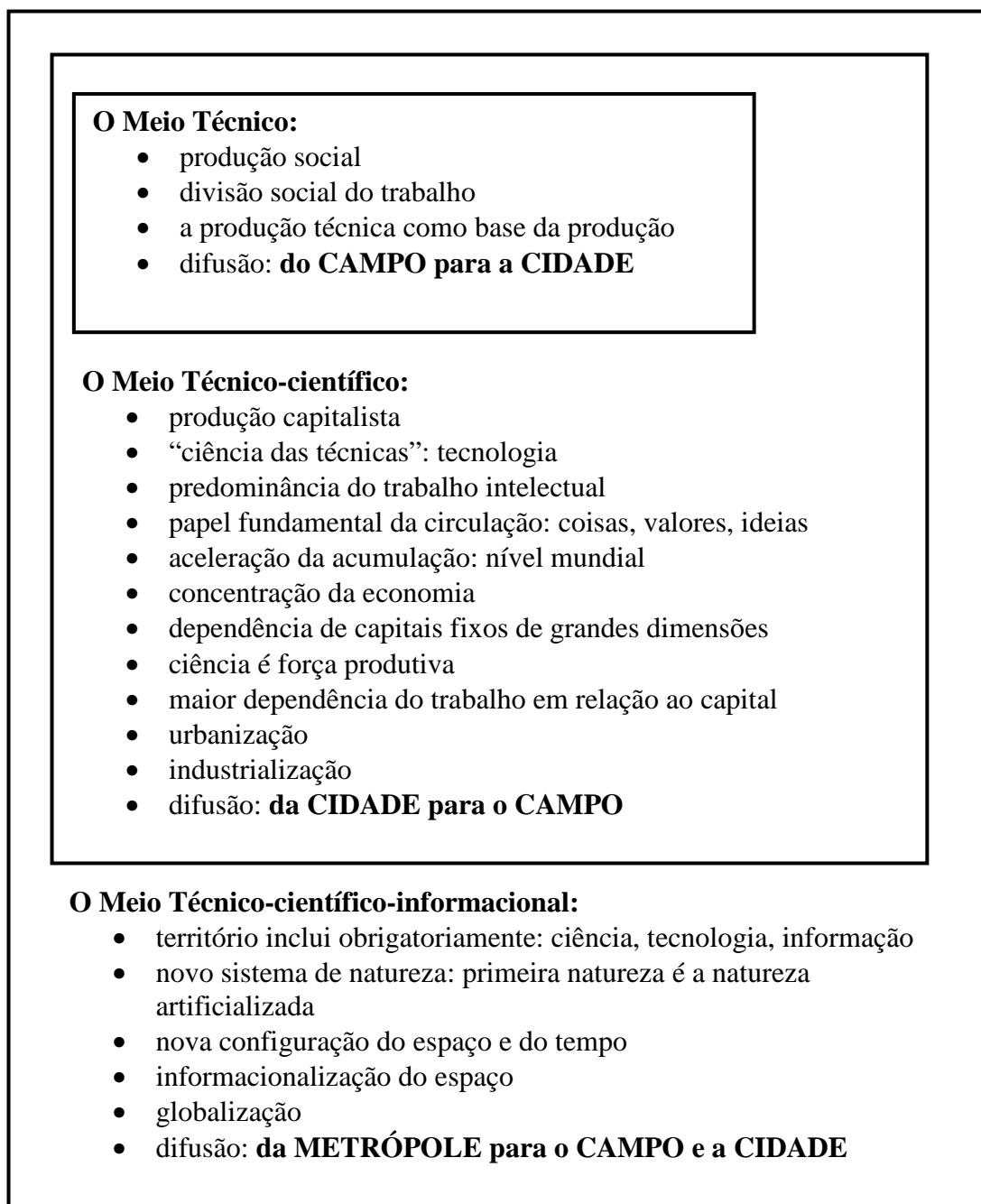
Em nosso objeto de estudo temos vários indícios da sobreposição de bases técnicas de diferentes períodos. Estas bases técnicas estão presentes na forma com que os homens interferem no espaço. Assim, temos a predominância de uma técnica bastante precária (do ponto de vista da complexidade tecnológica) no período de povoamento da região da Campanha, onde a economia da pecuária mostrava os primeiros sinais de desenvolvimento. Esta condição técnica mostra importantes alterações quando do surgimento das charqueadas, que já contavam com recursos técnicos mais avançados e, obviamente, maiores recursos de capital, pois ali se constituía uma atividade plena de exploração capitalista que, no entanto, convivia com o sistema de produção de viés pré-capitalista das estâncias pastoris.

Mais adiante, encontramos profundas alterações na técnica que ocorrem no momento de modernização do campo, com a expansão da agricultura capitalista e mecanização dos processos de produção. Indiferente das relações de produção vinculadas aos processos modernizantes, os diversos sistemas técnicos continuam a conviver no espaço, mesmo que as perspectivas de transformação do espaço e da sociedade sejam dadas pela técnica predominante ou hegemônica.

Temos aqui, no entanto, uma proposta que pretende entender a relação cidade-campo a partir de uma determinada realidade. Com base na difusão dos sistemas técnicos no espaço, como então explicar as mudanças na relação entre cidade e campo em Dom Pedrito?

Buscando resolver esta questão, partimos para a observação das técnicas e das suas representações no espaço, considerando a forma como as novas técnicas passam a se difundir, o que nos parece estar vinculado a uma base espacial, que pode se encontrar no local ou fora dele. Nossa ideia é que a renovação ocorre tendo como base um determinado ponto no espaço, e a partir deste local ela se difunde no território. Dependendo do período e da forma como se dá a inserção da nova técnica, ela pode estar presente localmente, ou apenas como reflexo de uma difusão a partir de uma outra centralidade, compondo os processos de horizontalidade ou verticalidade (SANTOS, 2008), que são intrinsecamente relacionados com esta questão.

Para explicar as transformações que temos estudado aqui, podemos relacionar as técnicas e sua base espacial na forma do quadro que elaboramos a seguir.



**QUADRO 2 – O Espaço Geográfico na sucessão/superposição dos períodos técnicos do capitalismo.**

Elaborado com base em Milton Santos (1985; 2008; 2008d)

No Quadro 2 constam as principais características dos períodos técnicos, aqueles que marcam o espaço geográfico a partir da ação do homem e do desenvolvimento das técnicas. Eles estão presentes a partir da supressão do meio natural, que corresponderia ao espaço sem a transformação da ação humana e que

corresponde, obviamente, à inexistência da cidade e do campo como instâncias de produção social. O quadro busca representar como as técnicas são determinantes nas configurações espaciais, e por esse motivo existem outros dois quadros dentro do maior: as técnicas de diversos períodos coexistem, elas se sobrepõem e compõem a complexidade do espaço. Por vezes uma técnica suprime a outra, como no caso de grandes áreas agrícolas homogêneas. Esta não é a condição mais comum, pois quase sempre as técnicas de outro tempo podem ser observadas nas heranças deixadas na paisagem, na forma de rugosidades, ou ainda como resquícios em atividades de produção e na relação dos homens com o espaço em que vivem.

Como recurso analítico, no Quadro 2, separamos o meio técnico-científico do meio técnico-científico-informacional. Na obra de Milton Santos, durante muito tempo encontramos referência somente ao meio técnico-científico como o mais atual. Somente nos textos a partir da década de 1990 o autor cunha o termo meio técnico-científico-informacional, apresentando inicialmente este como a sucessão ou o formato final do meio técnico-científico. Em “A Natureza do Espaço” (SANTOS, 2008), no capítulo dedicado a explicar os sucessivos meios geográficos (p. 233), o autor apresenta uma análise separando meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional, aparentemente recorrendo a unir o meio técnico-científico que aparece em obras anteriores – “Espaço e Método” (SANTOS, 1985) e “Técnica, Espaço, Tempo” (SANTOS, 2008d) – com o meio técnico-científico-informacional. Não nos parece ser algo definitivo, mas possível dentro de determinada abordagem. A leitura atenta das obras nos permitiu fazer a separação entre meio técnico-científico e técnico-científico-informacional, pois entendemos que o processo de aceleração contemporânea do tempo/espaço produz peculiaridades que podem ser demarcadas como um período específico.

Vale ainda ressaltar que os períodos apresentados não caracterizam de forma alguma uma ideia evolucionista, mas justamente a *superposição* dos meios que é uma característica do espaço: a *coexistência* dos sistemas técnicos. Esta coexistência é muito marcante no atual período técnico-científico-informacional, quando os “fluxos” atingem importância superior aos “fixos”, condicionando assim muitas das possibilidades de ação dentro do sistema hegemônico capitalista.

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as

condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam. Fixos e fluxos juntos, interagindo, expressam a realidade geográfica e é desse modo que conjuntamente aparecem como um objeto possível para a geografia. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos. (SANTOS, 2008, pp. 61-62)

Os fixos, representados pelos objetos no espaço, funcionam como base das técnicas, mas seu significado é modificado pelos fluxos. Hoje, as redes de informação que caracterizam o período técnico-científico-informacional têm os fixos como “pontos” de interligação (SANTOS, 2008, p. 277), mas no período anterior, a importância destes fixos como base espacial da técnica estava muito mais presente na relação com o local. O desenvolvimento das técnicas é importante elemento para o entendimento das relações cidade-campo. Ora, se a técnica modula o espaço e o tempo (SANTOS, 2008), ela está no centro do processo de divisão do trabalho que estabelece as condições de produção do espaço geográfico. Por isso nos pareceu importante identificar e entender o que chamamos aqui de base espacial da renovação técnica, que é o espaço caracterizado (campo ou cidade, por exemplo) onde o processo de renovação primeiro se estabeleceu e a partir de então se difundiu. Essa base espacial é, na nossa proposta, caracterizada pelos sistemas de objetos, ou os fixos que se estabelecem no espaço. Estes objetos, no momento em que têm sua funcionalidade condicionada pela técnica predominante, têm seu significado, ou sua racionalidade, determinados pelos fluxos (SANTOS, 2008, p. 293), compondo assim os sistemas de ação do espaço. Quando os objetos deixam de responder à racionalidade imposta pela técnica, eles se tornam rugosidades. Esta condição é muito mais presente na cidade do que no campo, como podemos ver nas representações da paisagem que apresentamos no Capítulo Dois.

No Quadro 2, tentamos estabelecer as bases espaciais de difusão das técnicas em cada período, tendo como base analítica as peculiaridades do nosso objeto de pesquisa. Assim, superado o meio natural – que é aquela primeira natureza constituída pela inexistência da ação do homem – temos a difusão do meio técnico a partir do campo. É no campo que, inicialmente, encontramos o surgimento e o desenvolvimento das técnicas que irão produzir as primeiras formas de divisão do trabalho. Esta é uma condição histórica reproduzida desde o desenvolvimento

das primeiras técnicas que está na origem da divisão social do trabalho. Kageyama (2008, p.31) demonstra como, no período pré-industrial, as unidades camponesas eram inclusive responsáveis pela produção de “diversos bens necessários à subsistência doméstica”, não tendo a agricultura como única atividade. Foi a partir do campo, então, que o meio técnico passou a se difundir, estando na gênese da formação das primeiras cidades. No caso específico de Dom Pedrito, inicialmente a técnica está presente no campo, nas diversas formas de manejo do espaço da economia da pecuária que era praticada na região da Campanha.

Cabe aqui lembrar que os períodos técnicos não são marcados por uma única técnica, e nem são estas, isoladamente, representativas de um determinado tempo, pois se difundem desigualmente no espaço conforme as possibilidades do lugar. A mudança dos períodos ou meios técnicos se dá pela incorporação de uma nova lógica predominante, não apenas pela existência da técnica em si.

O período técnico-científico, por sua vez, tem sua presença marcada pela incorporação da ciência aos processos de produção, gerando uma nova divisão do trabalho e alterando as configurações da relação cidade-campo. Isto ocorre porque a base espacial da renovação e difusão da técnica passa a ser a cidade. Esta é uma marca do desenvolvimento do capitalismo na sua forma moderna. Ainda assim, tanto no meio técnico quanto no técnico-científico, entendemos que cidade e campo, no nosso objeto de pesquisa, respondem a um mesmo tempo, pois o processo de divisão espacial do trabalho está condicionado pela solidariedade orgânica (SANTOS, 2008, 2008d). Este tipo de solidariedade está relacionado às horizontalidades e aos processos de regionalização que tem a contiguidade espacial como característica<sup>34</sup>.

Na região da Campanha e em Dom Pedrito, o período correspondente ao meio técnico-científico tem ainda no campo um importante referencial sobre o qual se dá a renovação técnica, mas ela passa a ser dependente, também, de uma renovação que ocorre na cidade. Os exemplos que marcam este período encontram-se na instalação das estruturas de apoio à produção, que se estabelecem tanto no campo como na cidade, criando um novo sistema de objetos no espaço. A estrutura de transporte ferroviário e as charqueadas foram erguidas em locais importantes para o desenvolvimento da economia, e esses lugares alternavam-se: em Dom

---

<sup>34</sup> Sobre horizontalidades e verticalidades no processo espacial ver o Quadro 1 no Capítulo Um.



Pedrito houve a construção de uma estação ferroviária na cidade, mas ela veio juntar-se a outras situadas em importantes estâncias de produção<sup>35</sup>. A charqueada em Dom Pedrito, assim como o Frigorífico Armour em Livramento, estavam situados na cidade. Em outras localidades da campanha, no entanto, enormes plantas eram erguidas no campo, como o São Domingos, em Bagé, e os saladeiros de Quaraí.

O período técnico-científico, dessa forma, marca no nosso objeto de estudo o momento de mudança na ordem de importância da cidade frente ao campo. Se a renovação técnica deste período demanda objetos tanto no campo quanto na cidade, os sistemas de ação produzem uma racionalidade instrumental que tem base na cidade. A cidade local se consolida como centro político de decisão, e de onde passa a demandar as necessidades de um sistema econômico mais dinâmico e complexo. A divisão do trabalho ainda é condicionada por fatores locais, embora as necessidades que a produção local buscasse atender fossem produzidas fora do lugar, pois os mercados consumidores eram os centros urbanos. Este momento, não por acaso, corresponde ao período de maior importância da cidade local, com desenvolvimento socioeconômico e destaque na conjuntura regional. A realidade começa a mudar com a renovação que vem a seguir, marcando a incorporação do lugar ao período técnico-científico-informacional.

No atual período técnico, não é nem mais a cidade nem o campo a base da renovação e difusão do sistema técnico. Agora, é a metrópole que comanda os processos de divisão do trabalho e reprodução social da riqueza. Essa difusão se dá igualmente sobre o campo e as cidades locais, cada qual, no entanto, com seus papéis modificados pela incorporação das novas diretrizes de desenvolvimento que são exigências da globalização. A solidariedade orgânica entre campo e cidade dá lugar a uma solidariedade organizacional (SANTOS 2008, 2008d), na qual a contiguidade deixa de ser relevante nos processos espaciais. É o tipo de solidariedade dos processos de verticalidade, onde a regulação, os sistemas de informação e de decisão definem a relação entre os lugares. É assim que o campo, modernizado, responde ao tempo da produção capitalista, enquanto a cidade local é uma instância de consumo, incorporada à criação de novas necessidades e

---

<sup>35</sup> No *site* sobre as estações ferroviárias do Rio Grande do Sul há uma lista de estações por linha ([http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs\\_bage\\_riogrande/bage\\_riogrande.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_bage_riogrande/bage_riogrande.htm)), algumas delas com descrição detalhada. Ali podem ser identificadas diversas estações cujas sedes estão nas fazendas: Vacaiquá, Upacaraí, Leões e Quadros são apenas alguns exemplos de estações em Dom Pedrito que tem sede em estâncias de produção pecuária.

produtos da era contemporânea. A estrutura de consumo, na cidade, é em parte voltada ao atendimento das necessidades da população, e em parte ao consumo produtivo que atende as demandas da produção agrícola, mas não correspondem necessariamente à produção de riqueza local, pois os estabelecimentos mais importantes são vinculados às redes empresariais, muitas delas de capital transnacional. Eis então a importância entre as diferentes formas de consumo produtivo ou consumptivo que tratamos no Capítulo Dois.

As estruturas de consumo produtivo, aquele que é demandado pelas necessidades da produção local, são formadas por um “sistema de objetos” (SANTOS, 2008) organizados de maneira dispersa no espaço, e as facilidades criadas pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e transporte permitem um descolamento entre as necessidades locais do campo e da cidade. Não há solidariedade orgânica entre cidade e campo. Na prática, o fornecimento de insumos para a produção pode ser plenamente realizado mesmo que não exista um fornecedor local. Embora esta não seja uma condição notadamente exclusiva em Dom Pedrito, ela condiciona o desenvolvimento da economia da cidade, pois empreendimentos locais que visam atender à produção tendem a ser ou verticalizados – dominados pelas mesmas pessoas ou empresas que operam na instância da produção – ou vinculados como filiais de grandes corporações do ramo. Como a principal atividade produtiva do município ainda é agrícola, podemos inferir que aí, na incorporação do lugar ao período técnico-científico-informacional, se encontra boa parte da explicação para o baixo desenvolvimento da cidade no período pós-modernização do campo.

#### **4.2 O Meio Técnico-científico e as Peculiaridades de Dom Pedrito: fronteira, ideologia e herança histórica**

Tratamos aqui de transformações que podem ser entendidas desde as mudanças nos sistemas técnicos, que modificam a maneira como o espaço é produzido. Consideramos o atual período, denominado de meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008), como determinante da atual configuração espacial de Dom Pedrito. No entanto, embora a questão possa ser centrada no processo de renovação tecnológica, há diversas implicações das metamorfoses espaciais que estão vinculadas às determinações dos períodos anteriores e aos remanescentes

sistemas de objetos e sistemas de ação. Houve uma aceleração do movimento de êxodo rural, por exemplo, mas este foi iniciado ainda no período técnico anterior. Aliás, o aumento exponencial na velocidade dos processos, que é uma característica do atual período técnico (SANTOS, 2008), só faz acentuar ou agravar a percepção dos problemas gerados.

Cidade e campo, em Dom Pedrito, compõem um espaço dinâmico que responde muito sensivelmente aos processos de renovação técnica que ocorrem na produção agrícola. Isto acontece porque os sistemas de objetos e os sistemas de ação que possibilitaram o surgimento e desenvolvimento do município foram constituídos a partir da expansão e crescimento de importância da atividade pecuarista, com base nas estâncias de outrora, e que além de exigir a mobilização de recursos materiais – os sistemas de objetos construídos no campo e na cidade – dominava a esfera política que se estruturava sobre os alicerces da sociedade rural, condicionando assim os sistemas de ação. A cidade, neste tempo ainda anterior ao último processo de renovação técnica, atingiu seu ápice como importante centro difusor dos sistemas de ação, apresentando assim um domínio de forças localmente centrípetas (SANTOS, 2008), conforme a característica das horizontalidades que apresentamos no Quadro 1 do Capítulo Um. A modernização agrícola promoveu grandes mudanças no espaço, pois alterou a lógica do processo espacial, onde as verticalidades passaram a ser determinantes dos processos locais, refletindo na esfera política, que agora responde às forças centrífugas, estas correspondentes às determinações de um novo sistema global.

O campo, como espaço agrícola que é, tende a ser pouco rugoso, sendo uma facilidade a mais para a implantação das mudanças velozes exigidas pela globalização. Com as possibilidades dadas pelo projeto de modernização agrícola do século XX, rápidas transformações ocorreram, e muitas áreas de campo foram transformadas em modernas e produtivas lavouras, ocupando grandes extensões e diferenciando-se assim dos campos de pecuária onde as atividades eram realizadas em um tempo lento. Houve uma mudança também, que foi muito significativa, no padrão de ocupação de mão de obra pelas atividades agrícolas. A pecuária ocupava mão de obra extensiva, com baixa produtividade mas efetiva durante todo o ano. As relações de trabalho, neste caso, diferenciavam-se em muito do perfil capitalista, pois eram raras as formas de emprego formal, sendo que a segurança do sistema baseava-se em critérios de confiança, e pela existência de uma certa infra-estrutura

que era disponibilizada a quem trabalhava, sobretudo moradia e autorização para alguma atividade de subsistência, que era realizada junto das estâncias. A diferença, na pecuária, ficava por conta da ovinocultura, que sazonalmente ocupava mão de obra intensiva nos períodos de esquila (tosa do animal vivo para separação da lã), conforme observou Ribeiro (2009). Já na lavoura a mão de obra tem caráter intensivo e sazonal como principal característica, não permitindo a fixação do trabalhador no campo. O emprego, então formal, estrutura-se sobre o princípio capitalista de exploração da mais-valia, e a segurança do sistema depende de capacitação técnica e capital de giro, necessário para o pagamento de salários. Apesar de a lavoura de arroz ser apontada como “a primeira a ser conduzida em moldes capitalistas” no Rio Grande do Sul, ainda na década de 1920 (RIBEIRO, 2009, p. 121), ainda hoje se pode averiguar a existência de resquícios das antigas formas de emprego que são exploradas, com vantagem, pelos lavoureiros: os trabalhadores, mesmo sazonais, podem contar com infra-estrutura de moradia nos períodos de trabalho e muitos aceitam receber de acordo com o rendimento da lavoura. O pagamento de comissões, que são normalmente combinadas em volume de “sacas” de arroz, pagos após a colheita ou ainda posteriormente, a critério do trabalhador, garante um controle de que parte dos custos com mão de obra fique proporcional à renda do empreendimento, que depende inclusive de políticas de preço mínimo editadas pelo governo. Por esse motivo, ficaria impossível uma comparação entre os diferentes períodos técnicos a partir da geração de trabalho e renda, pois eles diferem radicalmente na forma, não sendo possível medir elementos desiguais a partir de um mesmo padrão estatístico de emprego, por exemplo.

A cidade local, desde a mudança no perfil de produção agrícola, passa a receber o excedente de mão de obra do campo, sendo o depositário desta força de trabalho que é utilizada nas lavouras. Foi neste rearranjo das forças produtivas que a cidade, em Dom Pedrito, conheceu um inchaço demográfico em uma velocidade que não possibilitou a produção de alternativas, sendo que boa parte dos migrantes do campo acabaram se deslocando para outros lugares, pólos regionais ou mesmo para as metrópoles. Hoje ainda, a presença marcante de capital na agricultura cria uma ilusão de que possibilidades de desenvolvimento local são uma questão de tempo, pois a rápida transformação não permitiu que a população local assimilasse o rompimento entre a vida na cidade e a produção no campo. A cidade não gera alternativas fora da tradicional atividade agrícola, insistindo em uma sincronia

impossível, pois a aceleração do tempo no campo foi muito superior à da cidade. Mesmo que a cidade conte com a instalação de estruturas de apoio à cadeia produtiva, sobretudo os engenhos de arroz, estes novos objetos que marcam a paisagem da cidade estão submetidos a uma lógica verticalizante, encerrando a produção de riqueza no mesmo circuito. Todos estes processos podem ser observados em Dom Pedrito. A eles se somam as implicações de ordem política que também são uma característica dos novos tempos.

A globalização, expressão do meio técnico-científico-informacional, atinge todos os lugares, e possui um caráter ideológico muito presente. A ideologia está na essência dos processos que dão uma nova configuração ao mundo e aos lugares. “A ideologia é, ao mesmo tempo, um dado da essência e um dado da existência, neste fim do século XX. Ela está na estrutura do mundo e também nas coisas. Ela é um fator constitutivo da história do presente” (SANTOS, 2008, p. 126). A reconfiguração dos mercados e da produção é apenas uma das facetas das transformações conduzidas nesse tempo. Os arranjos políticos locais também passam por reconfiguração. A questão das fronteiras dos países sofreu um re-significado, e para Dom Pedrito, que tem seu território junto da fronteira com o Uruguai, essa re-significação importou em modificações importantes no âmbito local. Um exemplo bem representativo, com impacto negativo na cidade, foi a perda de importância do município como ponto estratégico militar, de defesa da fronteira, o que fez com que a unidade militar do município fosse transferida para outra localidade, ficando ali apenas uma pequena companhia com pouco contingente. Como relatamos no Capítulo Dois, o grande efetivo de militares era uma importante contribuição na movimentação da economia da cidade. Não se pode ainda deixar de considerar o quanto as facilidades da fronteira eram atrativas como alternativa de trabalho e renda para algumas pessoas da cidade. O aquecimento de um mercado formal na fronteira do município vizinho de Santana do Livramento, junto à Rivera, no Uruguai, representou também a supressão de muitas destas alternativas, que tinham seu valor justamente propiciado pelo risco de ser uma atividade marginal.

Há um peso importante na atual configuração territorial que é dado pela herança histórica da região, cuja organização das estruturas socioculturais foi determinante para o desenvolvimento das forças de produção locais. Até o momento de modernização do campo, estas forças de produção se articulavam na relação entre estancieiros e peões, de acordo com uma lógica militar de apropriação e

garantia do território que se relacionava harmonicamente com a principal atividade econômica desenvolvida nos campos até então: a pecuária extensiva (FONTOURA, 2000). O camponês, aquele produtor rural dedicado ao cultivo diversificado em áreas menores que encontrávamos no norte do estado, praticamente inexistiu na Campanha. Por certo havia pequenos proprietários, mas a atividade a que se dedicavam com vistas à geração de renda era mesmo a pecuária, pela tradição e pelas possibilidades de se agregarem às estâncias tanto no trabalho quanto nos processos de compra e venda de gado. Os cultivos agrícolas eram normalmente apenas para subsistência e, eventualmente, alguma forrageira. Estes proprietários menores, embora numerosos, acabavam por ter pouca ou nenhuma significância nas articulações políticas que, naquele tempo, eram importantes localmente como produtoras das determinações do futuro do município e da região. Os interesses dos grandes proprietários estavam sempre representados e avalizados pelos menores, dentro da lógica cultural da hierarquia estabelecida militarmente.

Temos então uma forma de organização das forças produtivas, muito peculiar na região da Campanha, que foi significativa no momento de implantação do projeto capitalista de modernização do campo, com base na agricultura mecanizada, produzindo as transformações que determinaram a nova configuração territorial em Dom Pedrito. A existência de uma concentração de terras – grandes propriedades com extensas áreas de campo nas mãos de poucas famílias – realidade do sistema de produção pecuarista que era desenvolvido na região, foi um fator importante na implantação do projeto de modernização. As propriedades de menor porte, embora numerosas, detinham uma proporção muito pequena das áreas disponíveis para a agricultura. Os empreendedores agrícolas encontram assim uma condição propícia para a expansão dos seus negócios, potencializada pela crise de viabilidade da pecuária. Os estancieiros pecuaristas, descapitalizados pela crise, podiam optar por vender parte das suas propriedades ou arrendá-las aos novos produtores. O custo, tanto de aquisição quanto de arrendamento, era um atrativo aos agricultores em busca de terra para plantar, e era viável financeiramente para o proprietário, que potencializava seus ganhos pela quantidade de hectares vendida ou arrendada, sempre significativa, mas que muitas vezes representava um pequeno percentual das suas propriedades. Ainda hoje é comum um mesmo proprietário arrendar terras para diversos produtores.

Tanto é assim que houve um aumento das propriedades de grande porte neste período, fenômeno apontado por SILVEIRA (1999), em Dom Pedrito, mas também nas áreas agrícolas do país como um todo a partir da política de Crédito Rural implantada pelo governo autoritário no período pós-64, que favorecia a produção agrícola nos moldes capitalistas e viabilizava as grandes propriedades (RÜCKERT, 2003). Em Dom Pedrito, essa concentração foi facilitada pelas condições históricas de organização do território, e pela rápida capitalização dos novos produtores, com o vigor da agricultura desde os primeiros tempos, propiciado pela excelência dos solos, do clima e da farta irrigação. Houve assim um incremento no mercado de terras, conciliado pela descapitalização dos pecuaristas, de um lado, e a capitalização dos agricultores por outro. Os pequenos proprietários, também dedicados à pecuária, acabavam vendendo suas terras, que normalmente ficavam em áreas restritivas para a lavoura mecanizada, em condições desfavoráveis para mudança de patamar tecnológico. Assim, tornavam-se também inviáveis para o arrendamento, sendo muitas vezes adquiridas por tradicionais proprietários, que agregavam glebas às suas propriedades e podiam seguir reproduzindo a lógica tradicional que vinculava o tamanho da propriedade a *status* e poder, e ainda contar com terras próprias para criação de gado enquanto arrendavam outras mais adequadas para a lavoura. A pecuária, forte no imaginário local, continuava a existir, com seu tempo lento, como se esperasse pelo momento de retomada, embora a viabilidade financeira da propriedade fosse dada pela renda do arrendamento das áreas para lavoura.

Por outro lado, a supressão das formas tradicionais das relações de trabalho pré-capitalistas não deixou alternativas para os trabalhadores rurais, aqueles que, na sua maioria, viviam, plantavam e criavam para subsistência em pequenas áreas, partes das estâncias que foram vendidas ou transformadas em modernas unidades de produção agrícola. A modernização, em Dom Pedrito, agregou maior volume de trabalho e renda ao espaço agrícola, considerando o montante dessas variáveis, ou seja: a quantidade de trabalho realizado como transformação material e o rendimento total dos empreendimentos agrícolas, comparados com a pecuária tradicional que era anteriormente praticada. Isso não significou, então, aumento na oferta de emprego e renda para os habitantes do campo. Além disso, a atividade em si exigia algum conhecimento e qualificação, que não era facilmente encontrada no município, no momento da introdução do novo modelo de produção. Havia também

resistência por parte da população rural pobre – que naturalmente poderia absorver os postos de trabalho – pois eles diferiam radicalmente das atividades realizadas na pecuária, além de exigir conhecimentos que não eram dominados localmente. Neste ponto nota-se a marca da mudança no padrão técnico diretamente sobre a vida das pessoas, pois quando uma nova técnica interfere no espaço, ela não se dá apenas pela inserção de novos objetos, alterando as formas, mas também pela necessária transformação nos sistemas de ação.

Então, se as oportunidades de desenvolvimento da agricultura nos solos férteis de Dom Pedrito criavam novas possibilidades para pessoas vindas de fora, que já dominavam as técnicas condizentes com a atividade, abria ao mesmo tempo um vácuo nos sistemas de ação que impactava na vida da população local, adaptada à técnica anterior, que se tornou rapidamente anacrônica diante da modernização. Mesmo as atividades que podiam absorver mão de obra sem qualificação não eram suficientes para absorver toda a massa de “desgarrados” do campo que crescia, pois estas atividades também eram marcadas pelo caráter intensivo e sazonal de utilização do trabalho. Estes trabalhadores, diferentemente dos camponeses do norte do estado, não tinham recursos próprios para se organizarem ou migrarem para outras áreas onde pudessem desenvolver suas atividades, pois estas em geral estavam vinculadas à pecuária extensiva, que dependia de maiores extensões de terras. Parte das propriedades voltadas à pecuária ainda manteve a sua vocação, mas tiveram que se adaptar às novas relações de trabalho e quase sempre arrendavam a parte mais interessante, do ponto de vista da produtividade, para a implantação de modernas lavouras (FONTOURA, 2000). Ao homem simples do campo não restou outra opção a não ser a migração para as cidades locais ou os grandes centros urbanos em busca de alternativas de trabalho fora da sua experiência campeira<sup>36</sup>.

Assim o êxodo rural cresceu em velocidade exponencial, e a cidade, razoavelmente estruturada para uma população urbana bem menor, sente os efeitos do aumento populacional: crescimento desordenado, aumento da pobreza e da informalidade do trabalho e da moradia. A economia do município sofre ligeiro aquecimento na esteira de pequenos empreendimentos na cidade, sobretudo

---

<sup>36</sup> Existe na moderna literatura gaúcha uma relação desse fenômeno histórico com aquilo que foi chamado por Cyro Martins de “a saga do gaúcho a pé”, esse personagem que representa bem as transformações ocorridas na região nesse período. Pode-se encontrar uma análise dessa literatura em Fontoura (2000).



comerciais, pois alguns pequenos e médios proprietários, de posse de algum capital pela venda das terras, abriam pequenos mercados, açougues, padarias na cidade. A nova principal atividade agrícola, porém, tendia à verticalização da cadeia de produção, tanto anterior quanto posterior à colheita, não permitindo a reprodução sustentável da riqueza local. Os grandes proprietários tradicionais, por sua vez, muitos deles agora vivendo exclusivamente da renda da terra, e emancipados com o passar das gerações dos fortes laços com a estância, podem optar por viver longe da cidade, encaminhando suas vidas e direcionando suas riquezas para os centros urbanos, estabelecendo um novo patamar nas relações da riqueza produzida pelo campo e a cidade local, cada vez menos importante. Temos então um dos principais fenômenos que alteram o vínculo da cidade local com o campo, ou a relação cidade-campo: por uma lado a verticalização da cadeia de produção agrícola, por outro o rompimento político das elites tradicionais com a cidade local, justamente dois fatores que, no passado, foram responsáveis pelo crescimento e pujança da cidade local.

#### **4.3 Entre Antigos Proprietários e Novos Produtores: os elos entre as mudanças no campo e a crise na cidade**

A pecuária, principal atividade da região da Campanha, onde se encontra Dom Pedrito, surgiu e se desenvolveu sobre condições históricas específicas, tendo como marca o tempo lento de produção e a resistência aos processos de modernização. Iniciou quando da efetiva ocupação militar daqueles pagos, que tirou proveito da disponibilidade do gado vacum introduzido pelos jesuítas que se reproduziu e se multiplicou nos campos do Pampa. Embora arcaico do ponto de vista da produção, estava afinada inicialmente com as necessidades do sistema econômico vigente, baseado na exploração dos recursos naturais do Brasil ainda colonial. Desde o início permitiu a acumulação de riqueza pelos produtores, os estancieiros, que passaram a deter o monopólio da atividade e da renda no Pampa gaúcho. Os marcos de modernização ficaram, durante muito tempo, restritos ao refinamento dos rebanhos e ao cercamento dos campos, mesmo quando Uruguai e Argentina, países vizinhos cuja economia girava também em torno da pecuária, se modernizavam com a presença de estabelecimentos industriais para processamento da produção. Primeiro vieram os saladeiros, e depois os frigoríficos,

estabelecimentos que implantavam uma nova lógica de produção nos países do Prata, muitas vezes criados por capitais estrangeiros, mas que representavam um marco de modernização que colocava estes países vizinhos num outro patamar de desenvolvimento das forças de produção, afinados com a expansão do capitalismo.

Fala-se em crise da pecuária desde muito cedo, após as estâncias se consolidarem como unidades de produção. Ao final do século XIX e início do XX, por exemplo, com a concorrência dos produtos do Prata e as dificuldades dos criadores gaúchos junto do governo central (ALBORNOZ, 2000). Já era um indício das dificuldades de enquadrar a forma de produção às crescentes exigências de funcionalidade do sistema capitalista. As dificuldades foram amenizadas pela difusão dos sistemas técnicos relacionados ao passo seguinte na cadeia de produção da carne. Estamos falando do surgimento dos saladeiros ou charqueadas. Havia possibilidade de expansão dos mercados consumidores e capital disponível, tanto privado quanto público, este último sempre disponibilizado pelos governos para ajudar a classe produtora que era a mais importante politicamente naquele período. Estes capitais foram investidos localmente em sistemas de objetos que atendiam setorialmente as demandas por modernização. É uma característica dos sistemas técnicos da época que estes investimentos fossem realizados localmente, pois não havia desenvolvimento tecnológico que garantisse a viabilidade de transporte do gado por longas distâncias, por exemplo. Como resultado destes investimentos locais – as charqueadas (saladeiros), embora muitos deles anacrônicos do ponto de vista da modernização possível<sup>37</sup> – as economias regionais e as relações campo-cidade se fortaleciam, estabelecendo uma horizontalidade nos processos espaciais (SANTOS, 2008).

Esta forma de modernização anacrônica se repetiu muitas vezes, embalada pela conjuntura dos mercados que, alternando períodos de crise, mostrava relativa capacidade de absorver a produção oriunda daquela pecuária arcaica, tornando-a não só possível como viável. Assim foram os períodos das Grandes Guerras, quando o mercado consumidor internacional demandava grandes quantidades de carne para suprir a economia de guerra. Isso permitia a capitalização dos pecuaristas, que buscavam sempre que possível adquirir mais terras para a

---

<sup>37</sup> Enquanto Buenos Aires e Montevideu, centros de difusão da economia pecuária, possuíam estruturas modernas de frigoríficos há muitos anos, no interior do Rio Grande do Sul se difundiam ainda as indústrias saladeiras, muitas delas inclusive com capital uruguaio que insistia em resistir à modernização (ALBORNOZ, 2000).

expansão das suas riquezas e da sua produção. Reflexo do sistema de produção, onde o fator tempo se mostrava superior a qualquer possibilidade de dominar os processos de produção, essa acumulação de terras era a manifestação de uma mentalidade arcaica, segundo a qual a aquisição de mais e mais terras parecia ser a melhor garantia para um futuro tranquilo, até mesmo para as gerações que sucederiam.

A crise sobre a pecuária no Rio Grande do Sul foi se estabelecer definitivamente na esteira da modernização do período pós-Segunda Guerra, quando certa estabilidade na geopolítica mundial estabeleceu uma reconfiguração da divisão internacional do trabalho. Nesse tempo, apesar da expansão do mercado consumidor, novas áreas de produção de muitas atividades se difundiam no mundo todo, em parte pela estabilidade geopolítica, em parte pela acentuada e rápida modernização dos processos industriais, muitos deles responsáveis pela absorção da produção primária, incluindo-se aí a pecuária (JACOBS apud KAGEYAMA, 2008). Foi também nesse período que o Brasil viveu uma grande expansão da sua fronteira agrícola, principalmente nas extensas áreas de terra mais ao centro e norte do país, que se mostravam bastante propícias ao desenvolvimento de uma pecuária extensiva como hoje é praticada no Centro-Oeste, Nordeste e Norte do país. É possível que nesse momento tenha ficado escancarada a letargia da economia agrícola da região da Campanha, no Rio Grande do Sul, sempre muito mais afinada com aquela do país vizinho, o Uruguai (por onde inclusive se escoava parte da produção pecuária), do que com o resto do Brasil. Jane Jacobs (apud KAGEYAMA, 2008) estudou o que ocorreu no Uruguai neste período, entendendo que a decadência econômica do pequeno país platino estava relacionada com essa nova divisão internacional do trabalho. A economia da Campanha, no Rio Grande do Sul, sofreu as mesmas consequências, dada a sua relação próxima com a economia do país vizinho.

Eram as consequências do período técnico-científico. A modernização das infra-estruturas no centro do país possibilitava a abertura de novas fronteiras para a produção agrícola, e a pecuária passou a ser desenvolvida com mais viabilidade econômica nas áreas do Centro-Oeste, associada às lavouras tropicais, com maior disponibilidade de complemento à pastagem de campo. Isso era uma oportunidade para quem tivesse capital disponível e disposição para migrar, o que ocorreu com parte dos produtores da Campanha, inclusive muitos daqueles que tinham terras em

Dom Pedrito, por exemplo. Vale anotar que nem sempre isso importava em se desfazer das propriedades que detinham no sul, pois dentro da reconfiguração espacial que se desenhava estas terras passavam a ser interessantes para outra classe de produtores, capitalistas da agricultura dispostos a arrendar as extensas áreas de campos com solos férteis para o desenvolvimento de uma agricultura com maior desenvolvimento tecnológico. Em Dom Pedrito, esta condição foi otimizada pela existência latente de uma agricultura técnica que se mostrava viável pelas condições “naturais” da região: a orizicultura. Assim se estabelece uma importante dialética crise-oportunidade entre a classe produtora, desencadeando o processo de modernização agrícola, através da incorporação rápida de um novo padrão técnico. As consequências são aquelas observadas por Milton Santos (1985) sobre a expansão do meio técnico-científico nos lugares, e são sentidas principalmente pelos menos favorecidos.

[...] a expansão do chamado capital técnico-científico leva à expulsão de um grande número de residentes tradicionais e à chegada de mão-de-obra de outras áreas. Na medida em que as exigências da produção são outras, diferentes da produção tradicional, visto, também, que o investidor distante necessita de um controle político mais estreito dessa mão-de-obra, ele é obrigado ou prefere transplantar mão-de-obra de fora. Seja qual for o caso, há um deslocamento: primeiro do mercado de trabalho, e, em seguida, muitas vezes, um deslocamento geográfico conduzindo os trabalhadores ou proprietários até então presentes a migrarem para outras áreas. Essa migração se dá como consequência da incapacidade financeira de continuar sendo proprietário ou investidor ou da incapacidade técnica de exercer as novas funções. (*op.cit.*, 1985, p. 45)

Por outro lado, se neste período de modernização alguns proprietários preferiram ou se obrigaram a vender suas áreas de campo para investir em outra região, ou simplesmente abandonar as atividades (muito frequente entre herdeiros dos proprietários tradicionais que possuíam frações menores), foi uma possibilidade para a entrada no setor de pequenos e médios pecuaristas, aqueles profissionais liberais de origem urbana relatados por Fontoura (2000), que viam ainda na atividade pecuarista uma oportunidade para valorizar sua presença na sociedade local. Cria-se assim uma contradição, que é a valorização da atividade, relacionada às estruturas de poder consolidadas na região, com a compra dos campos menores por investidores locais que tinham na pecuária uma segunda atividade. Em Dom Pedrito, assim como outras cidades da Campanha, ser pecuarista era sinal de poder

e *status*, sendo esta questão mais importante, neste tempo, do que a viabilidade da produção propriamente dita, diante da modernização de cunho capitalista que tinha a lavoura como possibilidade de expansão econômica.

Com o tempo, as estruturas locais de processamento da produção, em especial os frigoríficos, foram sendo suprimidas, desaparecendo ou sendo substituídas pelos CAIs ligados à moderna produção agrícola. Estas novas estruturas não têm, contudo, a mesma relação com a cidade ou a região. Muitos estão situados dentro da própria área de produção agrícola, e de onde os produtos partem diretamente para os mercados consumidores, modificando a relação do campo com a cidade local, rompendo com a horizontalidade e aumentando a verticalidade entre o campo da produção agrícola e as metrópoles.

Apesar de todo este processo, a pecuária extensiva ainda aparece como uma atividade que ocupa a maior parte das terras produtivas em Dom Pedrito. Esta atividade continua ocupando grandes extensões porque ela serve para garantir os índices de produtividade das grandes propriedades, em áreas desinteressantes para a lavoura ou ainda reservadas pelos proprietários. Torna-se assim possível, embora não seja dinâmica para o desenvolvimento de capital, lacuna que é preenchida pelos recursos angariados pelo arrendamento.

Hoje, em Dom Pedrito e cidades próximas, os maiores produtores e empreendedores dedicados à moderna agricultura (e até mesmo à pecuária) são descendentes de imigrantes italianos e alemães, que estabelecem na produção uma lógica semelhante a da colonização realizada por seus antepassados nas áreas mais ao norte do Rio Grande do Sul. Chegaram à Campanha em busca de terras para produzir, devido à limitação da fronteira agrícola em outras regiões, dotados de capital e *know-how* para investir na agricultura. Ribeiro (2009) fala de uma racionalidade diferenciada nas relações de produção e exploração da mão de obra, impactando com aquelas tradicionalmente realizadas na Campanha até então. É com essa racionalidade capitalista que se instalam nos lugares em busca de oportunidades. A condição estrutural encontrada na região – grandes propriedades imersas numa situação de crise – se tornou uma ótima oportunidade para a inserção de novas formas de produção agrícola, pela mão dessa nova classe de produtores.

Ainda referente ao trabalho de Ribeiro (2009), sua pesquisa demonstrou a existência desde há muito tempo, e ainda hoje, de pequenos produtores pecuaristas em Dom Pedrito, Bagé e Quaraí. Esses produtores eram, inclusive no tempo de

supremacia do latifúndio (final do século XIX e início do XX), a maioria, embora detivessem pequeno percentual das áreas de produção. O autor demonstra que eles eram até mesmo discriminados dentro dos círculos sociais que agregavam os produtores, mas que possuíam forte ligação entre eles e buscavam conjuntamente alternativas de viabilidade da sua forma de produção. É o caso do desenvolvimento da ovinocultura após a I Guerra Mundial, onde o RS era responsável por 97% da produção de lã do Brasil, praticamente toda exportada. Essa atividade, incorporada também pelos grandes produtores, utilizava grande volume de mão de obra especializada no período de safra da lã (sazonal), sendo importante fonte de renda para os pequenos produtores e suas famílias, que além de produzirem ainda participavam da economia através do fornecimento de mão de obra. Para os grandes proprietários, segundo Ribeiro, a atividade, embora mais dinâmica, cumpria o papel de satisfazer os custos da estância, mas não era vista como a mais importante, sendo que este papel seguia sendo da bovinocultura. O autor acredita que durante muito tempo a ovinocultura garantiu a viabilidade da estância pastoril, retardando sua falência como atividade. Para os produtores menores, a ovinocultura se transformou em elemento de fortalecimento social inclusive, pois puderam se organizar e se projetar economicamente nas cidades onde viviam.

Podemos assim estabelecer a ligação com o caso de Dom Pedrito, onde grande parte das estruturas de apoio da produção pecuária que se encontrava na cidade era vinculada aos produtores de ovinos. Havia uma cooperativa de produtores, vinculada à Cooperativa Bageense de Lã (Coobagelã), e uma cooperativa de serviços especializados, além de outros estabelecimentos que fomentavam a economia da cidade. Destaque para as “barracas” e um dos primeiros supermercados da cidade, vinculado a uma das cooperativas. Então, apesar da possibilidade encontrada pelos grandes proprietários de superarem a crise, mesmo abandonando as atividades tradicionais, a falência dos pequenos produtores diante da impossibilidade de se adequarem às novas formas de produção, expressão da renovação técnica, é outro importante elemento da perda do vínculo entre o campo e a cidade.

#### **4.4 A Modernização Consolidada: as implicações do período técnico-científico-informacional**

Já relatamos anteriormente como as dinâmicas desencadeadas pelas políticas desenvolvimentistas e integracionistas foram também determinantes na estruturação da configuração territorial na região onde se localiza Dom Pedrito, vindo a configurar uma realidade específica. Essa realidade, composta por áreas de produção agrícola caracterizadas pela grande propriedade dedicada à monocultura, foi muito propícia ao posterior momento de incorporação da economia ao projeto neoliberal, com o esvaziamento do papel do estado como promotor de políticas públicas e a consolidação do mercado como determinante das dinâmicas socioeconômicas. Esse período equivale no Brasil ao momento de esgotamento do projeto desenvolvimentista, a partir da década de 1980 (FIORI, 1995). As políticas setoriais e de integração do período de modernização agrícola propiciaram a concentração de terras para produção agrícola em larga escala, com a consequente expulsão do trabalhador do campo. Posteriormente, ficou estabelecida uma nova dialética espacial entre os lugares, pela inserção da economia ao projeto neoliberal, com a incorporação dos sistemas de produção em larga escala, aumentando a concorrência e permitindo a integração aos mercados mundiais, gerando assim um “descolamento” entre as regiões de produção e as cidades locais. A emergência de uma nova solidariedade organizacional entre os lugares é responsável por novas formas de regionalização, calcadas na difusão da informação e na diminuição do tempo de resposta entre as demandas de um mercado mundial e a produção que se dá localmente. É nesse rearranjo que as cidades locais, como Dom Pedrito, perdem seu vínculo com a produção de riqueza no campo, hoje inserido em uma dialética verticalizante.

Sobre o momento de internacionalização do capital, Castells (apud BECKER, 1991, p. 170) observa que “uma nova dialética se estabelece entre o espaço de fluxos e decisões tomadas segundo uma lógica global e o espaço dos lugares, vivido da experiência histórica”. A condição encontrada nas cidades locais, então, a partir das transformações do território, pode ser interpretada com base nessa nova dialética espacial produzida pelo momento específico do modo de produção capitalista. A experiência histórica brasileira de autoritarismo e centralização só agravou as consequências da globalização nesses lugares, pois as políticas públicas do período anterior, com impactos sobre o ordenamento do território, sempre foram coniventes, quando não promotoras, de um modelo de desenvolvimento calcado na expropriação da riqueza e concentração de recursos

nas mãos de poucos. No caso das políticas setoriais para a agricultura, o esgotamento do projeto desenvolvimentista escancarou os interesses em jogo: o “capital agrário-mercantil e bancário” sempre esteve associado ao capital internacional, e não a um “projeto de afirmação nacional” (FIORI, 1995, p.109). Considerando a importância do setor agrícola nas economias locais e regionais, a mudança no paradigma político e econômico determinou assim, mais uma vez, impactos sobre as configurações territoriais na escala das cidades e das regiões.

Abordamos aqui a questão das escalas porque elas são importantes para entender que as mudanças que ocorrem no local não se dão de forma isolada ou apenas por determinações do lugar, mas sim influenciadas pelos diversos níveis escalares envolvidos nas transformações, cuja integração, do ponto de vista da solidariedade organizacional que falamos antes, se dá numa escala totalizante, que é o mundo (SANTOS, 2008). As escalas só servem efetivamente à análise geográfica se entendidas não como dimensões em separado, mas inter-relacionadas entre si, como dimensões geográficas de um mesmo fenômeno (RACINE, RAFFESTIN e RUFFY, 1983). O fenômeno que estamos tratando neste trabalho é a modificação dos padrões técnicos e políticos de uma determinada realidade, com base na renovação da técnica. Na nossa análise da relação cidade-campo, buscamos assim analisar as transformações territoriais produzidas no atual momento histórico e seus impactos no município de Dom Pedrito, considerando os reflexos ou determinações que envolvem outras realidades escalares. É por isso que quando falamos em “descolamento” entre o campo e a cidade local, como uma realidade peculiar, ela deve ser entendida também como parte de um evento que pode ser percebido através de escalas diferenciadas. Temos assim o local, o regional e o global envolvidos numa mesma dinâmica socioespacial, que responde à influência de diversos fatores: a globalização e seus correspondentes projetos políticos e econômicos, os projetos dos governos locais e as alternativas propostas pelo governo central para o desenvolvimento regional. Em última instância, é possível entender que a separação entre as economias do campo e da cidade tem vínculo com um todo maior, na dialética espacial de um projeto global, marca essencial do período técnico-científico-informacional.

Dessa forma, voltamos a observar alguns impactos na cidade, em Dom Pedrito, que são oriundos de ações desencadeadas pelo governo federal ainda nos primeiros anos do século XXI, com as mudanças de diretrizes nas políticas regionais



concretizadas pelo governo Lula a partir de 2003. Houve uma retomada nas políticas de desenvolvimento, com ações efetivas sobre os lugares, de acordo com as necessidades que foram identificadas com base nas peculiaridades dos locais. Estas políticas de desenvolvimento foram, em um primeiro momento, voltadas para a recuperação da infra-estrutura territorial, propiciando uma retomada do crescimento local não apenas pela melhoria das condições de infra-estrutura, mas também, e principalmente nas cidades, pela injeção de recursos na economia. A região da Campanha encontrava-se em condição de abandono pelos governos estadual e federal, há duas décadas pelo menos sem receber sequer manutenção nas rodovias e obras de grande porte. Neste período, ainda, foram desaparecendo diversas estruturas importantes, como a rede ferroviária e os armazéns estatais. As políticas de privatização dos governos de orientação neoliberal deixaram a descoberto a economia da região, já que a dinâmica da economia agrícola não produzia alternativas interessantes para o capital privado, além da apropriação de extensas áreas de terra que poderiam ser utilizadas em projetos privados que deprimiam ainda mais a economia da região. Um exemplo é a aquisição da rede ferroviária pela América Latina Logística, multinacional que, ao invés de recuperar e investir na malha ferroviária, desativou praticamente toda a rede e se serviu das áreas de domínio para a silvicultura.

Dom Pedrito recebeu inicialmente obras de recuperação da rodovia federal, BR 293, reconstruída após trinta anos sem praticamente nenhum programa de manutenção, e também das rodovias vicinais, inseridas no programa de recuperação das vias de escoamento da produção. Mais recentemente, a cidade foi escolhida para sediar um dos *campi* da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, e duas grandes obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), as barragens do Arroio Taquarembó e Jaguari, ao custo estimado inicial de 150 milhões de reais, constituindo-se estas últimas no maior investimento em irrigação feito pelo governo na história do Rio Grande do Sul. Contraditoriamente, estes investimentos têm por base o entendimento de que o crescimento local depende do aporte ao que é visto hoje como a “vocação” do município: o agronegócio. Embora tenham representado um estímulo de fato ao desenvolvimento da economia da cidade, é questão para pensar se após o período de instalação e consolidação destes novos “objetos” no espaço, eles servirão como indutores do desenvolvimento ou passarão a reproduzir a mesma lógica concentradora e excludente, que gera riqueza para o campo, mas

pouco reflete na cidade. As esperanças residem em parte na universidade, que tem seus cursos orientados para o agronegócio, mas se vier a cumprir o seu papel de produzir conhecimento crítico, pode se voltar para alternativas viáveis que gerem desenvolvimento na cidade.

A riqueza produzida no campo segue sendo apropriada por setores do capital que tem pouco ou nenhum vínculo com a cidade local. O recente equilíbrio da economia da cidade não é fruto de uma possível reversão nas expectativas entre a produção do campo e a cidade, mas da dinamização da economia urbana pela entrada de recursos externos oriundos dos projetos estatais. A produção agrícola continua respondendo à divisão espacial do trabalho produzida pela lógica da globalização, que se reflete em uma internacionalização fragmentada do território (RÜCKERT, 2004). O campo hoje se destaca por ser moderno e rico, com incorporação de alta tecnologia que propicia a rentabilidade exigida pelo mercado global. A cidade, que não acompanha o mesmo nível de desenvolvimento, depende quase exclusivamente da entrada daqueles recursos que, na maioria das vezes, não tem vínculo com a produção agrícola da região. O comércio local é, desde há muito tempo, o setor responsável pela geração de grande parte do emprego e renda para os moradores da cidade. Diante da presença de recursos e pessoas vindas de fora, mesmo que temporariamente, há um vigoroso crescimento neste setor, e também no mercado de imóveis para aluguel, hotelaria e restaurantes.

Apresentamos até aqui alguns elementos que consideramos importantes na análise da relação cidade-campo, que se destacam na nossa pesquisa, sem a intenção de esgotá-los, contudo. Não podemos deixar ainda de destacar as implicações das políticas públicas na esfera do poder político local, que se refletem na organização das forças de produção locais e conseqüentemente na dinâmica da economia do campo e da cidade. É interessante observar como a herança histórica das políticas públicas anteriores se tornaram arraigadas. Políticas setoriais continuam a existir e a favorecer em especial os grandes proprietários, sejam pessoas físicas ou empresas. Na área de políticas para o setor agrícola, houve também a criação de novas fontes de crédito para pequenos e médios produtores, mas estes recursos se mostram conflitantes com os modelos de produção adotados no período anterior, para a região da Campanha e Dom Pedrito em especial.

A mesma política anterior que propiciou a concentração de terras e incentivou a produção em grande escala só fez aumentar o poder da classe social

ligada à produção agrícola. Na esfera do regional ou do nacional, a formação de *lobbies* dos grupos ligados aos interesses do capital hegemônico tem sido eficiente na garantia das políticas adequadas às necessidades do sistema de produção. No nível do local, a política das cidades tem sido cada vez menos importante para estes grupos. Daí mais um elemento que reforça o “descolamento” entre os sistemas de produção locais e as cidades. No passado, as elites produtoras tinham interesse em controlar a política das cidades locais, em especial se considerarmos as peculiaridades da formação histórica da Campanha, no Rio Grande do Sul. Hoje, os grupos com maior poder econômico são ligados ao agronegócio, que se vincula diretamente ao mercado global. Para estes grupos, a política local das cidades não possui nenhuma ou quase nenhuma importância. Por outro lado, a política estadual e federal é extremamente importante, pois é nela que se definem as leis de incentivo, subsídio e até mesmo as restrições relativas à produção. As disputas políticas municipais nas cidades da Campanha, no atual período técnico, estão restritas entre grupos de menor importância quanto à influência econômica. As elites entram no jogo político nas eleições legislativas estaduais e federais. Nesse aspecto, então, as relações políticas se projetam também numa dimensão multi-escalar, o que ainda carece de uma análise mais aprofundada.

Para uma reflexão sobre questões de desenvolvimento local, é preciso discutir o papel e a importância das políticas públicas para agricultura. Hoje é impensável se desfazer de políticas de subsídio à produção agrícola de larga escala, que garantam a reprodução e acumulação do capital do agronegócio, embora tanto a eficiência destes modelos de produção quanto seus impactos sociais possam ser amplamente discutidos e postos em dúvida. Tais políticas são cada vez mais inócuas e desvinculadas dos processos de desenvolvimento regional e local, já que servem apenas para garantir a manutenção da lógica do sistema capitalista de produção, sem que haja a preocupação em socializar a produção de riqueza. Como bem observou Bertha Becker (1991, p. 176):

Sob o discurso de desenvolvimento regional [...] jazem interesses locais de se relacionar diretamente com o mercado mundial, utilizando a cessão de parcelas do território como instrumento de negociação direta com capitais transnacionais.

Mesmo que não pretendamos aqui discutir o conceito de desenvolvimento local, é preciso entender que consideramos desenvolvimento não apenas o crescimento da economia em si, mas a valorização de diversos fatores que

impactam na qualidade de vida da comunidade, assim definida de acordo com determinada escala. Esta escala, que temos tratado aqui, é a própria expressão territorial de um município, no caso Dom Pedrito, onde a população se concentra principalmente no espaço da cidade. Resta então, aos governos, propiciarem outras formas de investimento que garantam o dinamismo dessas economias locais. É dessa forma que os investimentos diretos em obras de infra-estrutura, por exemplo, se tornam uma das mais importantes formas de incentivo ao desenvolvimento local. É importante nesses casos estabelecer as políticas de gestão do território, através da identificação, pelas instâncias de planejamento, das áreas que necessitam de investimentos e quais os investimentos mais adequados para a dinamização das economias locais. As alternativas possíveis devem levar em conta a atual conjuntura histórica (e geográfica) do capitalismo global, pois “as novas funções dos territórios estão consubstanciadas à (re)estruturação da totalidade e das novas especificidades nos cenários da globalização/regionalização” (RÜCKERT, 2004, p.277). Aqui entram elementos importantes do novo cenário mundial, como a mudança nas configurações das fronteiras locais. Se por um lado estes elementos representam imposições das quais não se pode fugir, por outro lado permitem a abertura de um leque de alternativas de ação, em especial pelo aumento no fluxo de pessoas e produtos nas áreas das cidades.

Por fim, não podemos esquecer que estamos lidando com uma questão essencial de escalas. Há uma disposição de se criar uma nova regionalização do país a partir de projetos estatais e da implementação de políticas públicas que visem consolidá-los. O que pretendemos demonstrar, nesse momento e com base na pesquisa sobre Dom Pedrito, é o quanto estes processos impactam nas economias locais da cidade, dentro da relação cidade-campo, tomando por base a reestruturação territorial ocorrida nas últimas décadas. Esta reestruturação está relacionada ao projeto hegemônico de um capitalismo global, que envolve os setores produtivos locais e os governos nas diversas instâncias, todos esses agentes promotores de transformações no território. Em última instância, é preciso estar atento às necessidades das populações locais, considerando as novas possibilidades que podem ser geradas e não apenas os problemas oriundos das transformações no espaço. E se pensarmos nas populações locais, temos que pensar no lugar onde as pessoas vivem e buscam, em especial através do trabalho, renovar suas esperanças de futuro diante das atuais conjunturas econômica e

política. Este lugar é a cidade, e é onde hoje se concentra a maioria da população, passados os eventos que modificaram o perfil demográfico das populações rurais e urbanas. Os vínculos com o campo, mesmo entre aqueles que hoje vivem na cidade local, como em Dom Pedrito, ainda são intensos, mas deles deve se retirar o potencial para produzir, na cidade, o reencontro com a renovação técnica que se deu no campo e que, na cidade, ainda encontra entraves não apenas pela falta de incentivo e oportunidades, mas também pela presença de aspectos culturais muito marcantes, que remetem a um passado de uma sociedade rural que não se sustenta mais, neste novo período técnico.

Quando buscamos as subjetividades entre as histórias de vida de diversos atores que vivenciaram as transformações que relatamos neste trabalho, no Capítulo Três, representadas através de passagens importantes marcadas pelos eventos no espaço, encontramos o sentido das mudanças na vida das pessoas, entre a vida em uma sociedade que ficou no passado e um futuro sempre incerto de oportunidades, diante de novas determinações. Construir este futuro, que seja apropriado e dignamente vivido, com base nas possibilidades que podem ser trabalhadas e reproduzidas na cidade: esse é o desafio hoje posto para Dom Pedrito.

## CONCLUSÃO

*Oh, meu amigo eu esperei  
tanto tempo por respostas  
e depois de tanto tempo  
Ainda havia mais, pra esperar  
Então eu sentei e esperei  
E resolvi desprezar o tempo...  
(Nenhum de Nós – Das coisas que eu entendo)*

Ao iniciar este trabalho propomos uma reflexão sobre o processo de urbanização brasileira, e nossas considerações finais partem do mesmo tema. Nossa pesquisa observou o município de Dom Pedrito e os processos espaciais envolvidos na relação cidade-campo, tendo por base diversas transformações que ocorreram desde a formação inicial do território municipal até a atual configuração territorial daquele espaço, passando por profundas transformações que foram estabelecidas a partir do processo de modernização agrícola. Este processo corresponde, em Dom Pedrito, aos períodos de modernização do campo no Brasil como um todo. Esta modernização do campo está intrinsecamente ligada ao processo de urbanização brasileira, conforme demonstramos através de algumas referências. (ELIAS, 2006; SANTOS, 2009; SANTOS e SILVEIRA, 2006). A modernização da agricultura no Brasil se deu através da inserção do campo em um projeto nacional de desenvolvimento que buscava dar apoio ao crescimento da economia urbana, servindo de suporte aos objetivos de industrialização do país. Esta industrialização dependia do crescimento e estruturação de grandes núcleos urbanos, que além de cumprirem a função de centralizarem a rede estrutural da economia industrial em crescimento, necessitavam de mão de obra que pudesse viabilizar a instalação das indústrias nestas áreas. Desta forma, a criação de oportunidades para um grande contingente de trabalhadores nas cidades satisfazia parte das demandas por trabalho que eram geradas pelo desaparecimento do trabalho agrícola, com a mecanização do campo. Se em parte estas economias podiam assim se completar, com a substituição das ocupações agrícolas que desapareciam pelos novos empregos nas cidades, por outro lado o aproveitamento destas novas oportunidades pelas populações que migravam do campo dependia da adequação da mão de obra às novas necessidades técnicas da produção urbana.

Esta condição pôde ser viabilizada dentro de um contexto de expansão dos centros técnicos de formação que se espalharam pelo Brasil.

Nem todas as pessoas que viviam no campo, contudo, puderam ou desejaram migrar. Existiam e ainda existem condições que limitam ou impossibilitam que os indivíduos se insiram como atores dentro das transformações que ocorrem. A pobreza, a precariedade das condições de vida e o anacronismo das relações sociais em alguns lugares resultaram em sério empecilho justamente para a parte mais frágil da população rural. Neste contexto, a solução imediata para aqueles que não encontram mais seu lugar no campo é a migração para os núcleos urbanos próximos, as pequenas e médias cidades nas regiões de produção agrícola. É assim que estas cidades sofreram uma reversão nas expectativas demográficas das suas populações locais, passando a concentrar grande parte da população, antes rural, na cidade. Como o projeto de urbanização estava centrado no desenvolvimento dos grandes centros urbanos, criou-se então um problema para estas pequenas e médias cidades, que por motivos diversos se encontram isoladas dentro da região. São aquelas que denominamos, de acordo com Milton Santos (1979; 2008b), de cidades locais.

Dom Pedrito, de acordo com o que observamos nesta pesquisa, pode ser designada como uma cidade local . É assim porque nos seus primórdios, quando campo e cidade estabeleceram uma rica e frutífera relação, teve condições de estruturar os sistemas de objetos e sistemas de ação de forma que satisfaziam as necessidades da população local. Posteriormente, com o inchaço da população urbana, embora contasse com razoável estrutura de serviços e equipamentos públicos, não logrou seguir se desenvolvendo, em virtude do rompimento do setor produtivo agrícola com a cidade local, envolvida em estruturas anacrônicas que não se renovavam com a mesma rapidez. Períodos de crise estrutural do capitalismo, com reflexos na economia nacional como um todo, acentuaram os problemas locais estabelecidos pelos rápidos processos de transformações que ocorriam. No campo, dentro das condições históricas de formação do território, apenas os grandes proprietários, justamente a classe de antigos e ricos produtores da pecuária, encontravam alternativas, entre a venda e o arrendamento das terras, hoje largamente difundido e adequado à nova principal atividade agrícola, a lavoura de arroz. Na cidade, concentrou-se grande parte da população pobre, sem emprego e sem alternativas que pudessem dinamizar a economia local. Em termos numéricos,

os dados da população do município são representativos das transformações: nos últimos trinta anos acentuou-se a concentração urbana, embora a população total não apresente crescimento ou decréscimo significativo. Utilizamos estes dados de população como um indicador de que havia um processo inter-relacionado entre a modernização do campo e as transformações na cidade. O que fizemos, então, foi verificar a relação entre os períodos de aceleração do processo de urbanização e os processos de modernização que estavam ocorrendo no campo, além de identificar como se estabeleceram as novas condições de vida na cidade.

O sentido de estudar os processos locais de urbanização é vislumbrar as expectativas desses espaços marginalizados, indo além das tradicionais análises centradas nas metrópoles e pólos regionais comandados pelas cidades médias. Neles se encontram a outra faceta do fenômeno urbano (SANTOS, 1979), que agora, após nossa pesquisa, fica mais claro para nós. Nestas cidades menores, muitos dos que ali ficaram parecem não ter encontrado o seu lugar no espaço, vivendo ainda um outro tempo nas relações espaciais que são, por fim, relações sociais, como a esperar pelo retorno das velhas estruturas que garantiam as condições que um dia condicionaram suas vidas pregressas ou ainda de seus antepassados. Dom Pedrito está repleto destes exemplos, embora hoje já apresente sinais de uma renovação, que indica um reencontro entre a cidade e as possibilidades que são dadas pela nova agricultura, mas que depende muito da interferência da política e dos projetos estatais de desenvolvimento local. Estas possibilidades, no entanto, são portadas por aqueles que chegaram há pouco na cidade, e ali encontram lugar para trabalhar e viver de acordo com uma lógica que lhes é familiar. São os novos atores adequados ao novo sistema técnico que, dentro da expansão da economia agrícola, chegaram ali para se agregar à cadeia de produção da moderna lavoura com suas modernas técnicas e relações de trabalho.

Assim chegamos à questão da técnica e de como ela interfere nas determinações do espaço. A técnica é representada, então, pelas formas que são partes dos sistemas de objetos e sistemas de ação que compõe o espaço (SANTOS, 2008). Estas formas foram exploradas por nós neste trabalho através da apreensão da paisagem, assim no campo como na cidade. São objetos carregados de significado, que encerram em si um período específico, um tempo determinado por relações sociais que são os sistemas de ação. Embora as formas possam permanecer no tempo, e isso ocorre especialmente na cidade, elas têm seu



conteúdo, seu significado, alterado pela superposição de técnicas. A cidade, em Dom Pedrito, está cheia destas representações no espaço. Ali encontramos não somente os indícios de um tempo passado, quando a cidade e o campo se relacionavam intensamente, mas também os sinais de que algo se perdeu no tempo, dando lugar a outras determinações que nem sempre mantém viva a relação destes objetos com a cidade.

Temos, então, um município que conheceu em um curto período de tempo as mudanças entre os períodos técnicos, que separamos, como recurso de análise, em três: técnico, técnico-científico e técnico-científico-informacional (SANTOS, 1995; 2008, 2008d), correspondendo este último ao atual período identificado com a economia capitalista da globalização. A mudança nos períodos técnicos pode ser observada então pela forma como os sistemas de objetos se distribuem no espaço, em cada época. Assim, as charqueadas e cooperativas locais, instaladas na cidade, correspondem ao período técnico-científico, enquanto os CAIs correspondem ao período técnico-científico-informacional. Hoje, o período técnico-científico-informacional está plenamente estabelecido na produção agrícola do campo, moderno e funcional, enquanto a cidade não encontrou alternativas para se modernizar e acompanhar o mesmo “tempo” da produção agrícola. As estruturas voltadas ao atendimento da produção pecuária no passado desapareceram na cidade com o tempo, gerando um impacto negativo nas estruturas de emprego disponível para a população. A situação é agravada pelo esvaziamento do campo, tomado pela produção agrícola, e cuja população migrou praticamente toda para a cidade no período de modernização. As atuais estruturas agroindustriais da cidade respondem obviamente à mesma lógica da modernização: funcionalidade e tecnologia, o que importa em sazonalidade e poucos empregos especializados, o que fica muito aquém das demandas por ocupação de mão de obra. A marca do novo período técnico sobre as relações cidade-campo é, então, um descolamento entre a cidade local e o campo.

As técnicas não são apenas representadas pelos objetos, porque elas estão também nos indivíduos, nas pessoas que são portadoras ou negadoras de um novo tempo nas relações de produção. Existem, inclusive, implicações de ordem política e ideológica que perpassam esta questão. Foi então que nos propomos a identificar os atores que foram protagonistas das transformações que tratamos neste trabalho, em Dom Pedrito. Eles estão lá desde o começo, quando identificamos a burguesia

comercial e a elite pecuarista que estabeleceram a primeira aliança que está na origem da cidade. Alguns destes atores comandam as ações que vão modificando o lugar e dando uma nova configuração ao espaço. Estes são aqueles portadores das possibilidades dentro de um período específico. Para as mudanças que foram conduzidas por interesses capitalistas, como a expansão das fronteiras agrícolas com base no desenvolvimento do agronegócio, os novos atores das transformações são aqueles indivíduos identificados com a racionalidade instrumental, além de detentores de capital ou de condições de angariar os fundos creditícios que possibilitavam a sua inserção na economia de mercado. Em Dom Pedrito, estes atores são os novos agricultores, descendentes dos imigrantes que colonizaram as áreas ao norte e centro do Rio Grande do Sul, e que chegaram ao município em busca de oportunidades no momento em que a modernização agrícola foi incentivada através de um projeto nacional de desenvolvimento.

Os descendentes de imigrantes possuíam capital para investir, que associado à oferta de terras encontrada na Campanha produziu a condição que se conhece hoje: grandes áreas de arrendamento com produção agrícola tecnológica, de alto rendimento mesmo com produtividade razoável apenas, em alguns casos. Algumas famílias tradicionais hoje também passam a incorporar, quando dedicadas à produção e não apenas ao arrendamento, a mesma forma de lidar com os negócios. Os novos agricultores, dentro da nova racionalidade, são responsáveis em Dom Pedrito pela inserção da nova técnica, enquanto os proprietários tradicionais se apresentam como garantidores de uma estrutura necessária ao projeto de modernização. A técnica assim representa o novo tempo, dado pela modernização, enquanto a estrutura é o espaço encontrado no momento anterior à modernização, que vai se transformando pela superposição das técnicas no tempo.

Eis então as implicações políticas que perpassam a questão dos atores envolvidos e que, inevitavelmente, nos levam a pensar além do local. Nem todas as determinações podem ser identificadas a partir de uma análise focada exclusivamente no local, porque o espaço tem esta característica de totalidade. Lançar mão das diferentes escalas, na abordagem espacial, foi necessário para que pudessemos encontrar os elos entre as renovações no espaço local e as mudanças que eram exigidas por um sistema mundial, o capitalismo globalizado, em cuja lógica o Brasil de então se inseria plenamente.

Não são apenas os atores afinados com as novas técnicas, contudo, que produzem o espaço, porque na dialética espacial da relação cidade-campo os detentores das possibilidades, no período da modernização agrícola e após ela, são aqueles que se vinculam ao campo como espaço de reprodução social das suas experiências. A cidade, por outro lado, passa a ter seu espaço modificado e alterado, sobretudo pelas necessidades daqueles que são excluídos dos processos de renovação, e buscam ali formas de se adaptarem aos novos tempos. Este processo passa a alterar a imagem da cidade, a modificar as formas urbanas até então conhecidas, indicando o desencontro entre o campo e a cidade. Esse desencontro foi aqui por nós tratado como “descolamento”, pois ele é indicativo de um rompimento entre a produção de riqueza no campo e a produção do espaço urbano local, mas que, contraditoriamente, são reflexos de um mesmo processo, que é a modernização agrícola, já que quem produz as modificações na cidade são justamente os migrantes do campo. Então, se no passado a cidade é depositário da riqueza produzida no campo, exposta na paisagem pelos palacetes de estancieiros, clubes sociais e realizações da elite local, no presente ela se torna o depositário de toda pobreza produzida pelo processo de exclusão dos pobres do campo que se amontoam pelas vilas e áreas pobres da cidade. E não só estes, mas também uma parcela da população já urbana naquele tempo, que sofre também os reflexos da modernização do campo e do empobrecimento da cidade, pois suas vidas eram condicionadas por possibilidades que se modificaram rapidamente no período de modernização. Encontrando nestas pessoas as experiências que são representativas nos processos que estudamos, buscamos então nos aproximar desta realidade a partir das histórias de vida de alguns destes outros atores, para entender melhor os impactos da modernização na vida da cidade.

As histórias de vida foram trazidas para este trabalho a partir de relatos de passagens mais ou menos representativas e que foram, dentro de uma proposta metodológica, reconstruídas por nós. Foi a forma que encontramos de atingir, na pesquisa, aquela que foi chamada por Milton Santos (2008d) de quinta dimensão do espaço, o cotidiano. Dentro de uma perspectiva inovadora, buscamos dar vida às metamorfoses que já tínhamos anteriormente identificado no espaço estudado, utilizando o método de Deleuze e Guattari (2000) que foi designado pelos autores, por analogia, de “cartografia”. Esta analogia, identificada tão precisamente com a técnica amplamente utilizada como representação na Geografia, nos encorajou a

utilizar o método como uma reaproximação da realidade neste estudo que pretendemos fosse produzido a partir de uma Geografia que fosse uma ciência social. Através dele, então, podemos identificar, no cotidiano, como as transformações que ocorrem no espaço são importantes e estão bem demarcadas nas vidas das pessoas. Não há como separar o espaço das experiências que são vividas no cotidiano das pessoas. Ali, em Dom Pedrito, não faltam, em cada relato, referências aos processos que estão demarcados em tantas outras dimensões deste espaço, na forma de transformações na paisagem, na economia, nos dados de população, na produção agrícola. Fica mais uma vez evidente o teor da totalidade, a influência de fatores em escalas diversas, e ainda a importância das técnicas como indicativas de tempos diferentes que convivem no espaço.

O espaço é a acumulação desigual de tempos, como observou Milton Santos (2009b). Sendo o tempo tão importante nas determinações do espaço ou de uma determinada configuração territorial, foi preciso pensar como este vetor tempo influi, na medida em que ele chega de forma diferente nos lugares. Aí há a ligação direta com a questão das técnicas, pois é a técnica que modula o tempo, e conseqüentemente o espaço. Então a velocidade com que os processos ocorrem, ou que os tempos diferentes se acumulam, sobrepondo-se, é determinante na maneira como o espaço vai se reconfigurar. Tempos que se acumulam muito rápido, como é típico no Terceiro Mundo, no Brasil, e em Dom Pedrito conforme nossa pesquisa, acabam violentando o lugar, por não permitir que em determinadas escalas e em determinadas dimensões, o espaço se reconfigure de acordo com as possibilidades que são dadas pelas novas técnicas. Na dimensão do cotidiano, que é a dimensão da vida das pessoas no espaço vivido, as mudanças são percebidas como um problema, quando elas não conseguem se adaptar diante das novas técnicas e das rápidas transformações.

Neste trabalho, metodologicamente, enfrentamos a questão de como medir o tempo, já que há tempos diferentes, há formas diferentes no tempo e no espaço e que dão conta de tempos diferentes também. A medida que parece satisfazer neste caso é o evento. Não nos aprofundamos no evento como conceito, mas precisamos deixar registrado, pois os eventos podem determinar a qual tempo estamos nos referindo, porque eles são marcos de um determinado tempo. E os eventos podem também ser vistos por nós de forma diferenciada, como construção metodológica. Podemos considerar um evento como uma fração muito pequena no tempo ou como

uma fração mais larga. Ele pode ser teoricamente montado, pode ser algo que aconteceu em um dia ou em alguns dias, ou pode ter levado anos para se consolidar como tal. É um processo que tem um determinado período de duração, e este processo se torna assim um marco temporal. Por isso usamos a modernização do campo como um evento maior, que é também uma construção teórica, que também não aconteceu em um dia, mas que tem elementos bem definidos que marcam a mudança de períodos.

Utilizamos também os eventos como marcos temporais nas vidas das pessoas, pois estes são para nós os eventos definitivos, mas eles acontecem em uma microescala, que é a dimensão do cotidiano, que é quando cada pessoa sente, na sua vida, as determinações que estão sendo colocadas por uma nova técnica, por um novo tempo, e pela reconfiguração espacial. É o caso, por exemplo, de quando uma família é obrigada a mudar do campo para a cidade, ou ainda o momento em que um indivíduo perde o trabalho na cidade, ou perde o trabalho no campo, ou então quando o indivíduo não resiste às pressões pela compra das suas terras. Estes são eventos que ocorrem em um período de tempo curto, podem ocorrer em um dia, e ficam marcados para sempre na vida das pessoas, e determinam, inclusive, a vida destas pessoas no futuro. Estes eventos estão ligados a outros mais longos, eventos maiores em uma outra escala, e por isso tivemos que levar em consideração a abordagem escalar em todas as análises.

Dom Pedrito se encontra hoje na encruzilhada entre o que já foi e o que pode vir a ser. As formas remanescentes do passado resistem, mas cada vez mais demonstram sua presença anacrônica em um espaço em transformação. A estrutura social de uma sociedade rural de outrora, baseada no latifúndio, resiste na cidade nas formas, na paisagem e nas relações de poder. No campo, o que restou do latifúndio são as grandes extensões de terras na mão de poucos proprietários, que garantem as oportunidades para o capital moderno no campo, que encontra assim as condições ideais para sua reprodução. O empreendimento agrícola é limitado pelas incertezas por depender em parte das condições ambientais. Eis aí um grande potencial encontrado no município: dotado de bons solos, uma hidrografia invejável e um clima propício a diversas culturas agrícolas, complementados ainda pelo relevo pouco acidentado – embora diversificado – e amplas extensões de terras, juntam-se ali vários fatores que potencializam o desenvolvimento do agronegócio. O arroz e a soja são, neste momento, as principais culturas desenvolvidas no novo patamar de

produção agrícola. Outras possibilidades, no futuro, podem se agregar e produzir alterações diversas das ocorridas até aqui, pela presença marcante do capital no campo. A cidade, contudo, perdeu o campo para este mesmo capital, moderno e dinâmico.

A presença de produtores vindos de outros lugares é atualmente um dos elementos mais significativos das mudanças que o município tem passado nas três últimas décadas, principalmente. Juntam-se aos produtores um sem número de pessoas que migram para lá em busca de oportunidades nos processos especializados da produção agrícola. Como um paradoxo, boa parte da população originária dos processos de formação e povoamento inicial do território, ligadas àquela antiga sociedade rural, migraram para outros municípios por não encontrarem mais em Dom Pedrito as possibilidades de trabalho e subsistência. Houve um intenso processo demográfico causado pelas transformações no campo, que foram escamoteados pelos índices populacionais, de uma população que não apresenta crescimento, mas que fica claro na relação entre os processos de êxodo rural e concentração urbana local.

Dom Pedrito vem a ser, diante da realidade que expomos neste trabalho, um bom exemplo de como um lugar pode mudar suas perspectivas, a partir do rompimento com a herança histórica do lugar e a presença efetiva de novas técnicas. As transformações ocorrem rápido, inserindo as lógicas de produção do espaço ao meio técnico-científico-informacional, deixando um rastro de consequências que são fragmentos do passado que se juntam ao presente e ao futuro, criando uma complexidade que confunde o olhar do observador. Por trás deste processo as mudanças vão se consolidando e reconfigurando o espaço conforme as novas necessidades impostas ao lugar. Este processo de reconfiguração territorial é que denominamos, aqui, de “descolamento” entre a cidade e o campo. Se o município que estudamos empiricamente se mostrou um exemplo deste processo, ele diz muito sobre a reconfiguração de uma região diante das novas determinações que são impostas pelas mudanças nas técnicas que impactam o espaço. Esse é um indicativo de que outros municípios, ou mesmo regiões inteiras, podem e devem ser investigados a partir do viés da transformação nas relações espaciais que produzem o espaço. É desta forma que poderemos inferir precisamente sobre os novos padrões de relacionamento entre cidade e campo, propondo alternativas que sejam viáveis para a criação de políticas e ações

de desenvolvimento local ou regional. A região da Campanha, onde se situa Dom Pedrito, está repleta de outros casos semelhantes, com as suas peculiaridades específicas que merecem ser estudadas.

Nada mais inapropriado do que tentar fazer previsões ao concluir uma pesquisa. No entanto, no caso de Dom Pedrito, é impossível não vislumbrar uma transformação nas formas que está por se mostrar. Na verdade, trata-se da solidificação dos processos que estudamos aqui e que atingem seu ápice na atualidade, com as possibilidades que se abrem diante dos investimentos em infra-estruturas de base para a produção, sobretudo na área de irrigação, o grande limite para a expansão da agricultura até então. Ainda há muita terra ocupada apenas pelos campos de pastagens, e uma concentração que favorece a negociação destas áreas em parcelas para os investidores da agricultura moderna. Na origem de uma sociedade latifundiária está o elemento necessário à sua transformação: a viabilidade da terra como negócio, fonte de renda para os grandes proprietários. A contradição, agora exposta, é o desaparecimento dessa sociedade pelas condições dadas por ela mesma: a existência de grandes proprietários, base central das estruturas sociais e políticas do local.

Por outro lado a cidade parece ter encontrado, atualmente, a semente de novas mudanças. Não são apenas o comércio e serviço locais que se adaptam aos novos tempos, mas também a população, que hoje se confunde entre os “índios vagos” do passado, sempre dispostos a changuear um ou outro trabalho em troca de uma relação mais simbólica do que formal, e uma necessária parcela da população que se profissionaliza para atender as necessidades do desenvolvimento agrícola. Entre estes últimos, são muitos os de fora da cidade. Esta condição passa a ser reforçada pela recente criação de um centro de desenvolvimento técnico, a Universidade Federal instalada na cidade. Se nos propuséssemos a reconhecer a mesma realidade que mostramos aqui, e estudar seu passado daqui a quinze ou vinte anos, provavelmente ele se confundiria com a refundação da cidade e da sociedade local pelos novos agricultores, e além deles toda a horda de imigrantes que passaram a trabalhar ali em função da moderna produção.

Por fim, se a técnica modula o espaço e o tempo, ela modula também a relação cidade-campo e os processos espaciais aí envolvidos. Por esse motivo buscamos demonstrar e entender esta relação a partir da mudança das técnicas, pois além de encontrar os nexos com os problemas gerados, podemos admitir que a

criação de soluções e alternativas residem no reencontro da cidade com o desenvolvimento tecnológico, para adequar as suas possibilidades ao novo patamar técnico, sem abrir mão da herança histórica e da cultura. Nunca esteve tão longe, no horizonte do passado, aquela pequena aldeia de contrabandistas que originou a cidade de Dom Pedrito, no pacto com as elites pecuaristas de então. Resta saber, no entanto, onde ficarão estas heranças e enclaves do passado, que insistem em se apresentar como uma rugosidade no espaço, e no cotidiano daqueles menos afortunados que não encontraram seu lugar no tempo, e se amontoam pelos cantos da cidade sem oportunidade e sem futuro.



**REFERÊNCIAS:**

**AÇÃO E PRODUÇÃO**. Revista do Sindicato Rural de Dom Pedrito. Dom Pedrito: Futura.rs, fev.2005.

ALBORNOZ, Vera do Prado Lima.  **Armour, uma aposta no Pampa**. Santana do Livramento: Ghaf Designer, 2000.

BARRETO, Vitor A. Villar & FONTOURA, Luiz F. Mazzini. O processo de urbanização das cidades locais e a relação cidade-campo: o local e o global a partir de um estudo de caso. In. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, n. 36, pp. 75-94, jan. 2010.

BECKER, Bertha K. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI. Uma representação a partir do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 53(3): 169-182, jul./set. 1991.

BESSA, K. C. F.; BORGES, G. V.; SOARES, B. R. Dinâmica sócio-econômica das “cidades locais” situadas em áreas de cerrado mineiro. **Caminhos de Geografia**: Revista on-line do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, v.3 n.5, pp. 9-29, fev/2002. Disponível em <http://www.caminhosdegeografia.ig.ufu.br/archive.php>, acessado em junho/2010.

BRASIL.  **Para pensar uma Política Nacional de Ordenamento Territorial**. Brasília: Ministério da Integração Nacional. 2005. Disponível em <http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/publicacoes/pnot.asp>, acessado em 17/08/2009.

CASTELLS, Manuel.  **La Cuestión Urbana**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1985.

CASTRO, Iná E. de.  **Geografia e política**. Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2005.

COSTA, Alfredo R. da.  **O Rio Grande do Sul** (completo estudo sobre o Estado). Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922, volume II.

COSTA, Wanderley.  **O Estado e as políticas Territoriais do Brasil**. São Paulo: Edusp/Contexto, 1988.

COTRIJUI - Cooperativa Agropecuária & Industrial. Página institucional. Disponível em: <http://www.cotrijui.coop.br:8080/historia/historia.html>. Acessado em 25/08/2009.

DAMIANI, A. L. Cidades Médias e Pequenas no Processo de Globalização: apontamentos bibliográficos. In: GERAIGES DE LEMOS, A. I. et al. (Orgs).  **América Latina: Cidade, Campo e Turismo**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006.

DELEUZE, G. GUATTARI, F.  **Mil platôs** (volume I). São Paulo: editora 34, 2000.

DOM PEDRITO. **Estudo Sócio-Econômico do Município de Dom Pedrito: 1º** centenário de emancipação política. Dom Pedrito: Prefeitura Municipal, 1972.

ELIAS, Denise. **Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto – SP.** São Paulo: Edusp, 2003.

ELIAS, Denise. Novas Dinâmicas Territoriais no Brasil Agrícola. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.) **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o Urbano e o Rural. In: SPOSITO, M. E. B. e WHITACKER, A. M. (Orgs.) **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ENGEL, Juvenal Milton. As comissões brasileiras demarcadoras de limites: breve notícia histórica. In: BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites.** Rio de Janeiro: 31 ago.1999. Disponível em: <http://info.lncc.br/cbdl.html>, acessado em 27/06/2009.

FEE – Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. **Séries Estatísticas.** Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/index.php>. Acessado em dezembro/2009.

FIORI, José L. Reforma ou sucata? O dilema estratégico do setor público brasileiro. In: **Em Busca do dissenso perdido.** Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995, p. 97-119.

FONTOURA, Luiz F. M. **Macanudo Taurino: uma espécie em extinção?** um estudo sobre a modernização da pecuária na região da Campanha gaúcha. São Paulo: USP, 2000. Tese de Doutorado.

FONTOURA, Luiz F. M. A produção social do espaço agrário. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis A.; SUERTEGARAY, Dirce M. A. **Rio Grande do Sul: Paisagens e Territórios em Transformação.** Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 233-246.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 2005.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Estações Ferroviárias do Estado do Rio Grande do Sul. In: **Estações Ferroviárias do Brasil.** Disponível em: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/index\\_rs.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/index_rs.htm), acessado em 12/01/2011.

HAGUETTE, Teresa M. Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Petrópolis: Vozes, 2010.

HAESBAERT, Rogério . **O Mito da Desterritorialização: do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.** Rio de Janeiro: IBGE, 1959, V. XXXIII.

IBGE. **IBGE Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 22/04/2009.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao\\_digital\\_publicacoes\\_multiplo.php?link=pam&titulo=Produção agrícola municipal](http://biblioteca.ibge.gov.br/colecao_digital_publicacoes_multiplo.php?link=pam&titulo=Produção%20agrícola%20municipal). Acesso em: 15 jan. 2010.

JACOBS, Jane. **The Economy of the Cities**. New York: Random House, 1969.

KAGEYAMA, Angela A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS: PGDR, 2008.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Psicologia e Sociedade**. Porto Alegre, vol. 19 n.1, jan/abr. 2007, p. 15-22.

LEFEBVRE, Henry. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LINCK, Thierry; SCHIAVO, Carlos. **Globalización y Territorio: Nueva ruralidad, patrimonios colectivos y sustentabilidad em la Cuenca del Plata**. Montevideo: Editorial Nordan, 2003.

LOPES, José Antonio Dias. **A Cidade de Dom Pedrito**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1972.

MARTINS, Ivan Pedro de. **Casas Acolheradas**. Trilogia da Campanha III. Porto Alegre: Editora Movimento, 1986.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. S. Paulo: Hucitec, 2000.

MONTE-MÓR, Roberto Luís M. A Questão Urbana e o Planejamento Urbano-Regional no Brasil Contemporâneo. In: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Diretrizes para formulação de Políticas de Desenvolvimento Regional e de Ordenação do Território Brasileiro (Projeto)**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2004. Relatório do projeto, disponível em: [www.cedeplar.ufmg.br](http://www.cedeplar.ufmg.br), acessado em setembro/2009.

MOURA, Rosa. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: ENDLICH, A. M. e ROCHA, M. M. (orgs). **Pequenas Cidades e Desenvolvimento Local**. Maringá: UEM/PGE, 2009, pp. 15-40.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): a grande transação**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

OLIVA, Nelso da Silva. **CTG Rodeio da Fronteira – 50 anos: seus pioneiros, sua história**. Dom Pedrito: sem editora, 2003.

OLIVEIRA, Adilson Nunes de. Santa Casa de Caridade de Dom Pedrito: uma história de cem anos – Tentativa de historiografar. **MNEME – Boletim do Museu Paulo**

**Firpo.** Dom Pedrito: Museu Paulo Firpo, 2009; ano 8, Edição Especial – Comemorativa ao Centenário da Santa Casa de Caridade.

OLIVEIRA, Adilson Nunes de; VIDAL, Ribas Antonio. **Dom Pedrito:** Pioneira no cultivo de soja na América Latina. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

PESAVENTO, Sandra J. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

RACINE, J. B., RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 45, n.1, p. 123-135, jan.-mar. 1983.

RAMBO, Anelise G. **A Contribuição da inovação territorial coletiva e da densidade institucional nos processos de desenvolvimento territorial local/regional** : a experiência da cooperana - Porto Xavier/RS. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação de Mestrado.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; et. al. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 15/16, n.2/1, p. 33-52, ago./dez. 2001 - jan./jul. 2002.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Sentidos da Urbanização: Desafios do Presente. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.) **Cidades Médias: produção do espaço urbano e regional.** São Paulo: Expressão Popular , 2006.

RIBEIRO, Cláudio Marques. **Estudo do Modo de Vida dos Pecuaristas Familiares da Região da Campanha do Rio Grande do Sul.** UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural-PGDR, 2009. Tese de Doutorado.

RIBEIRO, Francisco Deoclécio Maciel. **Lanceiros do Ponche Verde.** Dom Pedrito: edição do autor, 2009b.

RÜCKERT, Aldomar. **Metamorfoses do Território:** a agricultura de trigo/soja no planalto médio rio-grandense 1930-1990. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. O Rio Grande do Sul como um território de internacionalização segmentada do espaço nacional. In: VERDUM, Roberto; BASSO, Luis A.; SUERTEGARAY, Dirce M. A. **Rio Grande do Sul: Paisagens e Territórios em Transformação.** Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 277-291.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP, 2008.

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: EDUSP, 2009.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método.** São Paulo: Nobel, 1985

\_\_\_\_\_. **Espaço e sociedade.** Petrópolis: Vozes 1979.

\_\_\_\_\_. **Manual de Geografia Urbana.** São Paulo, EDUSP, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo: EDUSP, 2009b.

\_\_\_\_\_. Por uma Geografia Cidadã: por uma Epistemologia da Existência. **Boletim Gaúcho de Geografia.** Porto Alegre / Passo Fundo, n. 21, pp. 7-14, 1996.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova.** Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: EDUSP, 2008c.

\_\_\_\_\_. **Técnica, Espaço, Tempo.** Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. São Paulo: EDUSP, 2008d.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil:** Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura. **Território:** Globalização e Fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

SILVEIRA, Maria Laura. O Espaço Geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. **Geosp – Espaço e Tempo.** São Paulo, n. 19, pp. 81-91, 2006.

SILVEIRA, Tomaz. **Para Onde Caminha Dom Pedrito?.** Dom Pedrito: Edusulgraf, 1999.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Diagnóstico Econômico do Município de Dom Pedrito.** Porto Alegre: FUNDATEC, 1996.

VASCONCELLOS, Maria Izabel. **Dom Pedrito, ontem, hoje e sempre.** Dom Pedrito: Editora e Gráfica Rigo, 2008.

VERDUM, Roberto; FONTOURA, Luiz F. Mazzini. **Temáticas Rurais:** do local ao regional. Porto Alegre: UFRGS/PGDR, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **The Country and The City.** New York: Oxford University, 2008.